



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO AVANÇADO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO – PDTU
CURSO INTERNACIONAL DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO
DESENVOLVIMENTO - PLADES**

Lindomal dos Santos Ferreira

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO: A
EXPERIÊNCIA DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO
SOURE, PARÁ.**

**Belém - PA
2002**

Lindomal dos Santos Ferreira

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO: A
EXPERIÊNCIA DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO
SOURE, PARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre no Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / NAEA da UFPA, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian – Examinadora interna e Orientadora/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Gutemberg Guerra – Examinador interno; pesquisador associado/NAEA-UFPA

Prof^a. Dr^a. Catherine Prost – Examinadora externa; pesquisadora associada/NAEA-UFPA

Belém – PA 2002

FERREIRA, Lindomal dos S. 2002

Políticas educacionais e desenvolvimento: a experiência da Reserva Extrativista Marinha do Soure, Pará. 105 p. : il. : mapas/figuras.

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém-PA, 2002.

Orientadora: Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

1. Políticas públicas educacionais – 2. Desenvolvimento – 3. Reserva extrativista marinha – 4. Município de Soure / estado do Pará.

Dedico este trabalho a Lorena e ao Luan, meus filhos; e, à mãe Rute, que os cuidou, possibilitando-me sua realização de maneira mais tranqüila.

Ao povo de Soure; tiradores e catadores de caranguejo, pescadores e demais moradores, em especial ao Elias.

Por último, mas devidamente importante: à Elcy Rodrigues Lacerda (*in memoriam*), que muito me ensinou de vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é uma decorrência da vivência e do envolvimento com as pessoas; assim, o que ficou em definitivo desse Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, foram as relações que se estabeleceram ao longo do caminho, seja no curso da realização dos créditos, durante a pesquisa de campo e na produção do texto.

Embora o mesmo reflita, em certa medida, meu esforço acadêmico em tratar a problemática em questão, não teria chegado a este resultado sem o apoio intelectual e a amizade da Dr^a. Ligia T. L. Simonian, professora e pesquisadora do NAEA/UFPA e minha orientadora, o que agradeço.

Também, agradeço aos professores Jean Hèbette e Samuel Sá, pela ajuda no período da seleção para o curso ora em processo de conclusão.

Meus agradecimentos, ainda, vão para os colegas de turma, pela amizade e estímulo, em especial ao Relivaldo, por contribuir com suas apreciações e notas de campo sobre a realidade de Soure.

Em Soure, agradeço ao Elias Rocha que dispôs de sua casa e de seu tempo na tentativa de ajudar no trabalho. Aos vereadores, João Luís e João Carmelino, à Secretária Municipal de Educação Laurentina e ao Antônio Fagundes, pela acolhida em sua casa.

Agradeço à professora Teresa Ximenes e ao professor Gutemberg Guerra pelas críticas e sugestões generosas feitas no momento da qualificação do projeto de dissertação. Também a G. Guerra e à pesquisadora Catherine Prost pelas observações realizadas durante a defesa da dissertação. Ainda, à professora Denise M. Cardoso do Departamento de Antropologia/UFPA pelas discussões inspiradoras. E ao professor Carlos Romano Ramos do LAENA/NAEA, pela ajuda com os mapas.

Todavia, devo agradecimentos à Joana Rosa, por ter me animado no trabalho em campo e ainda durante toda a pesquisa.

E agradeço a todos que de algum modo estiveram esperando a conclusão deste trabalho: Otávio Albuquerque, Mello, Rute, Sandra Silveira, Ana Lúcia entre tantas outras pessoas, ausentes aqui, mas presentes em meu coração.

LISTA DE SIGLAS

ACS - Associação dos Caranguejeiros de Soure
BASA - Banco da Amazônia
BB - Banco do Brasil
CEP - Centro Educacional Paraense
CEPENOR - Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Norte do Brasil
CIPOMA - Centro Integrado de Polícia do Meio Ambiente
CMS - Curtume Municipal de Soure
CMVS - Câmara Municipal de Vereadores Soure
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT - Centro Nacional das Populações Nacionais e do Desenvolvimento Sustentado
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CP Z-1 - Colônia dos Pescadores de Soure Zona 1
Campus da UFPA/Soure - Campus Universitário da UFPA em Soure
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural do Estado do Pará
EUA - Estados Unidos da América
ESTERFIBE/PA - Escola Superior de Teologia e Filosofia do Brasil / Seção Pará
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
IBAMA - Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos recursos Naturais renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MADAM - Mangrove Dynamics and Management
MOPEPA - Movimento dos Pescadores do Estado do Pará
MP - Ministério Público
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEPPE - Núcleo de Formação Política de Professores e Estudantes
ONG - Organizações Não Governamentais
PAE - Projeto de Assentamento Extrativista
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PMS - Prefeitura Municipal de Soure
RESEX – Reserva Extrativista
SAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEMPAS - Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social
STR-Soure - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soure
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UFPA - Universidade Federal do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Soure e demais municípios da ilha do Marajó	1
Figura 2 - Planta da cidade de Soure	42
Figura 3 - Mapa da Reserva Extrativista Marinha de Soure	43
Figura 4 - Mapa dos municípios localizados na baía do Marajó que têm relações com conflitos de pesca na área da RESEX/SOURE	53
Figura 5 - Aspecto da decoração da inauguração da sede nova da ACS	58
Figura 6 - Faixa convite para o Festival do Caranguejo na sede nova da ACS	61
Figura 7 - Madeira do mangue, empilhada para venda	65
Figura 8 - Tabela de preços exposta na casa do presidente da ACS	71
Figura 9 - Instrumentos de captura do caranguejo: ferro e gancho	72

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE SIGLAS	iv
LISTA DE FIGURAS	v
SUMÁRIO	vi
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O <i>locus</i> da pesquisa,	3
1.2 A formulação do problema	5
1.3 Do aporte metodológico	7
1.4 A organização da dissertação	11
2 RESERVAS EXTRATIVISTAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	13
2.1 Políticas públicas e reservas extrativistas na Amazônia	15
2.2 Populações tradicionais nas RESEX da Amazônia	20
2.3 Reservas extrativistas no Acre, evidências sociopedagógicas	25
2.4 O lugar da educação no desenvolvimento e a preservação dos recursos	31
3 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTA MARINHA DO SOURE,	38
3.1 O município de Soure	39
3.2 A cidade de Soure	40
3.3 A Reserva Extrativista Marinha do Soure	43
3.4 Entre a floresta e a cidade	44
3.5 A origem da Reserva Extrativista Marinha do Soure	51
3.6 Os recursos naturais na área a ser reservada	62
3.7 A atividade haliêutica no município de Soure	67
3.8 O extrativismo do Caranguejo (<i>Ucides cordatus</i>)	70
3.9 A política educacional no município do Soure	74
4 O FENÔMENO EDUCATIVO NA RESEX MARINHA DO SOURE: POSSIBILIDADE OU DESAFIO	83
4.1 Possibilidades da educação na Reserva Extrativista Marinha do Soure	83
4.2 Educação e sustentabilidade	86
4.3 Interesses e expectativas dos extrativistas	92

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
-------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	97
--------------------	-----------

1 INTRODUÇÃO

A proposta de discutir as possibilidades do desenvolvimento, com ênfase nas questões sociopedagógicas no âmbito da Reserva Extrativista Marinha do Soure, município de Soure, estado do Pará – como se vê na Figura 1 –, surgiu da necessidade de estudar as perspectivas sócioeducativas locais. Estas, por sua vez, revelaram-se como manifestações que condicionam o processo de criação/implantação dessa reserva, posto que a educação como processo que assegura a continuidade/desenvolvimento da sociedade é uma realidade social que varia conforme o tempo e o lugar (FERREIRA, 1999; PROJETO, 198-). Portanto, conforme as características e necessidades próprias da organização social, política e econômica de cada povo ou grupo social, haverá uma educação específica, que no mais das vezes, se realiza num quadro de instituições surgidas no interior desses.

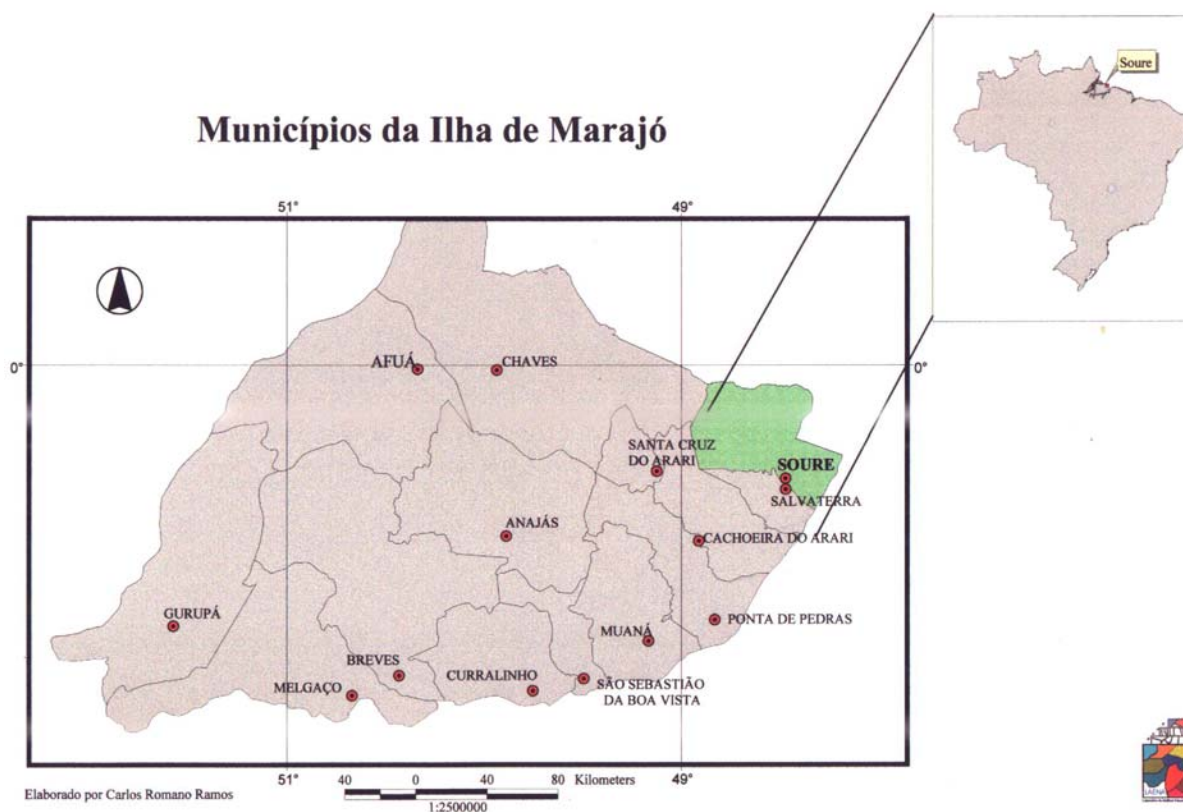


Figura 1: Mapa de Soure e demais municípios da ilha do Marajó. Fonte: Brasil.

Hp do GF, 2002; Ferreira, L. dos S. Notas de campo/n. c., 2000-2002 (PLADES/NAEA-UFPA); C. Romano Ramos, LAENA/NAEA-UFPA, 2002.

Embora predominem as modalidades institucionais de escolarização, muito comuns na sociedade moderna, urbana e capitalista, há manifestações de organizações sociopedagógicas que fogem a essa realidade. A respeito, segundo Delorenzo Neto (1977), a mudança social correlaciona a educação em seus conteúdos, o que implica em valores e aspirações e em seus agentes e estratégias de transmissão, a exemplo de instituições de ensino, escolas, dentre outros ambientes destinados a educar. Especialmente, isso ocorre onde as relações de produção ainda não avançaram, de maneira mais característica para o modelo socioeconômico em questão na atualidade, ou seja, o capitalista.

Nestes termos, tem-se a educação nas sociedades ancestrais (CLASTRES, 1982) e contemporâneas como as ágrafas e indígenas (FERNANDES, 1970) e junto às populações empobrecidas, às quais, políticas/ações jurídicas voltadas para a educação, não chegam. Destas evidências, é possível concluir que a incompatibilidade entre tais modalidades de organização social coexistentes geram impasses quando da formulação das políticas públicas, o que pode estar limitando o desenvolvimento de determinados grupos sociais. Porém, também não é de se perder de vista a problemática da corrupção no setor da educação, principalmente quanto ao desvio das verbas públicas direcionadas a esses segmentos sociais.

Neste estudo, pretende-se analisar o papel da educação no âmbito da proposta de desenvolvimento subjacente à proposta das reservas extrativistas/RESEX,¹ em especial no caso da RESEX/Soure. A importância desta discussão foi apontada inicialmente por Simonian (1998, i. v.²) a partir de suas experiências junto a indígenas e populações extrativistas, o que foi consolidado através de *survey* junto aos extrativistas dessa RESEX, realizado pelo autor. Precisamente, quanto às RESEX, o Centro de Trabalhadores da Amazônia/CTA através do Projeto Seringueiro (CENTRO, 1993) tem pensado sobre, e atuado na área da educação, dentre outros locais como na RESEX Chico Mendes, no estado do Acre. Desse modo, espera-se contribuir para a discussão de uma problemática que certamente será crucial neste novo século, que diz respeito à viabilidade das reservas extrativistas como modelos de desenvolvimento.

A singularidade dessa problemática dá-se à medida que se procura estabelecer a

¹ Doravante, a expressão “RESEX” é referida para expressar reserva (s) extrativista (s).

discussão da relação entre educação e desenvolvimento em torno de uma realidade específica e pouco explorada na região norte e no Brasil, qual seja, a das reservas extrativistas. Nesse sentido, o trabalho, além de possibilitar o acúmulo de discussões, poderá contribuir como literatura que discute o assunto, com os trabalhadores “tiradores de caranguejo” (*Ucides cordatus*)³ e pescadores da região. Também, é possível que o mesmo contribua com aqueles sujeitos envolvidos nas organizações locais de moradores e trabalhadores, nas secretarias do governo local e demais moradores da cidade de Soure.

Em síntese, são objetivos desse trabalho: a produção de evidências acerca das modalidades sociopedagógicas que estão na base da organização social dos trabalhadores extrativistas locais em função da RESEX/Soure e a identificação das possibilidades e limites que sua ausência representa para o seu desenvolvimento. De posse dessas informações, espera-se revelar as políticas e ações públicas educacionais para essa Reserva e, através de sua análise, demonstrar que a educação é condição *sine qua non* para a sua consecução e do desenvolvimento sustentável. Aliás, esta é uma proposta subjacente à política de criação das RESEX no Brasil.

1.1 O LOCUS DA PESQUISA

A RESEX/Soure, proposta no âmbito do Conselho Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentado/CNPT do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, conforme o Processo 02018.003402/97-90, localiza-se no município de Soure, na ilha do Marajó,⁴ estado do Pará, região norte do Brasil (BRASIL. INSTITUTO, Limites, 2001). O seu processo de criação, deu-se pela necessidade da preservação dos mangues locais, com ênfase no extrativismo do caranguejo e, posteriormente, passou a incluir a fauna marinha ocorrente na costa leste do município, banhada pela baía do Marajó e oceano Atlântico. Também, tem sido importante a preocupação com a paisagem e outros potenciais para o turismo.

² Esta abreviatura será usada daqui a diante para tratar de informação verbal.

³ Segundo Ferreira (1975, p. 279), caranguejo é a designação comum às espécies de crustáceos decápodes, braquiúros, de pernas terminadas em unhas pontudas. São todos caranguejos, salvo aqueles cujas últimas pernas terminam em nadadeiras. Terrestres ou aquáticos, marinhos ou de água doce, vivem na maioria em tocas, que eles mesmos escavam, alimentam-se de toda sorte de detritos orgânicos, e são utilizados na alimentação humana.

⁴ Esta ilha, por sua vez, localiza-se na Mesoregião do Marajó e Microrregião do Arari.

No conjunto da população que utiliza os recursos naturais nessa área reservada, em 2001, destacava-se as 278 famílias de “tiradores de caranguejo” associadas na Associação dos Caranguejeiros de Soure/ACS de Soure e os 1.475 pescadores artesanais associados na Colônia de Pesca de Soure Zona 1/CP Z-1. Em sua maioria, esses extrativistas habitam bairros periféricos da cidade de Soure e conjugam a atividade extrativa desses recursos com outras estratégias de reprodução econômica e social. Dentre essas, tem-se o benefício do seguro desemprego, a produção de carvão, a coleta de moluscos, assim como a comercialização de produtos domésticos, comumente realizados pelas esposas dos extrativistas locais, a exemplo da venda de doces e salgados, peças de crochê e cosméticos.

Destaca-se, nesse contexto, a expectativa dos moradores em torno da escolarização dos filhos, fato que, em geral, assume características muito próprias. Ao estudarem nas escolas da rede oficial de ensino, crianças e adolescentes têm sua trajetória escolar abreviada ainda na primeira fase do ensino fundamental, mais precisamente ao final da quarta série, seja pela necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção da família, seja pela falta de escolas que possibilitem a continuidade no ensino médio e superior (FERREIRA, L. dos S. 2000, n. c.⁵). Quanto aos pais dessas crianças e adolescentes, não bastassem as dificuldades para ler e escrever, suas organizações sociais são frágeis e pouco informadas quanto aos processos relacionados à RESEX local.

A atividade extrativa representa papel importante na economia do município e da população da cidade de Soure. A mesma é realizada por grande parcela da população, extrapolando o contingente extrativista de “tiradores” de caranguejo e de pescadores, respectivamente associados à ACS e à CP Z-1. De fato, muitos desses trabalhadores ainda se encontram à margem de tais organizações associativas.

Da flora, destaca-se a coleta de espécies florestais para o uso medicinal, para a produção de lenha e uso no curtume de couro local. Predomina a extração das espécies próprias ao mangue: mangueiro ou mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), a siriúba (*Avicenia germinas*) e a tinteira (*Laguncularia racemosa*). Da fauna, além da coleta do caranguejo e da pesca artesanal e industrial, tem-se ainda a coleta de mariscos como o camarão (*Macrobrachium amazonicum*), o turú (*Limnoria sp.*) e a caça de algumas espécies de aves e mamíferos.

1.2 A FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

⁵ Esta abreviatura será usada daqui a diante para referir as notas de campo.

As reservas extrativistas têm-se apresentado como a mais importante estratégia de desenvolvimento. Incorporadas ao marco do desenvolvimento sustentável, têm demonstrado empiricamente amplas possibilidades de convivência do homem e da natureza em relações sustentáveis, de modo a equilibrar os aspectos econômicos, ecológicos e sociais das populações locais (ALLEGRETTI, 1989). A característica que diferenciou o processo de desenvolvimento nessas RESEX das demais políticas voltadas ao desenvolvimento na Amazônia, foi a capacidade de participação dos seus atores sociais locais, marcada pela intensa mobilização e organização, o que fez com que as populações residentes nas RESEX do estado do Acre buscassem seus objetivos de maneira determinada.

Entretanto, em Soure, apesar do processo legal de sua RESEX ter-se encaminhado favoravelmente até sua aprovação, os resultados da pesquisa de campo (FERREIRA, 1999) indicam que, do ponto de vista dos processos sociais, tal proposta não foi absorvida pelos moradores e trabalhadores locais. De fato, nessa área, não só a ação do CNPT/IBAMA é fragmentada e frágil, como os processos organizativos dos moradores/trabalhadores relacionados à RESEX/Soure são incipientes e, por sua vez, os governos do município de Soure e a sociedade local mais ampla têm demonstrado pouco interesse a respeito. Tal contexto pode ser debitado ao alto nível de analfabetismo entre os extrativistas e à falta de organização sócio-pedagógica ao longo do processo histórico dessa RESEX.

A considerar o conjunto da população de Soure que atua mais intensivamente na atividade extrativa, pode-se identificar fundamentalmente a preocupação com a melhoria da qualidade de vida. Nessa direção, pensa-se mais nas possibilidades de garantia de renda e de trabalho, comumente associados à exploração e uso dos recursos naturais na área reservada e mesmo de outros locais de exploração. Com a educação, os moradores criam expectativas no sentido de alcançarem melhorias de vida e “sair da vida difícil”, seja na pesca ou na “tiração” de caranguejo, fato que se traduz, para muitos, na possibilidade de mudar de profissão. Esse discurso é feito principalmente pelos antigos moradores.

Em Soure, o uso dos recursos naturais não se dá apenas pelos extrativistas que vivem mais diretamente da “tiração” de caranguejo e da pesca. Nota-se que, em alguns casos, certas atividades desenvolvidas, incidem em exploração ainda maior de recursos

naturais, como é o caso das padarias, do curtume de couro, da prática da “marretagem” de algumas espécies, dentre outros ofícios e atividades. Entretanto, a constar dos níveis de renda e de ocupações, a população que realiza a atividade extrativa é, em sua maioria, empobrecida e desprovida de bens e serviços básicos, inclusive daqueles de natureza pública estatal como energia e saneamento, dentre outros.

Em face das características que a população usuária dos recursos naturais apresenta, das condições dos recursos naturais locais e das expectativas que o governo local apresenta em função do desenvolvimento do município e da cidade de Soure, uma questão se impõe: É possível haver interação entre esses segmentos sociais e a proposta da RESEX local? Nesta direção, a hipótese que se persegue é a de que um acordo entre os grupos sociais locais é o primeiro passo para um desenvolvimento que garanta a sustentabilidade econômica e social sem prejuízos ecológicos, o que demanda um processo sócio-pedagógico.

Essa hipótese pode ser circunstanciada pela falta de integração dos diversos segmentos sociais, os quais, por sua vez, apresentam perspectivas diferenciadas e pouco convergentes sobre o que, de fato, possa vir a ser a realidade para a população, a partir da criação da RESEX/Soure. Esta situação, entretanto, tem sido acarretada pela posição pouco participativa com que o Estado, através do CNPT/IBAMA, tem conduzido o processo de criação dessa Reserva e da política na região. Precisamente, esse processo tem-se dado quer pela ação do próprio IBAMA, como instituição responsável pela política de criação/implementação de RESEX; de políticos de representação estadual que visam tão somente objetivos eleitoreiros e, ainda, da própria ação dos atores locais, os quais, poucas iniciativas têm manifestado com relação à organização social em favor da mesma.

Essa realidade, em parte, pode ser entendida pela condição histórica e social à qual a população do Marajó foi submetida, desde o período da colonização da região. De fato, essa população vem-se organizando em função do poder do fazendeiro local, acercado por toda sorte de privilégios e do vaqueiro ou trabalhador da fazenda, ou da cidade, já que sua população advém do movimento imigratório interno da própria região do Marajó gerado pela apropriação das terras. A exemplo de Cruz (1987) e do literato Jurandir (1998), muitos estudiosos têm trabalhado com esta problemática.

Por último, se constatou os baixos níveis de educação, assim como da respectiva organização social dos atores locais. Nessa direção, de um lado, o analfabetismo tem

impedido a ação da população para garantir melhores condições de vida e trabalho e, portanto, de reprodução social satisfatória, processo que se tem confirmado cíclico, posto que a estrutura do sistema educacional local não tem permitido mobilidade seqüencial do conjunto dos seus alunos aos diversos níveis de escolarização. De outro lado, as organizações sociais são pouco expressivas e poucas relações estabelecem entre si, estando presas aos interesses particulares ou políticos de cada grupo e/ou parlamentares de representação regional.

Estas questões, somadas a outros aspectos do conjunto da população, das características ambientais locais e culturais tendem a corroborar com a possibilidade de propor a urgência de processos de participação e organização social em favor da RESEX em estudo. Aliás, entende-se que se isso não for viabilizado, a grande possibilidade é de que essa Reserva não atinja seus objetivos sociais, econômicos e de preservação ecológica. Espera-se que tais objetivos não fiquem apenas nos discursos oficiais do governo ou nas leis, mas que sejam incorporados pela população local.

1.3 DO APORTE METODOLÓGICO

Em face de o estudo implicar perspectivas diversas, a definição de uma metodologia interdisciplinar tornou-se mais adequada. A educação tomada como área de estudo, redimensionada a partir da crítica das Ciências Sociais (DEMO, 1990), tende a ser interpretada como uma prática social importante no conjunto das questões apresentadas, particularmente quanto ao desenvolvimento local. Ante as condições estruturais da pesquisa, muito dos objetivos originais do projeto foi alterado a fim de tornar possível a coleta dos dados e a conclusão do trabalho, especialmente as de ordem metodológicas e que inclui a interdisciplinaridade e a abordagem antropológica, como pode se observar em seguida.

Entre as técnicas utilizadas na produção das evidências, adotou-se o trabalho de campo. Neste sentido, conforme Oliveira (1996), ver, ouvir e escrever foram estratégias básicas, em cujo processo, o diário de campo foi sendo produzido. Entrevistas diretas com roteiros pré-definidos e abertos, com o apoio de gravador, face a face com o entrevistado, possibilitaram ir além da fala e da observação ocular e compreender a expressão e o sentido que os atores sociais alimentam em relação à RESEX local. Os

documentos levantados e a documentação fotográfica também se mostraram importantes posto que se tencionou capturar imagens significativas que “por si” falam sobre a questão, das quais algumas foram escolhidas para compor este registro.

A primeira fase do trabalho consistiu de uma visita exploratória a Soure, na ilha do Marajó-PA, a qual se deu sob a modalidade de *survey* (FERREIRA, 1999). Essa viagem possibilitou os primeiros contatos, o levantamento inicial das informações acerca da RESEX/Soure e o estabelecimento de uma cronologia que pudesse, de modo mais preciso, orientar e delimitar a problemática a ser estudada. Desse modo, se estabeleceu um período que cobre do ano de 1997 até 2000, para o qual estadias intermitentes na região tiveram por objetivo o registro dos acontecimentos.

A etapa seguinte foi construída de maneira mais intensa em viagem a campo, no mês de maio de 2001. Então, o trabalho tomou rumos mais definitivos e nesse momento da pesquisa, a preocupação central foi a de coletar evidências acerca do processo histórico pelo qual a RESEX se constituiu. Esse procedimento se orientou a partir das narrativas dos protagonistas da organização dos extrativistas locais, com o que se pretendeu identificar a diversidade de interesses e perspectivas dos vários grupos envolvidos com a RESEX/Soure.

Produziu-se, também, um relatório sobre a situação da educação no município de Soure, assim como de situações conexas e complementares e, ainda, da definição e inicial realização de procedimentos complementares à pesquisa como: identificação e levantamentos de documentos, registros fotográficos – em verdade produziu-se toda uma documentação fotográfica envolvendo aspectos da realidade investigada –, entrevistas e observação. Ao final, concluiu-se que os 28 dias utilizados para o trabalho *in locus*,⁶ não foram suficientes para sistematizar todas as evidências necessárias. Então, realizou-se viagens periódicas com duração de três dias que ocorreram quase sempre, nos meses de julho, agosto e setembro do mesmo ano. Nessa fase, contou-se com o apoio de uma auxiliar de pesquisa,⁷ principalmente na tomada das informações que foram sendo demandadas no desenrolar do trabalho.

Nesse momento do trabalho, foi possível refazer os ensaios realizados até então, o que demandou visitas e viagens periódicas com o intuito de entrevistar pessoas, visitar

⁶ Esta estada em campo deu-se no mês de maio de 2001.

⁷ Joana Rosa Tavares da Silva freqüentou, no mês de julho de 2001, a disciplina Pesquisa Educacional no campus da UFPA em Soure, ministrada pelo autor deste trabalho, no decorrer da qual demonstrou interesse em realizar trabalho de apoio na coleta de informações passando a colaborar na coleta dos dados.

instituições e, ainda, proceder à observação no campo de pesquisa. Uma das questões que se apresentaram foi a de que a área proposta para demarcação da RESEX/Soure é descontínua, comendo-se de duas porções, fato que obrigou o pesquisador a refazer a estratégia metodológica em curso. Se até então era difícil viajar por toda a extensão da área que se julgava, a princípio, compor essa RESEX, tornou-se inviável considerar uma outra da mesma dimensão. Na impossibilidade, dentro do tempo disponível, de estender a pesquisa em termos espaciais, tomou-se como estratégia básica o depoimento dos informantes e as fontes disponíveis.

O convívio e a participação mais efetivos com as pessoas, os contatos com o ambiente e com a problemática em questão possibilitaram uma definição mais didática da abordagem. Até o início da segunda viagem a campo (maio/2001), ao dispor das diversas representações do que vinha a ser a RESEX para os atores sociais locais, sobressaiu para o autor, na base da compreensão de um grupo significativo, de que a mesma estava fundamentalmente ligada aos “tiradores de caranguejo” que habitam a região. Aliás, esses passaram a organizar-se em função da RESEX a partir de 1997, fato que marcou juntamente com a criação da ACS em 1997 a cronologia a ser adotada, a qual culmina com a discussão acerca do Plano de Utilização, tendo sido este preparado em 2000.

Das instituições, ONG e pessoas contatadas, destacam-se: o IBAMA; a Secretaria Municipal de Agricultura/SAGRI; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará/EMATER; o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística/IBGE; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA; a CP Z-1; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soure; a Câmara Municipal de Vereadores de Soure/CMVS de Soure; a Secretaria Municipal de Educação/SEMED; a Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social/SEMEPAS e a Prefeitura Municipal de Soure/PMS.

Também, contatou-se instituições a exemplo da biblioteca do Campus da UFPA/Soure, das ONG Sociedade Alternativa e SOS-Marajó que tratam da preservação ecológica local, do Curtume Municipal de Soure/CMS, da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE e dos extrativistas que vivem na RESEX ora em discussão. Do ponto de vista dos indivíduos, fez-se, ainda, contatos com as geógrafas Rosana Peleja e Walcilene Silva, com o subsecretário de meio ambiente Eduardo Barbosa, com os vereadores João Carmelino e João Luís. E, com alunos que realizaram trabalhos acadêmicos sobre a questão do mangue e da cidade de Soure.

A ausência de registros documentais atrasou a realização do levantamento bibliográfico-documental e, conseqüentemente, a síntese das informações. Em outros casos, especialmente quanto aos dados da escolarização, buscou-se evidências junto à SEMED que as providenciou. Os dados referentes à RESEX Extrativista marinha de Soure, foram reduzidos, limitando-se aos laudos biológico (SILVA, 1998) e sócio-econômico (SANTOS, 1998). Também, não se teve acesso à peça do processo encaminhado à Brasília, cujos dados tiveram que ser construídos mediante os depoimentos colhidos em campo e junto aos funcionários do CNPT/IBAMA, em Belém. O conjunto do material de pesquisa foi reunido em relatório de campo⁸.

Ainda, a pesquisa resultou em levantamento de material visual, em parte sob a orientação das abordagens da antropologia visual e da cartografia (BANKS, MORPHY, 1997). Nesta direção, aspectos da cartografia pertinentes à área em questão e entorno foram em parte incluídos no trabalho. Toda uma documentação fotográfica foi produzida, a qual revela elementos importantes da realidade cotidiana da RESEX/Soure. Também, se tomou por base dados estatísticos produzidos pela SEMED para a produção de tabelas e quadros, isto na tentativa de facilitar, pela visualização, a compreensão do texto.

Outras estratégias de trabalho se fizeram presentes no curso desse trabalho. O destaque é para a escolha e montagem do quadro teórico a partir do qual as evidências do campo foram sendo interpretadas. Nesta perspectiva, privilegiou-se uma produção acadêmica de natureza crítica, principalmente porque muitas contradições já se apresentaram quando do primeiro contato com a população da RESEX e os recursos que utilizam. A vivência, ainda que curta, e a constante reflexão sobre o assunto, embasaram o entendimento que se produziu sobre as falas dos sujeitos, os fatos ocorridos e a teoria utilizada.

Essa modalidade de RESEX passa pela demanda da população extrativista (população tradicional) existente e, ainda, pela organização desses atores sociais locais em Associação (acordo comunitário) (BRASIL. DOCUMENTAÇÃO, 2000)⁹. Também,

⁸ Ao final do trabalho de campo, no mês de agosto de 2000, uma síntese do relatório de campo foi apresentada em evento promovido pelo *Mangrove Dynamics and Management/MADAM* em Bragança, em 12/09/2001, onde se debateu acerca da depredação dos manguezais da costa paraense. Foi, ainda, concluído um *paper* sobre o assunto (FERREIRA, 2000), que se encontra no prelo.

⁹ De acordo com o Decreto N°. 98.897 de 30.01.90 e, conforme seus artigos 1°. e 2°. , as condições para a criação de reservas extrativistas exigidas são: a existência de população extrativista e da possibilidade de exploração auto-sustentável e de interesse ecológico e social sobre o espaço territorial proposto. A organização dessa população em Associação de Moradores é uma exigência do próprio processo legal, a qual, ao ser devidamente reconhecida do ponto de vista legal, é quem aprova o Plano de Utilização da Reserva (em assembléia e registro

contrasta com o fato de que poucos cidadãos compreendem o que é uma RESEX, o que pode ser revelador de uma realidade subjacente, que em parte aponta para a falta de uma educação formal. Isto é bem verdade, principalmente a pensar-se em uma modalidade de UC que implique em maior complexidade, pois reconhecem os direitos de posse de antigos habitantes. A hipótese de que essa realidade possa estar-se distinguindo da de outros processos sociais de RESEX, fundamentalmente, pela não configuração de um processo sócio-pedagógico, conduziu à indagação sobre os óbices quanto à participação, organização e ao conhecimento em favor da Reserva ora em discussão.

Acredita-se que a investigação, nessa perspectiva, é um elemento de relevância quanto aos processos em curso, de implantação e gestão do desenvolvimento em RESEX, notadamente no estado do Pará. Conseqüentemente, este trabalho reflete a análise dos dados coletados e confrontados às questões teóricas que se foram configurando, em especial, da relação entre educação e processos de desenvolvimento em RESEX. Dos objetivos iniciais, quase todos puderam, em certa medida, ser alcançados. Entretanto, este trabalho não esgota as questões propostas para a análise, principalmente porque nem toda a área e população foram visitadas e/ou entrevistadas. Enquanto dissertação, este trabalho está mais para uma contribuição interpretativa, que pode ser retomada por outros estudos.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

O trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais. O primeiro capítulo constitui-se da introdução. O capítulo dois aborda, em linhas gerais, à questão teórica acerca das políticas públicas para a Amazônia, em especial nas áreas de RESEX; de como surgiram as reservas extrativistas; das evidências sócio-pedagógicas subjacentes ao processo histórico pelo qual foram criadas e das populações tradicionais da Amazônia, assim como se situa a

em Ata) a ser ratificado pelo IBAMA e é que recebe a Concessão de Direito Real de Uso da propriedade a ser demarcada (BRASIL. DECRETO, 1990). Foi assim que as populações extrativistas, por apresentarem determinadas características ditas “sustentáveis” no uso dos recursos naturais, receberam a denominação de “Populações Tradicionais”. O Acordo Comunitário refere-se, por outro lado, à disposição dos moradores, em face da criação de uma RESEX, de adequar e registrar coletivamente, para efeito administrativo que o processo legal impõe esta disposição para o uso dos recursos naturais que, tradicionalmente e culturalmente, estas populações já realizam.

maneira de se focar a educação no contexto da problemática do desenvolvimento. A partir deste capítulo, objetiva-se caracterizar a existência de movimentos sociais como elementos centrais que garantam o processo de criação e manutenção das RESEX, possibilitando assim maior autonomia, determinação e disponibilidade das comunidades locais.

O terceiro capítulo refere-se ao trabalho de campo realizado na área da reserva e das fontes histórico-documentais e apresenta a localização da RESEX/Soure e sua relação no contexto da região do Marajó e da cidade de Soure. As relações sociais e produtivas mais significativas são também abordadas, bem como a “tiração” de caranguejo e a pesca, o contexto do ambiente rural e urbano e sua respectiva caracterização. Esse capítulo possibilita uma descrição das condições sociais, culturais, políticas e históricas do processo de criação da Reserva, abrindo possibilidade para a interpretação e a discussão dos mais diversos aspectos a ela relacionados.

O quarto capítulo procura analisar as manifestações sociopedagógicas, assim como a política educacional a que as populações extrativistas estão submetidas. Também, busca-se relacionar esses aspectos com as noções e os conceitos presentes na idéia do desenvolvimento sustentável. Demonstra-se, ainda, que é esse conceito transformado em valor que justifica a proposta de implantação de RESEX no Brasil.

No capítulo cinco, estão as considerações finais, em que são ressaltadas as questões principais no tocante à problemática discutida nessa dissertação, qual seja, a relação entre educação e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX/Soure. As mesmas sugerem a fragilidade das ações públicas voltadas à educação da população que se beneficiou com a criação dessa Unidade de Conservação/UC, o que contribui para um quadro de insustentabilidade. Do mesmo modo, tais questões apontam para um movimento social local que deixa a desejar quanto à expectativa dessa população extrativista acerca de melhorias na qualidade de vida.

2 RESERVAS EXTRATIVISTAS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A problemática em torno das políticas e ações públicas voltadas para as RESEX na Amazônia tem estado praticamente ausente na produção acadêmica. Essa lacuna reflete, em parte, a incapacidade do Estado e dos movimentos sociais na implementação do que fora proposto em documentos e acordos internacionais recentes acerca da educação, como nos relatórios Brundtland (NOSSO, 1991) e da Eco 92 (CONFERÊNCIA, 1996). Entretanto, as populações que vivem nessas reservas têm discutido essa questão no âmbito de suas comunidades e encontros regionais e nacionais,¹⁰ a exemplo do que ocorrera no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985 (PRIMEIRO, 1985). Desde então, conforme Encontro (1998) e Simonian (2001a, b; 2000; 1998, i. v.), as demandas por uma educação eficiente, tanto a formal quanto a informal e, ao mesmo tempo, que atendam aos seus interesses, têm sido apresentadas e amplamente discutidas.

Apesar dos repetidos discursos sobre a preservação do meio ambiente, a questão ambiental, assim como a sustentabilidade dos recursos naturais não são tomados como prioridade (SIMONIAN, 2000). Entretanto, nesse contexto, as RESEX vêm sendo tomadas, apesar dos problemas políticos, econômicos, ambientais e sociais, como um instrumento importante na preservação ambiental. Nessa perspectiva, segundo demonstram Simonian e Glaser (2000), muitas são as demandas novas de criação de RESEX, tanto em áreas de mangue como em florestas.

Em termos de políticas públicas, mesmo as ações que concorrem para a preservação e uso dos recursos naturais não têm incorporado estratégias que contemplem a participação e a ação das comunidades locais e dos seus atores sociais de modo apropriado. Ao contrário, como afirma Simonian (2000), o poder público tem encaminhado de modo autoritário as relações estabelecidas com as populações tradicionais, principalmente na Amazônia brasileira, o que aponta para uma política de desenvolvimento marcada pela forte presença do estado centralizador (MAGALHÃES, 1990), que nem sempre, ou melhor, raras vezes, considera a participação da sociedade

¹⁰ A esse respeito, existem inúmeros documentos que marcam a ação dos movimentos sociais organizados para tratar a questão, dentre os quais se pôde encontrar: A Carta da Amazônia; Carta dos Parlamentares aos povos indígenas reunidos em Altamira; Declaração indígena dos povos do Xingu e Documento Final do II Encontro

na sua implementação. Entretanto, a questão da preservação e da conservação dos recursos naturais não é característica tão somente das sociedades modernas, mas data das sociedades antigas, tanto ocidentais como orientais (DORST, 1973; SIMONIAN, 2000). A respeito, pode-se dizer que, tais estratégias vinculadas ao ambiente, estão na base da própria existência humana.

Precisamente, ao problematizar a questão das políticas públicas em torno da sustentabilidade dos recursos naturais, Simonian (2000) sintetiza três tendências interpretativas na relação Estado – Sociedade – Natureza: a de natureza mítica, do manejo negativo e a do desenvolvimento sustentável. No âmbito das estratégias acerca da sustentabilidade, essas perspectivas têm motivado a organização e a luta das populações tradicionais indígenas e não indígenas, assim como a criação de reservas, em particular no Brasil. Dentre essas, destacam-se as de natureza indígena, extrativista e quilombola, incluindo seus respectivos processos de demarcação, os quais têm-se tornado um caso à parte, em face da morosidade com que o estado as têm realizado, destacando-se também seus respectivos planos de manejo.

Ante o predomínio do manejo negativo e da degradação ambiental na Amazônia, ambos decorrentes, em grande parte, das políticas governamentais (COSTA, 1993) e associados aos interesses acumulativos do capital, a nova perspectiva do desenvolvimento sustentável tem integrado estratégias alternativas aos demais modelos de desenvolvimento exteriores, como modo de garantir um crescimento não apenas econômico, mas social, privilegiando a ação dos atores sociais regionais e locais (ARAÚJO, MEDEIROS, PONTES, 1993). Experiências novas de administração pública no Brasil e – por que não dizer no mundo – estão a revelar uma tal tendência.

Esse tipo de desenvolvimento ecologicamente adequado e auto-sustentado (ecodesenvolvimento) (SACHS, 1980), tem motivado, na atualidade, ações em torno da sustentabilidade ecológica, integrando a dimensão econômica e social. A discussão desses aspectos do desenvolvimento está precisada e sintetizada a partir do Relatório Brundtland, a saber, de que o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades básicas (NOSSO, 1991). No Brasil, os órgãos que tratam da criação e administração de unidades de conservação, segundo Diegues (1993), influenciados por uma visão americana de cunho preservacionista, vinham

Nacional dos Seringueiros (PRIMEIRO, 1985), dentre outros. Parte desses documentos está mencionada na revista Tempo e Presença, 1989.

supondo a interferência humana como negativa. O que se fez sentir nas ocorrentes experiências das políticas públicas na Amazônia; mas, as mudanças propostas a partir da criação do CNPT estão deixando a desejar quanto a sua implementação.

Entretanto, nesse mesmo país, à revelia dessa realidade e dos compromissos que o Estado tem assumido com o latifúndio e o capital, na Amazônia brasileira o processo de criação de RESEX, ao que comenta Allegretti (1989), prioriza os grupos sociais regionais como protagonistas da preservação. Simultaneamente, tem-se evidenciado a resistência por parte do Estado, de grupos econômicos e da ação do latifúndio às propostas de reservas que incluem a permanência das populações locais, processo que tem pautado a luta dos movimentos sociais. Essa organização social em torno da preservação ambiental (DIEGUES, 1993), se dá a partir da década de 1980, quando do processo que resultou na abertura política.

Esse ambientalismo liga-se às questões sociais e se fortalece tendo como base a crítica ao modelo mundial de desenvolvimento econômico, concentrador de renda e destruidor da natureza do período político anterior, marcado pela desigualdade social e pelo progressivo empobrecimento das populações. Tal situação decorreu da crescente exploração e do poder de um grupo de nações, dos países industrializados sobre os demais, que muito distam de uma economia altamente capitalizada e tecnificada. Problemas como energia, degradação do meio ambiente e do crescimento se configuraram como resultados de tal ordem mundial e, para os quais os países mais pobres têm dado resposta ao nível da organização política.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

Em que pese o sintomático quadro de instabilidade das políticas ambientais para o Brasil e, em especial para a Amazônia brasileira, no momento em que crescentes atentados ao meio ambiente acontecem, o movimento em torno das estratégias para a preservação se vê cada vez mais intimado a se materializar. Isso tem sido possível pela incorporação de ações como a Agenda 21 (NOVAES, OTTO, NOVAES 2000)¹¹ e pelo

¹¹ A Agenda 21 constitui-se como o mais importante documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento/Rio 92. A mesma “[...] pretende servir de modelo para a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável quanto ao manejo dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, equânime e justo na distribuição da riqueza nacional entre os diferentes segmentos sociais,

estímulo e implementação de RESEX e áreas destinadas à proteção ambiental e à biodiversidade, assim como pela organização de grupos que concorrem para a busca de progressivos níveis de cidadania e qualidade de vida. Nesse sentido, parte-se do suposto que as RESEX se materializam como um nicho de possibilidades, como uma realidade diferenciada.

E é a partir dessa realidade que a questão do desenvolvimento pode ser revista e ampliada. Transformações sociais globais situam-se ainda que parcialmente na base desse processo, tanto em âmbito global, com predomínio das decisões internacionais, quanto da realidade das populações em esfera local, regional e/ou sub-regional, como as municipalidades. Conforme posto por Simonian (2000) e por Simonian e Glazer (2000), essas populações têm-se envolvido no sentido de que se assegurem seus direitos territoriais, bem como as condições para que possam garantir um uso sustentável dos recursos naturais.

Assim, as RESEX surgem a partir da luta reivindicatória e da organização dos seringueiros (RUEDA, 1995), mais exatamente dos seringueiros do estado do Acre que, associados, fazem a proposta a financiadores estrangeiros, o que foi posteriormente aceito pelo governo brasileiro. Foram os seringueiros dos municípios de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia no estado do Acre, a partir de 1976, os que primeiro se organizaram em defesa do extrativismo. Os “empates” (RUEDA, 1995) formaram a estratégia com que os extrativistas impediam os desmatamentos, tendo dado nome às primeiras mobilizações e se estenderam a outros estados, como o Amazonas e o Pará.

Essa prática envolvia mulheres, homens e crianças que se deslocavam até os acampamentos dos peões, para convencê-los ou mesmo impedi-los, antes que fossem iniciadas as derrubadas (ALLEGRETTI, 1994; RUEDA, 1995; SIMONIAN, 2000). No conjunto desta estratégia, o objetivo era impedir a expulsão dos seringueiros por parte dos “novos proprietários”, oriundos do sul do país. Estes, a partir dos projetos desenvolvimentistas dos anos de 1970 (HÉBETTE, 1991), tinham comprado os seringais onde habitavam seringueiros há muitas décadas ou há mais de século, com o objetivo de implantarem a criação de gado.

Os seringueiros já habitavam a floresta tendo-a como local de moradia e trabalho. Esta realidade foi ressaltada por Feitosa (1995) e, note-se que a crise da borracha nativa acarretou mudanças profundas em suas vidas, já que esses trabalhadores tinham na

extração do látex a principal fonte econômica. Assim, em decorrência do modelo de desenvolvimento do governo federal para a região, que desde os anos iniciados em 1970, o mesmo pretendia a implantação de projetos agroflorestais, madeireiros e agropecuários, muitos seringais e castanhais foram vendidos para empresários do sul do Brasil. Outras áreas foram adquiridas pelo próprio governo federal para fins de reforma agrária. A expectativa era a de garantir a ocupação efetiva (sic) da região e a implantação de pastagens e de outros empreendimentos.

Neste contexto de migração progressiva, quer seja pela expulsão violenta, quer pela busca de terras novas, os seringueiros passaram a ocupar seringais abandonados ou as terras do governo. Desse modo, eles deram origem ao “seringueiro autônomo”, ou seja, aquele que não tem um patrão fixo para o qual é obrigado a entregar a sua produção. E, como se depreende de Allegretti (1992; 1989), os conflitos entre fazendeiros e seringueiros ganharam a atenção pública, especialmente após a morte dos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais/STR de Brasília – Wilson de Souza Pinheiro, em 1978, e de Chico Mendes, do STR de Xapuri, em 1988.

A situação produzida pela proposta de Reforma Agrária, implementada pelo governo federal através do INCRA, sob a modalidade de projetos de colonização (da lógica dos Assentamentos Dirigidos e da disposição natural das unidades de produção dos seringueiros), gerou um novo impasse. Precisamente, uma vez que os seringueiros não aceitavam a modalidade de loteamento destes assentamentos, pois desmembrava a “colocação”, a unidade de produção formada pela dispersão natural das seringueiras, situação que passou a gerar sérios conflitos entre vizinhos (ALLEGRETTI, 1992). O consenso entre as partes conflitantes (governo e seringueiros) veio com a proposta de que, o necessário seria conservar a capacidade produtiva da floresta e das colocações ali estabelecidas.

Em consequência desse desdobramento, os extrativistas continuariam exercendo a atividade extrativa e não da posse de títulos de propriedade individual de uma parcela do seringal. Como solução para estes extrativistas, criou-se a Concessão Real de Uso,¹² estratégia que conferia a posse coletiva dos seringais pelos extrativistas organizados em associação. Então, em 1985, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros

OTTO, NOVAES, 2000, p. 164).

¹² De acordo com o Decreto Lei nº. 271, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 7º., o instituto de Concessão Direito Real de Uso define-se como sendo o “Contrato solene, pelo qual se transfere a título de direito real, o usufruto temporário, por prazo certo ou indeterminado, de terreno público ou particular, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social” (BRASIL, Decreto, 1967, art. 7º., ver também: BRASIL. Documentação, 2000).

(PRIMEIRO, 1985), foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros/CNS e, os extrativistas solicitaram que se terminasse com a colonização dos seringais e que esses lhes fossem dados em concessão. Deste modo, seria mantida a atividade extrativista e se resolveria o problema fundiário das populações locais e da devastação da floresta.

A proposta de criação das RESEX fora tomada, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Reforma Agrária/PNRA em 1985, como a reforma agrária dos seringueiros, na medida em que legitimava a posse e o reconhecimento dos direitos àqueles que, naquelas terras, trabalhavam e lá viviam há muito tempo. Inicialmente, através da Portaria nº. 627 de 30 de julho de 1987, o INCRA propôs o Projeto de Assentamento Extrativista/PAE, o qual “[...] destinava à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupam ou que venham a ocupar as mencionadas áreas” (BRASIL. INSTITUTO, 1987)¹³. Com esse ato, o INCRA incorporava as RESEX, sob o nome de PAE, ao PNRA.

Aos poucos, as reivindicações dos seringueiros inicialmente dirigidas à questão fundiária, deslocaram-se para a defesa das reservas como “[...] espaços territoriais destinados à utilização sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis” (BRASIL. LEI, 1989). Em parte, esta mudança se deu pelo imobilismo do governo na implementação dos PAE e pela pressão internacional em torno da preservação das florestas. E, em 1989, através da Lei nº. 804 de 18 de julho e do Decreto nº. 98. 897/90, as reservas extrativistas são legitimadas no âmbito da política nacional do meio ambiente.

Todavia, segundo essa lei, o IBAMA passaria a ser a instituição responsável e, o órgão gestor, o CNPT (BRASIL, 1992). Ainda por essa lei, “[...] as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas” (BRASIL. INSTITUTO, 1992, art. 1º). Como territórios de interesse ecológico e social, deverão ser criados pelo estado e sua exploração regular-se-á em Contrato de Concessão Real de Uso, concedida gratuitamente e, mediante Plano de Utilização¹⁴ aprovado pelo IBAMA.

Além da dimensão econômica e ecológica, para as populações extrativistas, este tipo de iniciativa criou uma realidade nova, ou seja, sua viabilidade política. De fato,

¹³ A destinação da área deveria se dar “[...] mediante concessão de uso em regime comunal, segundo a forma decidida pela comunidade concessionária – associativa, condominial ou cooperativista” (id., ibid.).

institucionalizado, o espaço reservado (concessão de uso) configurou normas novas e poderes novos (ALLEGRETTI, 1992), exigindo dos atores sociais das RESEX um posicionamento mais coerente com a nova realidade institucional a que passaram a ser submetidos. Os acordos estabelecidos entre os extrativistas e o estado passam pela experiência da organização coletiva dos trabalhadores, de um lado e, do Estado nacional por outro, mediado ainda, por um aparato legal e burocrático que exigia uma readequação da ação dos extrativistas, no sentido do domínio das leis e dos procedimentos subjacentes aos contratos.

Desse modo, ao que comenta a mesma autora, “[...] apesar de não entenderem a trama de significados que passou a existir em torno da defesa da Amazônia, especialmente a partir da morte de Chico Mendes, o movimento vem estrategicamente se posicionando favoravelmente a fazer parcerias” (ALLEGRETTI, 1989, p. 33), o que de fato tem extrapolado as fronteiras político-partidárias. Este modelo de reserva, de acordo com Allegretti (1989, p. 32), conjuga uma “[...] unidade de reforma agrária, de conservação e de desenvolvimento econômico e social, onde os grupos sociais mantêm sua autonomia e o Estado entra com as políticas públicas”. Nos últimos anos, as RESEX têm configurado uma das mais importantes estratégias para a conservação dos recursos naturais amplamente aceita pela sociedade mais ampla e populações residentes.

Mas, em que pese o avanço da proposta, o progressivo caráter institucional tem demandado maiores níveis de preparação por parte das populações extrativistas, especialmente quanto a maiores níveis não só de escolarização (leitura e escrita), mas, sobretudo de organização social. Entretanto, principalmente o estado em âmbito regional tem resistido ao avanço do processo de criação das RESEX e de outras UC, o que se apresenta como uma política permeada por sentimentos e posturas antiamazônida, antiambientalista e antipopulações tradicionais. Nesta perspectiva, o Estado tem respondido de modo a atender aos interesses das elites, tanto rural como urbanas.

¹⁴ Instrumento administrativo que configura a utilização dos recursos naturais, a qual dar-se-á de maneira auto-sustentável, não prejudicando o meio ambiente e respeitando a legislação ambiental.

2.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS NAS RESEX DA AMAZÔNIA

Uma das condições básicas para a implantação de RESEX é a ocorrência de populações extrativistas referidas pela Lei 98.897/90 em seu art. 1º, as quais devem atuar como sujeitos da exploração dos recursos naturais. Essa exploração deve se dar de maneira auto-sustentável e sem prejuízo da conservação ambiental, para tanto, sua organização em grupo ou associação é indispensável. Aliás, esta condição tem levantado questionamentos não menos importantes quanto à associação de populações extrativistas e/ou como populações tradicionais. Simonian (2000) problematiza a adoção de práticas tradicionais como elemento de proteção ambiental, exemplificando a degradação de recursos naturais pelas populações com modos de vida considerados sustentáveis. Para ela, alguns modos de vida tidos como tradicionais não são sustentáveis.

Por sua vez, Alfredo Homma (1983) tenciona a possibilidade da relação entre modos de vida tradicionais e um modelo de desenvolvimento correspondente como geradores de áreas atrasadas, dependentes das políticas estatais e passíveis de retrocederem para práticas economicamente antiquadas. Em suma, o extrativismo relacionado a modos de vida tradicionais, a partir do entendimento de Homma, seria um empecilho ao desenvolvimento dessas populações e conseqüentemente da Amazônia. Por outro lado há quem diga, inclusive, que a presença humana é incompatível com a preservação do meio ambiente. No caso específico das RESEX, o impacto humano sobre os animais seria predatório, acabando por prejudicar a biodiversidade como um todo.

Um entendimento mais político tem os ambientalistas quanto à problemática que envolve populações tidas como tradicionais e o uso dos recursos naturais (ARNT, 1994). Para eles, a entrada das populações tradicionais na discussão da preservação/conservação do meio ambiente se deu a partir dos debates sobre a presença humana nas unidades de conservação. Como se sabe, foram os primeiros países que criaram unidades de conservação, que estabeleceram, tradicionalmente, que dentro das mesmas, não cabia a presença dos seres humanos ou de segmentos sociais.

Países “menos desenvolvidos”, entretanto, chegaram a um exame diferenciado da relação seres humanos/meio ambiente, constatando a existência de populações cuja ação é altamente benéfica para o meio ambiente (A DESCOBERTA, 2001). Nesse sentido, o reconhecimento de uma população como tradicional dependeria do modo como essa se

relaciona com o meio ambiente, ou seja, conservacionista ou não. Para esses, ainda de acordo com esta mesma fonte, a idéia de populações tradicionais está ligada à conservação dos recursos naturais, de valores, de tradições e de cultura.

Contudo, a problemática em torno do uso e preservação dos recursos naturais remonta a tempos imemoriais, acompanhando a história da sociedade. Por exemplo, como bem revela Mendras (1976, p. 19), sociedades agrárias e camponesas desenvolveram-se num regime de simbiose com a natureza, “[...] caracterizavam-se pela organização que souberam estabelecer no quadro e nas condições que lhes oferecia a natureza-ecúmeno”¹⁵. Nesse sentido, a preservação está associada a elementos diversos, fundamentalmente, à manutenção da vida individual, familiar extensa e/ou à comunidade local.

Por um longo período, o mundo foi povoado por camponeses. As cidades na Europa, ao surgirem, ocasionaram a centralização do poder e do comércio que, inicialmente local, pôde estender-se mais tarde, graças às navegações. O aperfeiçoamento, ao final do medievo europeu, das técnicas de guerra e das navegações, possibilitou a colonização de outras regiões do mundo como a América, África, Insulíndia (DUMONT, 1904), Austrália e Nova Zelândia, dentre outras áreas. Na realidade, esse processo de acumulação de riquezas, historicamente esteve ligado à destruição e ao colonialismo que lhes foram correspondentes, portanto, um processo marcado por profundas desigualdades.

A revolução industrial, seguida da “revolução verde” na agricultura, possibilitou o monopólio ainda maior das riquezas por um grupo de países. Os que não realizaram sua industrialização ou que a fizeram tardiamente submeteram-se aos primeiros, tidos como desenvolvidos. Por muito tempo, a riqueza dos grandes países foi construída, predominantemente, a partir das matérias primas (recursos naturais) que, compradas a preços muito baixos de países “menos desenvolvidos”, retornavam-lhes sob a modalidade de manufaturas muito caras. O aprofundamento dessas relações entre países ricos e pobres tem-se tornado insustentável em vista do progressivo mau uso e da conseqüente escassez dos recursos naturais que hoje se faz sentir, especialmente pelos países ditos desenvolvidos que dependem ainda mais desses recursos para manterem seus padrões de consumo.

¹⁵ “Cunhado por Max Sorre, este vocábulo significa a natureza organizada por sucessivas sociedades que nela viveram [...] tem o mérito de destacar que a natureza, tal como a observamos hoje, é sempre o produto de uma prolongada atividade humana, geração após geração, civilização após civilização” (id., ibid.).

Na atualidade, com a intensificação do fenômeno da globalização, o aspecto da preservação assume perspectivas e significados diferentes. Os riscos resultantes dos desequilíbrios ambientais não obedecem, tão somente, à dimensão coletiva, global, política ou econômica, mas está afeto ao problema da cidadania, do resultado da ação de cada indivíduo na sociedade. Enfim, na contemporaneidade, essas possibilidades de riscos (social e ambiental) tendem a estar cada vez mais diretamente relacionadas.

Ao analisar o pensamento de Beck, Brüseke remete a questão ambiental a uma dimensão global, “[...] como riscos que atingem cada vez mais grupos sociais maiores, independente da sua posição social, ou populações inteiras, nas regiões economicamente mais fortes ou longe dos centros industriais” (BRÜSEKE, 1996 p. 17). Deste modo, torna-se até mesmo constrangedor conceber o papel das populações tradicionais da atualidade apenas em sua dimensão econômica, pelo potencial de lucro que possam auferir no conjunto da economia nacional ou pelo “favor” de continuarem em seu modo produtivo “atrasado” a fim da preservação das “florestas locais”. Isto é bem verdade, pois a persistir esta perspectiva, estas populações continuarão em estado de pobreza, privadas das políticas e de ações públicas a que têm direito enquanto cidadãos.

Na Amazônia, a tentativa de “ocupá-la e integrá-la” ao conjunto da economia nacional desde a década de 1970, tem-se realizado a despeito das peculiaridades regionais, ecológicas e culturais dos seus habitantes, na idéia do “vazio demográfico” (MAGALHÃES, 1990). Para Normand (1991, p. 166),

O desconhecimento, ou, pior, a falta de reconhecimento da existência de populações não indígenas na Amazônia, leva a suposições altamente errôneas quando há plano de implantação de um grande projeto na região. A história da Amazônia e de seu povo, de suas populações, tem sido periférica à história do Brasil.

E, a partir dessa direção, indígenas, caboclos, quilombolas, dentre outros, têm sido insistentemente impactados por processos expropriatórios, exploração dos recursos de suas ocupações etc.

No contexto da invisibilidade das populações tradicionais habitantes da Amazônia, os índios constituem a problemática mais visível. Tal presença, contudo, pode ser compreendida em função de sua vinculação histórica à economia extrativa, que se dá a partir das necessidades do capital europeu no século XVII e exigiu o engajamento dos índios na produção para o mercado:

[...] a administração colonial, no mesmo dia da criação da Companhia de comércio, em 1755, decretou o fim da escravidão indígena e, em 1757, criou o Diretório dos índios do Pará e Maranhão que suprimia a desigualdade estamental dos índios e estimulava o casamento entre índios e brancos...A produção comercial foi claramente conjugada à liberdade civil (MARTINS, 1988, p. 21).

E, apesar de caboclos e negros da região se constituir em maioria populacional em relação ao índio, sua presença tem sido ignorada. Wagley (1977), em estudo sobre uma comunidade amazônica, identifica ambigüidades no uso do termo caboclo, sendo que seu significado pode ser traduzido como timidez, preguiça, desconfiança, entre outros sentidos, relacionados de acordo com a profundidade dos traços físicos do ameríndio na região¹⁶.

Martins (1988) e Magalhães (1991), discutindo as contradições e impasses na luta pela terra por índios e camponeses no contexto da expansão capitalista na Amazônia, em parte, relatam a luta das populações camponesas face ao caráter excludente das políticas governamentais e, do impacto dos grandes projetos econômicos nessas populações. Já para Hébette (1987), o caráter ideológico legitimador das frentes de expansão; a pecuária especulativa e a camponesa esvaziaram a região de seus habitantes primordiais, justificando o “vazio” da região e, na expressão de Velho (1979), é como se a Amazônia não existisse.

Em Soure, pode-se estabelecer certa relação com esta leitura, posto que quando os jesuítas e mercedários¹⁷ colonizaram a ilha (ilha Grande de Joanes), o fizeram por força da catequese aos índios e pela introdução da pecuária. Como em toda a Amazônia, esta atividade destinava-se a integrar o país ao capitalismo mundial fornecendo riquezas para a metrópole, Portugal. As mudanças introduzidas no sistema colonial pelo Marquês de Pombal, entretanto, não incluíram a permanência da Companhia de Jesus do Brasil, expulsa do Grão Pará em 1757 e em conseqüência, as fazendas da região, propriedades dos jesuítas, são confiscadas e vendidas a outros senhores (CRUZ, 1999). É esse processo que dá início à colonização, propriamente, da região.

¹⁶ De acordo com esse mesmo autor, as pessoas descendentes do ameríndio não gostam de mencionar sua origem em função dos atributos relacionados ao termo pelo conjunto da sociedade envolvente. Ao que indica, a histórica visão que se construiu sobre o homem dos trópicos confunde-se com a visão sobre os países “subdesenvolvidos” e, no caso, dos seres humanos amazônidas.

¹⁷ Em Soure, jesuítas e mercedários foram as primeiras ordens religiosas a garantirem a colonização dessa área, enfim, que trabalharam na colonização dessa região.

De acordo com Sílvia Cruz (1999, p. 177), começa, desse modo, a formação das fazendas tal como estabelecidas hoje, dando origem à configuração de classes sociais novas:

[...] os fazendeiros, detentores do poder econômico, sendo ainda hoje mandatários da grande Ilha, contrapondo-se aos vaqueiros, peões e pescadores, que formam a classe social desfavorecida. Acentuam-se a partir daí as diferenças sociais, e cresce a relação de subserviência dos caboclos que são os verdadeiros marajoaras.

Deste modo, também aqui a invisibilidade do caboclo, do morador tradicional da região se manifesta. A parafrapear Hébette (1987), ofuscados pela ideologia legitimadora das relações entre a Coroa Portuguesa e a Companhia dos Jesuítas do Brasil que deram origem a uma nova configuração de poder nas relações sociais estabelecidas desde então, os caboclos da região passam a desempenhar novos papéis, onde a referência ao fazendeiro, ao patrão, é central.

Esses arquétipos sociais estão presentes nas manifestações culturais do povo da região; na ação do peão que vive nas fazendas e realiza seu trabalho com muita presteza, valendo-se de sua força física, do conhecimento que detém da floresta e dos rios da região e da firmeza de seu caráter em relação à figura do patrão. Não obstante, estas características formam o perfil das populações tradicionais caboclas da região que aprenderam a conviver de maneira inteligente com as variações do ambiente natural e de partes da mata. Para elas, o rio e a floresta são parte do cotidiano e sua vida está integrada aos elementos naturais, por mais que para o olhar estranho do observador que chega, essa seja uma vida indesejável.

Na atualidade, juntamente com as demais populações extrativistas, chamadas “povos da floresta”, estes atores sociais não são sujeitos das políticas na região, são pouco considerados nas decisões da política local, no caso, da RESEX. De fato, no contexto da destruição da Amazônia na década de 1970, a mobilização e discussão em defesa das florestas e dos recursos naturais são realizadas pelas populações que se organizam em função de variadas questões que se estabelecem como centrais para a vida das populações, notadamente a questão da terra. O CNS, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens/MAB, o Movimento dos Pescadores Artesanais, o Movimento dos Indígenas do Xingu, em Altamira; dos Seringueiros, no Acre, entre outros, são alguns dos

movimentos sociais resultantes da luta e organização das populações tradicionais locais na Amazônia.

Viola (apud DIÉGUES, 1993) denomina esses movimentos de “ambientalismo camponês”, o qual valoriza o extrativismo e os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Nesse sentido, é possível uma re-visibilidade das populações tradicionais, de sua existência, não pelos “olhos” do estado, mas pela ação delas próprias. Das questões mais evidentes envolvendo as populações tradicionais, habitantes ou não de áreas de reserva, sobressai a posição etnocêntrica e autoritária com que o estado nacional as vem tratando. O desconhecimento de suas culturas e de sua relação com a biodiversidade tem gerado prejuízos diversos ao ecossistema e à sua preservação.

Em Soure, a questão da devastação dos recursos naturais é manifestada pelas conseqüências da depredação em curso há muito na região. A história da região tem evidenciado, desde sua colonização, a ocorrência de processos similares de ordenação e acúmulo de riquezas, especialmente de terras. Deste modo, o destaque é para os recursos naturais e a constante fragilização das populações tradicionais locais no município, o que por certo demanda mais investigação.

2.3 RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ACRE: EVIDÊNCIAS SOCIOPEDAGÓGICAS

É possível, no processo histórico de formação das RESEX, identificar a dimensão pedagógica que este processo representou. De acordo com Rueda (1995) a organização social dos extrativistas no estado do Acre, configurou-se a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/STR, fundado na região a partir da década iniciada em 1970. Por sua vez, este teve como primeiros associados, os agricultores e colonos instalados pelo INCRA em projetos de colonização.

O reconhecimento da importância do STR em questão foi percebido pelos extrativistas quando o iminente avanço da fronteira agrícola e a chegada do desmatamento às áreas de extrativismo começaram a expulsá-los violentamente. Este processo, inclusive, envolveu a queimada das casas desses trabalhadores. O sindicato passou a ser um instrumento que representou certa segurança de defesa de seus direitos, assim como da

garantia da aposentadoria.

O grande mérito dos sindicatos quanto à organização social dos extrativistas foi o de ter criado no coração da floresta, nas comunidades, as “Delegacias Sindicais”, células componentes do sindicato. Esta interiorização fez com que os extrativistas perdessem o medo do sindicato e se associassem. Estas Delegacias são palco de inúmeras reuniões, de cursos e debates que aos poucos estão mudando a mentalidade dos extrativistas, tornando-os mais conscientes da importância da sua organização social. As delegacias e os Sindicatos têm servido de verdadeiras escolas de socialização dos extrativistas e se constituem nas primeiras células de sua organização (RUEDA, 1995, p. 14).

E, junto com o reconhecimento do sindicato, o “empate” foi outro elemento importante no amadurecimento político dos seringueiros e consistia na defesa da floresta contra o corte das árvores pelos empresários rurais sulistas.

O papel pedagógico das delegacias sindicais como instrumento de planejamento na organização dos extrativistas locais através de debates, cursos e reuniões, possibilitou o fortalecimento de sua identidade coletiva e de sua progressiva organização. Ainda neste período (1970), foi comum o aparecimento das “Associações de Produtores”, as quais visavam melhorar a produção e a comercialização, algumas incluindo a participação dos extrativistas. A idéia de organização, desde o reconhecimento do sindicato como ferramenta importante para lutar por seus interesses evoluiu bastante, agregando modalidades e estratégias novas que se vincularam aos interesses dos extrativistas. Em sua maioria, todas as RESEX no estado do Acre possuem Associação de Moradores, as quais constituem um instrumento com o qual esses trabalhadores puderam se afirmar como cidadãos com uma identidade; seringueiros, que são parte de uma organização e com visão integrada do conjunto das relações sociais e econômicas em que estavam imersos.

Nesse processo, é possível identificar, de maneira evidente, uma certa orientação pedagógica mais organizada. Para Pinton e Aubertin (1997), o Movimento de Educação de Base/MEB, como instrumento da Igreja Católica, associado ao Partido dos Trabalhadores/PT, se reconhece no ideal comunitário das RESEX. Tal atitude justificava-se pela possibilidade do sistema de apropriação individual (concentração fundiária) vir a dissolver a organização social dos agrupamentos comunitários, que têm origem na Igreja Católica. Neste sentido, o processo de organização social presente

quando da constituição das RESEX foi fortalecido por situações e interesses diversos e transformou-se em algo altamente pedagógico para os atores sociais. De fato, além de agregar os interesses dos diversos segmentos, replicou-se numa cadeia de relações sociais em que o ensino e a aprendizagem dos conhecimentos foram vitais para o fortalecimento da organização social.

Freqüentemente, no chamado terceiro mundo, as ditas “[...] populações tradicionais encontram-se isoladas, vivendo em ecossistemas tidos como marginais (mangues, restingas, florestas tropicais), são analfabetas e têm pouco poder político, além de não contarem com títulos de propriedade da terra” (DIÉGUES, 1993, p. 222). Em medida bastante variada essa realidade é válida também para a Amazônia como um todo. Nesta região, é predominante a ação do latifúndio, a ação predadora de empresas quanto aos recursos naturais, à pecuária e à agricultura intensivos, simultaneamente à ação incipiente do Estado. Como grande parte das populações que vivem nas áreas de RESEX já existentes, e naquelas em processo de criação, é analfabeta (SIMONIAN, 2000), esta restrição limita em muito quaisquer políticas voltadas para o desenvolvimento, principalmente aquelas que se estruturam na perspectiva da sustentabilidade.

No entanto, o que se tem produzido em termos de políticas públicas para a área da educação tem invariavelmente redundado em estratégias de escolarização, pelo menos por parte das agências públicas estatais, de instituições voltadas para “educar o povo”. Mas nessas, nem sempre são levadas em conta as peculiaridades culturais das localidades, suas determinações sociais e econômicas e, no caso das RESEX, ecológicas. Entretanto, nos territórios dessas populações, no mais das vezes as estratégias para a educação limitam-se às ofertas do estado. Comumente, essas populações procuram, à sua maneira, contornar os problemas estruturais que marcam o cotidiano da vida social e acabam propondo, quando não realizando, suas próprias ações para a educação.

Deste modo, as populações tradicionais extrativistas apresentam um perfil bastante peculiar, a se estabelecer comparações com a realidade inclusiva dos centros urbanos, garantindo a reprodução do saber a partir de suas próprias organizações políticas e sociais. Conseqüentemente, é possível constatar a persistência das populações em manter, às vezes precariamente, escolas que mais parecem arremedos dos modelos urbanos, ou mesmo a manutenção criativa de projetos pedagógicos, organizados com o apoio de entidades políticas e sociais dos trabalhadores, com o objetivo de garantir a

manutenção de interesses diversos (L. DOS S. FERREIRA, 2000, n. c.). Contudo, essa realidade é quase sempre imperceptível aos olhos dos “escolares”: daqueles envolvidos na administração escolar, a saber, professores, técnicos e gestores.

De maneira geral, as populações residentes na região amazônica e que vivem do extrativismo, têm sua vida fundada num conjunto de saberes muito ligados com a natureza e seus processos. Assim, suas vidas estão intimamente relacionadas aos elementos naturais, aos fenômenos da natureza, para os quais e nos quais acabam baseando sua existência. Nesse contexto, a ênfase de cada grupo social acaba recaindo na atividade produtiva predominante.

Pescadores, camponeses, índios e caboclos, entre outros tipos de populações acabam concentrando um extraordinário volume de saberes, geralmente expressos através de representações míticas, como escreve Furtado (1994). Mas, pode-se encontrar sujeitos e/ou famílias que acabaram angariando variados saberes, ocasionados pela história de imigração, traço muito comum nas populações da Amazônia. Essa variação de saberes, no entanto, longe de torná-los menos aptos, os tornam ainda mais dispostos para a vida que, em alguns casos, tem como horizonte a proximidade ou entrada no ambiente urbano.

A relação entre esse saber local dos trabalhadores e o conhecimento dos pesquisadores e técnicos, assim como dos agentes do estado, quando da implantação das políticas, tem sido outra questão importante quanto ao desenvolvimento local, especialmente para aqueles que se debruçam sobre a problemática. Albadejo (2000), ao discutir a possibilidade de uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos em zonas de fronteira agrícola, problematiza a questão e tem apontado o diálogo como possibilidade e horizonte orientador. Mas, impasses de toda ordem – como os econômicos e políticos –, como posto por Simonian (2000), têm dificultado os processos de implementação de alternativas.

E em se tratando de pesquisa do autor, realizada em Medicilândia-PA (FERREIRA, 1997) e de estudos que tratam da educação e do ensino em áreas rurais (CENTRO, 1986), o que se pode deduzir do processo educativo em populações tradicionais, é que esse se dá basicamente em espaços marcados pela pequena produção mercantil. Precisamente, esse processo ocorre no âmbito dos grupos domésticos, das unidades de produção, com ênfase nas relações familiares, de parentesco e produtivas. Essas últimas relações vêm assumindo aqui características bem peculiares, ou seja, voltadas para o

autoconsumo e a reprodução da unidade familiar, com base na extração de produtos florestais, cultivo de culturas sazonais e criação de animais domésticos dentre outros.

Nesse sentido, o ambiente local se produz dentro de uma lógica própria, diferindo da sociedade inclusiva de mercado. A escola, portanto, não assume papel tão fundamental na produção e reprodução do patrimônio cultural e dos saberes da população, pois sua oferta é inferior às recompensas sociais imediatas propostas por um desenvolvimento imposto e de natureza meramente modernizador. De todo modo, sobressai-se o processo de acúmulo de conhecimento operado pela tradição, predominantemente realizado pela oralidade e manifestado, por vezes, na modalidade de lendas, contos, na música, nas brincadeiras de crianças, no artesanato, entre outras modalidades de expressão cultural e, de maneira fundamental, no trabalho.

As últimas décadas têm modificado ou sobreposto essa explicação inicial para a Amazônia brasileira, destacando-se a modernização das técnicas, a organização do mercado e a progressiva urbanização. É nessa perspectiva que se dá importância ao gradual avanço do capitalismo nessas regiões, seja nos modos como a fronteira agrícola tem avançado e/ou do crescimento urbano acelerado, provocado, várias vezes, por projetos que visam à intensa extração dos recursos naturais presentes nos territórios dessas populações. E esse tipo de capitalismo traz em si também uma concepção de escola a qual, inversamente à organização das populações tradicionais e camponesas, tem papel fundamental na formação das bases produtivas da sociedade.

Conseqüentemente, pode-se inferir a possibilidade de incompatibilidade entre a instituição escolar e meio social em comunidades tradicionais. Isso pode ocorrer devido a modelos distintos, incongruentes e sem a mediação necessária (diálogo) para uma interação efetiva, acentuando-se ainda mais as assimetrias sócio-econômicas e culturais em relação à sociedade urbana, legitimando processos de acumulação primitivos do capital. Gomes e Azevedo (1986) identificam esses processos de instituição escolar em regiões onde não predominam as relações capitalistas de mercado, como produtores de rupturas com os modos comunitários de produção/reprodução do saber. Estes, como apontados pelos autores, originalmente, ocorrem no trabalho, na família, nas relações de vizinhança e na ação dos sábios locais, ou mesmo, por força da atração dos núcleos urbanos vizinhos.

Nessa direção, a diversidade sociocultural das populações tradicionais se constitui como variável importante ao se pensar as políticas públicas voltadas para a Amazônia,

especialmente na área da educação. D’Incao (1994) e Furtado (1994) introduzem de modo mais sistemático a discussão dessas questões, e sua relação com a biodiversidade e as populações tradicionais da região. Precisamente, as políticas sociais vêm:

[...] influenciando os projetos sociais, [dentre os quais] estão os planos culturais, sócio-psicológicos, político-partidários e ideológicos. Trata-se do conjunto de valores, concepções e ideais que orientam os programas educacionais e de ação social em toda a sociedade. E isso é percebido nem sempre com clareza nas instâncias educacionais, na mídia, nos discursos políticos e na formulação de planos de interferência na realidade social, onde a assistência ao menor, à mulher, ao velho, ao carente é uma pequena representação de como essas questões são tratadas numa dada sociedade. (D’INCAO, 1994, p. 25-26).

E, para Furtado (1994), se houvesse um modelo modernizador coerente com a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia, não se estaria presenciando sinais de destruição da vida humana e biológica. Para ela, um projeto desenvolvimentista deveria incluir, tanto os ecossistemas naturais como a sociedade cabocla da região em suas determinações.

A problematizar-se acerca da biodiversidade, dos limites que se impõem à sua conservação e do papel que a educação pode ter nesse processo “[...] a escola não tem condições de criar uma ética de conservação rápida e urgente. Mesmo que os melhores pedagogos possam criar estratégias de ensino, isso fatalmente não ocorreria por razões culturais e políticas” (D’INCAO, 1994, p. 34-35). Esta mesma autora propõe que o apoio às populações possa redundar em maior contribuição: “O apoio às unidades familiares, aos povos indígenas, agricultores e extratores na sua permanência e trabalho na terra, pode redundar na melhor das escolas de preservação. Políticas públicas voltadas para a conscientização não de algo remoto e distante, mas de algo próximo, dentro de sua casa” (D’INCAO, 1994, p. 34-35). Nesse sentido, a discussão que envolve as populações tradicionais em RESEX é polêmica, quando pensada à luz de processos de desenvolvimento. Como se sabe, tais populações conjugam elementos diferenciados e singulares e que, contrariam interesses diversos, ou ainda, fogem à regra geral das políticas públicas estatais e em especial aos interesses econômicos.

Assim, há de se pensar a respeito das peculiaridades socioculturais dessas populações, de suas possibilidades para a gestão pública. A considerar as experiências em curso, tal questão tem dependido muito mais da organização dos atores sociais locais, na tentativa

de validar seus interesses no conjunto das políticas de desenvolvimento, que da ação do Estado ou do texto das leis. Por sua vez, essa situação revela o descompasso entre a ação do Estado a partir das políticas públicas e os reais interesses da sociedade.

2.4 O LUGAR DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O conceito de desenvolvimento remonta às concepções baseadas na biologia, nas quais a sociedade assemelha-se a um organismo vivo com fases distintas, rígidas e lineares de evolução, sendo que cada fase é tomada como necessária e indispensável uma das outras. Essa compreensão, modelada ao estudo das sociedades (darwinismo social) (COMTE, 1973), gerou uma série de implicações; uma delas compara as sociedades a organismos vivos, com leis funcionais próprias, eliminando a contradição como elemento da dinâmica social ou compreendendo-a como uma patologia. Dewey (1936) contribuiu para com estes estudos.

Outro entendimento, como assinalado por Gomes (1985), nega a força das relações sociais, considerando cada fase e sua respectiva “superação”, como naturais. Outra suposição diz respeito à possibilidade de produzir modelos de sociedades tomados como normais e/ou evitar outros, tidos como “patológicos”. O debate estabelecido por Parsons é paradigmático nessa perspectiva.

Em sentido oposto, se pode identificar orientações diversas quanto à compreensão acerca da sociedade. As idéias de Marx, como resultado aos problemas da revolução industrial e do sistema capitalista inglês, estabeleceram marcos para uma nova maneira de conceber a sociedade. A ênfase nos determinantes econômicos, o conceito de classes sociais e ideologia dentre outros, concorreram para identificar a sociedade como conflito social permanente e incessante onde o consenso é imposto pela classe dominante. Nessa perspectiva, a educação pôde ser compreendida como instrumento de reprodução das relações sociais entre as classes em oposição.

Gomes (1985) sintetiza esses enfoques da relação sociedade e educação como visões

modeladoras¹⁸: paradigmas do consenso e do conflito. Antagônicas, essas perspectivas têm orientado a produção acadêmica em torno da educação, notadamente a visão do conflito. Apesar de excludentes, essas matrizes de pensamento têm em comum, o fato de pertencerem a um período da história que foi denominado como modernidade. De conformidade com Nascimento (2001), tanto desenvolvimento como educação, como entendidos hoje, são conceitos que se inserem nesse contexto.

A escola começou a assumir a complexidade que a caracteriza hoje a partir do renascimento, afirmando-se na idade moderna como resultado da rejeição aos padrões medievais religiosos de base contemplativa, comuns à idade média. Esta dissidência se radica no próprio sentido do processo educativo e de sua institucionalização (GILES, 1987). Acompanhou os interesses da classe nascente – a burguesia nova e, foi cada vez mais se modificando, de modo a acompanhar as transformações sociais, progressivamente mais intensas, o que a consolidou enquanto fenômeno social, político e econômico.

No século XVIII, a Revolução Industrial acelera este processo, pois ler e escrever se tornaram condições importantes para a operação das máquinas. O interesse em aumentar os níveis tecnológicos, assim como a necessidade de descobertas novas, tornou a escolarização cada vez mais necessária. Mas, será no século XIX que se observará o interesse dos estados nacionais em assumir a educação, tornando-a leiga e gratuita para todos. Fato ilustrativo, no entender de Ponce (1994), é o plano de Condorcet-Rapport de 1772, que concede ao Estado o direito de controlar o ensino e a “obrigação de instruir” e não de educar, já que deixa essa função a cargo dos padres (sic).

A modernidade é marcada pelo pensamento racionalista que se desenvolve em oposição ao pensamento teológico, o que ocorre a partir do iluminismo (século XVIII), do Positivismo (século XIX) e de sua ideologia do progresso. Em Lopes (1968), a visão dos modernos caracteriza-se como unilateral, posto que a solução de um problema que expõe duas questões passa pela anulação de uma delas. Segue-se, então, a divinização de valores autênticos, mas que estão longe de serem supremos, orientam-se por extremos, tal é o caso do liberalismo e seu correspondente individualismo.

A escola, nesse contexto, colada ao projeto da modernidade, surge com a missão de popularizar a cultura da nova classe emergente e conformou-se como espaço

¹⁸ Neste aspecto, esse termo é utilizado por Paulston (apud GOMES, 1985, p. 15), ao identificar “[...] as maneiras pelas quais são vistos os campos de estudos, identificados os temas para investigação e especificados conceitos e métodos legítimos”.

generalizado de socialização e transmissão de conhecimentos. Fruto das imagens polarizadas modernas, a representação que se configurou foi a de que a educação constituiria o novo cidadão. Nesse sentido, “Somente será reconhecido apto a participar como sujeito social e político quem tiver vencido a barbárie, a ignorância, quem tiver aprendido a nova racionalidade, quem tiver sido feito homem moderno” (ARROYO, 1999, p. 37). E para Nascimento (2001), na modernidade, os argumentos para a defesa da escolaridade para todos foram o econômico, o político e o nacional. Esses passavam pela necessidade de homens alfabetizados no processo produtivo, pelo processo de construção da moderna noção de cidadania e como instrumento ligado à identidade, à língua e às tradições nacionais.

Correlativamente, após a Segunda Guerra, a educação passa a assumir leituras mais contemporâneas, passando a educação a ser considerada como instrumento de mobilidade social, como condição para o crescimento econômico e dever cidadão. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura/UNESCO, a idéia de uma educação internacionalizada refletia a necessidade de erradicar o analfabetismo. Nesse sentido, as nações deveriam priorizar em seus sistemas educacionais a universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo, ao modo dos países desenvolvidos que já o tinham feito. E, como escreve C. Wright Mills (1970), a educação, tomada como condição para a construção de uma sociedade democrática, tem-se caracterizado como traço marcante da sociedade americana¹⁹ e propaga a idéia de uma educação para todos²⁰.

A idéia da educação universal, entretanto, logo assume dimensões mais críticas. No âmbito dessas interpretações, surge uma tradição de autores que tomam a educação e sua relação com a sociedade como tema para investigação. Dentre os mais significativos, Gomes (1985) destaca: Bourdieu e Passeron (*A reprodução*, 1970), Althusser (*Os aparelhos ideológicos do Estado*, 1969), Boudelot e Establet (*L'école capitaliste en France*, 1971) e Gramsci (*Os intelectuais e a organização da cultura*, 1949). Em parte, esses autores enfatizam a educação no âmbito dos processos dissociativos da sociedade, nos quais desenvolve uma função de reprodução, mas também de mudança social.

¹⁹ Para um entendimento mais completo a respeito, consultar Urquidi (1970).

²⁰ Ainda segundo Mills (id., *ibid.*), “A crença norte-americana no valor da educação escolar universal tem sido sempre um traço marcante da ideologia democrática. Na realidade, desde a era jacksoniana a educação escolar para todos tem sido virtualmente identificada com o funcionamento de uma sociedade verdadeiramente democrática”.

No Brasil, a referência desse debate vai se dar com os trabalhos de Cunha (1970). Esse autor concentra-se no estudo do desenvolvimento como um papel atribuído à educação (educação como estratégia política capaz de orientar e garantir o crescimento da renda, a modernização e a construção de uma sociedade justa) em âmbito ideológico, investigando as (in)compatibilidades práticas de sua efetivação. O desenvolvimento a que Cunha se refere, diz respeito justamente àqueles aspectos que, dados como automáticos, o desenvolvimento econômico deveria propiciar, efetivamente não os realizou. Para tanto, são adotadas pelo Estado brasileiro medidas compensatórias em várias áreas tidas como sociais (educação, saúde, habitação, previdência entre outras).

Desse modo, fica clara a origem da crença, na sociedade, comumente manifesta, tanto por parte daqueles que são atingidos pelos programas educacionais como dos planejadores e executores das políticas públicas para a área da educação, de que essa possui um caráter polivalente na resolução dos problemas sociais. Para Rossi (1980, p. 17), “[...] a educação tem sido tomada como antídoto a quase todos os problemas sociais [...]” e que, entre tantas utilidades, ela também é considerada como alternativa para todo tipo de problema social”. A mesma é ainda “[...] instrumento de desenvolvimento econômico e de diminuição das diferenças econômicas entre os indivíduos, de permeabilização das classes sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (ROSSI, 1980, p. 17). Ainda, ele a considera como grande aliada na “transformação social”.

Na atualidade, é de se ressaltar, têm-se elaborado inúmeros programas e propostas educacionais, dependendo do modismo pedagógico e associado, muitas vezes, ao gosto e interesse dos políticos que ocupam cargos administrativos como secretarias de educação, assessorias técnicas de governos, cargos de confiança etc. No Brasil, muito se fala acerca de se “preparar” melhor o produtor da zona rural e da periferia dos centros urbanos, da oferta da escola, da assistência técnica, das condições sanitárias; a respeito, detalha-se quanto a bens e serviços como eletrificação, transporte e saneamento dentre outros. No que respeita às políticas ambientais, discute-se acerca de uma educação ambiental que também possa “dar consciência” à população e assim, minimizar os problemas relativos à preservação e uso dos recursos naturais.

De um lado, principalmente nos dias atuais, os discursos têm-se avolumado em torno do processo de reestruturação do sistema educacional brasileiro. A base legal para essa aprovação no Congresso Nacional constituiu-se da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, da Emenda Constitucional 14 e da Lei Federal nº. 9424, as

quais criam e regulamentam o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/FUNDEF, que trata dos programas de descentralização da educação, como analisa Oliveira (1999). Por sua vez, estes dizem respeito à municipalização, gestão e financiamento da educação em seus diversos níveis.

Particularmente, tais fundos de financiamento foram propostos para determinadas modalidades de educação, tecnologias inovadoras para o ensino e para programas de qualificação docente que se cria em face do final da década da educação²¹. Tais programas incluem educação à distância, distribuição de *kits* tecnológicos, uso de computadores e qualidade total. De outro lado e, contraditoriamente, pouco se tem revelado a respeito das reais condições, dos resultados e do tipo de educação que se tem processado, especialmente nas regiões mais carentes de recursos e distantes dos centros urbanos, onde habitam populações tradicionais.

Ao mesmo tempo, estão em curso programas governamentais que tratam de categorias específicas. Dentre estas, têm-se indígenas, portadores de necessidades especiais, jovens, adultos e crianças, os camponeses, educação rural e ambiental. Uma tal realidade decorre do convívio com condições de abuso dos direitos básicos da criança (da infância e adolescência), dos índios (despossuídos de suas terras e culturas), dos jovens e adultos (desempregados, sem aposentadorias, dignidade e respeito), do indiscriminado e progressivo consumo/destruição dos recursos naturais. Nesse contexto de inconstância “fazer pedagógico”, o que pensar daqueles tipos de educação considerados tão “precários”?

Geralmente, as correntes analíticas apontam para a sua deficiência técnica e didática, para seus resultados “insatisfatórios” gerados por sua escassez de recursos e/ou por sua inadequação institucional-formal. As conclusões dessas análises se originam de avaliações que tomam a escola mais pelo que lhe falta (é negado) do que lhe é inerente ou potencial. Nesses casos, pode-se identificar as escolas rurais, das periferias das cidades, das organizações populares, dentre outras.

Como um passe de mágica, de função redentora da sociedade, a escola passa a representar o vilão social, responsável direta pelos problemas sociais: um tipo de discurso que se metamorfoseia, de acordo com os interesses de quem o profere. Para

²¹ Década da Educação – Tempo estabelecido (2006) pelo Ministério da Educação – ME, para a universalização do ensino fundamental e médio no Brasil.

Ebby (1978), o século XX foi o período de maior desenvolvimento da ciência e das técnicas e a pedagogia não fugiu a esse contexto, introduzindo assim a maior transformação revolucionária, desde a queda do império romano, no século V. No entanto, na mesma proporção, senão maior, os problemas se avolumaram muito mais.

Como decorrência desse paradoxo, vê-se, não raro, a educação pública estatal se estabelecer, tantas vezes, como sinônimo de ineficácia. Apesar da produção teórica sobre o papel da educação no âmbito do desenvolvimento, são poucos os estudos que procuram resgatar a problemática a partir da perspectiva da comunidade e dos sujeitos realmente envolvidos pelas propostas de educação, notadamente em áreas de RESEX, nas quais esses estudos são escassos. Nesse sentido e a considerar as condições acima caracterizadas, ressalta-se a questão acerca dos baixos níveis de educação enquanto mecanismos que devem estar dificultando o processo de desenvolvimento da RESEX/Soure, estado do Pará.

Apesar do aspecto jurídico das RESEX apontar para um conceito que pressupõe um mínimo de acordo entre as partes envolvidas (Acordo Comunitário), em Soure identifica-se, ainda que preliminarmente, uma realidade diferenciada. Os relatos dos problemas ambientais presentes no município como pesca predatória, exploração de madeira nas regiões de mangue, predação da fauna e da flora, destacando-se a de animais silvestres; questionam essa RESEX, visto que tais práticas são protagonizadas, tanto pelos proprietários das fazendas na expansão de seus negócios, destacando-se a atividade pecuária (pastagens cultivadas), como pelo cidadão que não possui posses e que se utiliza desses recursos para seu sustento (FERREIRA, L. DOS S., 2001-2000, n. c.). Como posto em “A Província do Pará” (2000), em alguns municípios do Marajó predomina a pobreza extrema e a corrupção, pois na região encontram-se os municípios que ostentam os mais altos índices de malária e analfabetismo do Pará.

Ainda, segundo a pesquisa exploratória (FERREIRA, 1999), foi possível identificar diversas perspectivas em relação à RESEX/Soure em proposta. Nesse rumo, constatou-se, entre os atores sociais (extrativistas, dirigentes de associação, dirigentes de instituições e entidades, assim como da população em geral envolvida), que não há um discurso que os unifique; cada segmento parece ter uma compreensão diferenciada a respeito do que possa vir a se constituir a realidade a partir da RESEX. Mas há que se interrogar sobre a possibilidade de acordo comum entre os diversos atores envolvidos como base para a preservação dos recursos naturais, objetivo dessa Reserva.

E, a pensar-se sobre o que poderá motivar a população para um acordo mínimo que garanta a preservação da integridade e viabilidade dessa Reserva, já que predominam os interesses individuais sobre os direitos coletivos, a educação pode constituir-se em estratégia a facilitar a implementação desse processo. Em que pese as providências tomadas em torno da efetivação da RESEX/Soure, das questões relativas à preservação dos recursos naturais, à equidade social e do processo de desenvolvimento no município, sobressai a preocupação com os níveis de educação, notadamente a escolarização, como elementos importantes na manutenção e base para conquistas sociais mais amplas por parte da população. Conseqüentemente, torna-se difícil pensar um desenvolvimento econômico regional sem levar em conta a dimensão social.

As RESEX evidenciaram a possibilidade das populações que vivem do extrativismo melhorar quanto às condições materiais de vida. Essa experiência acabou legitimando, na prática, a possibilidade do desenvolvimento sustentável como modelo mais adequado para a Amazônia, o qual equacionando critérios básicos como equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica têm pautado a discussão do desenvolvimento na Amazônia. E, pesquisar o processo de criação de uma RESEX no município de Soure, no estado do Pará, se insere na perspectiva de se pensar na formulação das políticas e da gestão pública, da possibilidade de integrar conceitos como equidade, participação, organização social dentre outros. Estes, por sua vez, podem recolocar a questão ambiental muito além da compreensão puramente legal e institucional e, principalmente da naturalização da questão ecológica.

3 O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO SOURE

Para a caracterização da localização do *locus* da pesquisa, utilizou-se predominantemente a descrição de alguém da região, um marajoara. De acordo com Cruz (1987), a ilha do Marajó contém a maior ilha fluviomarina do mundo, ocupando uma área de 49.606 km². Localiza-se ao norte do Brasil, nordeste do estado do Pará, na embocadura do rio Amazonas. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a leste e ao sul com o rio Pará e, a oeste, com uma série de canais. Entre a ilha e a cidade de Belém, capital do estado do Pará, localiza-se a baía do Marajó, formada pela foz do rio Pará. Suas coordenadas geográficas são: entre os paralelos 0° e 2° de latitude sul e os meridianos 48° e 51° de longitude oeste.

O clima, na ilha do Marajó, é o equatorial úmido, típico da maior parte da região amazônica, intercalado por duas estações nitidamente distintas uma da outra e bastante rigorosas: uma estação quente que se caracteriza por um período de estiagem, que compreende os meses de agosto e setembro quando o nível das águas baixa drasticamente; outra chuvosa, ocorrendo nos meses de fevereiro e março. Nesse

período, cerca de dois terços da ilha ficam inundados. De todo modo e conforme Cruz (1987), há variação quanto à intensidade do clima de acordo com cada microregião; predominando na parte leste, as maiores temperaturas. Essa variação climática condiciona a organização da vida do povo marajoara, que se faz em função das enchentes e secas.

Miranda Neto (1976, p. 31-32) refere-se ao clima como um aspecto decisivo na vida do povo marajoara:

Não raro, o verão na ilha é demasiado rigoroso. Escasseia a água até nas baixas. Os rios pequenos secam por completo e os maiores baixam acentuadamente de nível, tornando difícil e quase impraticável à navegação. Grande parte do gado morre por falta de vegetação nos campos, e de sede.

Em princípios do ano depois de caídas as primeiras chuvas, o tempo levanta. Essa época – geralmente alguns dias apenas – recebeu a curiosa denominação de “verão de S. Martinho”. O Sol volta a resplandecer no azul dos céus marajoaras; entretanto, a temperatura é muito mais amena e os campos ficam cobertos outra vez de uma uniforme camada de vegetação. O gado tem, de novo onde beber. Nessa ocasião, a 20 de janeiro, é festividade comemorando em toda a ilha o dia de S. Sebastião, fechando o ciclo das festas que se iniciam com o Círio de N. S. da Conceição em dezembro.

Depois, chove torrencialmente e intermitentemente por algum tempo, começando então a cheia. As inundações que sucedem às grandes chuvas obrigam o gado a recolher-se nos tesos, isto é, às partes mais altas dos campos não atingidas pelas águas, mas que, sendo muitas vezes insuficientes, não conseguem abrigar todo ele, perdendo-se assim algumas reses.

Em meados do ano, as águas baixam novamente de nível até deixar descoberto o solo que, pouco a pouco, vai se tornando seco, rachando, árido e duro, formando as terroadas (sulcos e alteamentos do terreno), sobre as quais o cavalo sempre tropeça. Dir-se-ia que houve uma erupção vulcânica e as lavas, já secas, foram partidas e levantadas devido a sucessivos tremores do solo, tal é o estranho aspecto que se nos depara aos olhos. Na realidade, as terroadas são ocasionadas durante a cheia: o gado atola na lama e, quando esta seca, endurece, e o Sol se encarrega de rachar a terra.

Tanto a extrema seca como a cheia são prejudiciais ao gado e ao homem. Mas pode-se tirar proveito do ótimo clima, bom e saudável da meia estação: de julho/agosto a outubro a outubro/novembro é a época das pescarias, dos passeios a cavalo, das viagens em “voadeira”

rio-acima, rio-abaixo. O pasto ainda está verde, os insetos nocivos são escassos, o vento é agradável.

E, a ilha do Marajó está dividida em duas regiões: a parte leste (oriental) – o Marajó propriamente dito –, denominado região dos campos, onde se localizam os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras e Santa Cruz do Arari.

Ainda, essa ilha é marcada pela predominância das terras altas, as quais variam entre quatro a 20 metros de altura e que não sofrem tanto com as inundações; a parte oeste (ocidental), denominada região dos furos, abriga os municípios de Afuá, Currealinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Muaná, Anajás e ilhas. Ainda de acordo com o entendimento de Miranda Neto, a identificação dessas duas regiões é possibilitada pela adoção de uma linha imaginária nor-noroeste – sul-sudeste, que inicia em Afuá e vai à Ponta de Pedras.

3.1 O MUNICÍPIO DE SOURE

Localizado na microregião de campos, parte oriental (leste) da ilha do Marajó, o município de Soure possui uma área de 39.12 km², apresenta como limites, ao norte: o oceano Atlântico, o rio Amazonas e o município de Chaves. Para Miguel Evangelista Miranda da Cruz (1987), seus limites começam na foz do rio Tartaruga, no rio Amazonas, e seguem pela costa leste, envolvendo as ilhas do percurso até a foz do rio Paracauari, na baía do Marajó (rio Pará); ao sul: o município de Salvaterra: da baía do Marajó, na foz desse mesmo rio, os limites do município vão subindo por esse até suas cabeceiras e, dessas, alcançam por uma reta o ponto meridional do lago Guajará; a oeste: o município de Cachoeira do Arari: o limite vai da parte meridional desse lago e, depois de contorná-lo, atingindo seu extremo norte, segue em linha reta até a foz do igarapé Jararaca, no rio Tartaruga; a leste: a baía do Marajó.

Originada de duas aldeias dos indígenas Marauanase e Mundin, Soure passou à condição de povoado com o nome de Monforte ou Monte-Forte. No início do século XVII, chegam os padres de Santo Antônio, e esse então, passa à condição de freguesia,

reconhecida como Menino Deus. Com a chegada dos portugueses, assume condição de vila, em 1757, no governo de Mendonça Furtado, adquirindo autonomia municipal e sob a denominação de Soure. Tal referência (Cruz, 1987) deu-se pelo fato dos colonizadores serem oriundos da vila de Concília, distrito de Coimbra, em Portugal e, que nos tempos romanos era chamada de “saurium”, devido à ocorrência de jacarés (sáurios). Como na região da vila abundavam jacarés, esses estes a denominaram Soure.

Entretanto, devido a sua decadência, Soure é extinto ficando agregada ao município de Monsarás. De acordo com A Província do Pará (1994), apesar de ter reconquistado predicamento de Vila em 09 de novembro de 1847 (Lei provincial N°. 138), sua instalação vai ocorrer no dia 07 de janeiro de 1859 com a apuração de seu pleito. Com a proclamação da república, o governo provisório do Pará extinguiu a Câmara Municipal de Soure (Decreto 75) e, no mesmo dia, cria o Conselho de Intendência Municipal (Decreto 76 de 16 de março de 1890). É ainda conforme essa mesma fonte que se sabe que em 1894, o município de Monsarás foi extinto, sendo incorporado ao município de Soure.

3.2 A CIDADE DE SOURE

Pela ação de Francisco Bezerra da Rocha Morais que, em 1881, ao assumir o governo da Vila de Soure, recorre ao governador do estado José Coelho da Gama Abreu (Barão de Marajó) (Cruz, 1987). A solicitação falava de providências para o seu desenvolvimento, tendo sido feita a contratação do engenheiro civil Aarão de Carvalho Reis, para elaborar um projeto que desse à vila um “ar de modernidade”. Com formação acadêmica americana (Universidade de Nova Iorque), Aarão Reis elabora um projeto nos moldes clássicos da cidade de Nova Iorque, composta por quadras retangulares e ruas largas, assim a vila passa a ter sete ruas e cinco travessas para atender uma população de cerca de 250 pessoas.

Soure é elevada à categoria de cidade em 19 de setembro de 1890 (Decreto n°. 194), ficando posteriormente conhecida como Pérola do Marajó. Tal reconhecimento foi-se firmando em função da proeminente posição que representava economicamente, ocasionada pela atividade pecuária, pesca e por suas belezas naturais. Para Cruz, (1999) a cidade de Soure desenvolveu-se a partir da instalação de residências de proprietários

de latifúndios, que passam a compor o espaço social e de poder do local. No entendimento de Gomes (2001), a elite se apoderou dos melhores lotes urbanos, dos quais a aquisição era realizada através de petição feita à PMS, solicitando uma carta ou título de aforamento.

Esse sistema de ocupação do espaço geográfico e social de Soure com o passar dos anos definiu o lugar socioeconômico dos seus habitantes. As famílias mais ricas e de posição social mais destacada localizaram-se no centro da cidade, nas ruas asfaltadas e melhor providas de serviços públicos como água encanada, energia elétrica e saneamento, além do comércio. Os moradores de menor poder aquisitivo, entretanto, se estabeleceram no entorno da cidade, em bairros periféricos e não planejados, para os quais, nem sempre chegam os benefícios dos bairros centrais, apesar da reivindicação dos mesmos.

Atualmente, a área urbana de Soure, que se pode visualizar na Figura 2, é composta por oito bairros, quais sejam: São Pedro, Centro, Macaxeira, Umirizal, Matinha, Bairro Novo, Pacoval e Tucumanduba (GOMES, 2001). Apesar do acelerado crescimento da cidade com o surgimento de outros bairros, a configuração arquitetônica manteve seu critério inicial. A impossibilidade de ocupação em outras direções caracteriza um avanço no sentido norte, o que acontece inicialmente pela disposição das fazendas que contornam o espaço da cidade, o que força um crescimento em direção ao distrito do Pesqueiro.

Soure dista de Belém, capital do estado do Pará, cerca de 83 km. O acesso ao município se faz predominante por via rodofluvial, sendo que a cidade é vizinha à RESEX. De fato, seus limites são contíguos, fato desconhecido da população, que transita livremente entre seus limites no concurso aos recursos naturais locais, de modo que desconhecem as implicações daí decorrentes. Para visitantes, turistas e moradores o acesso à RESEX é feito em ônibus, lanchas, balsas e/ou navios.

Fig 1: Planta Urbana da Cidade de Soure.

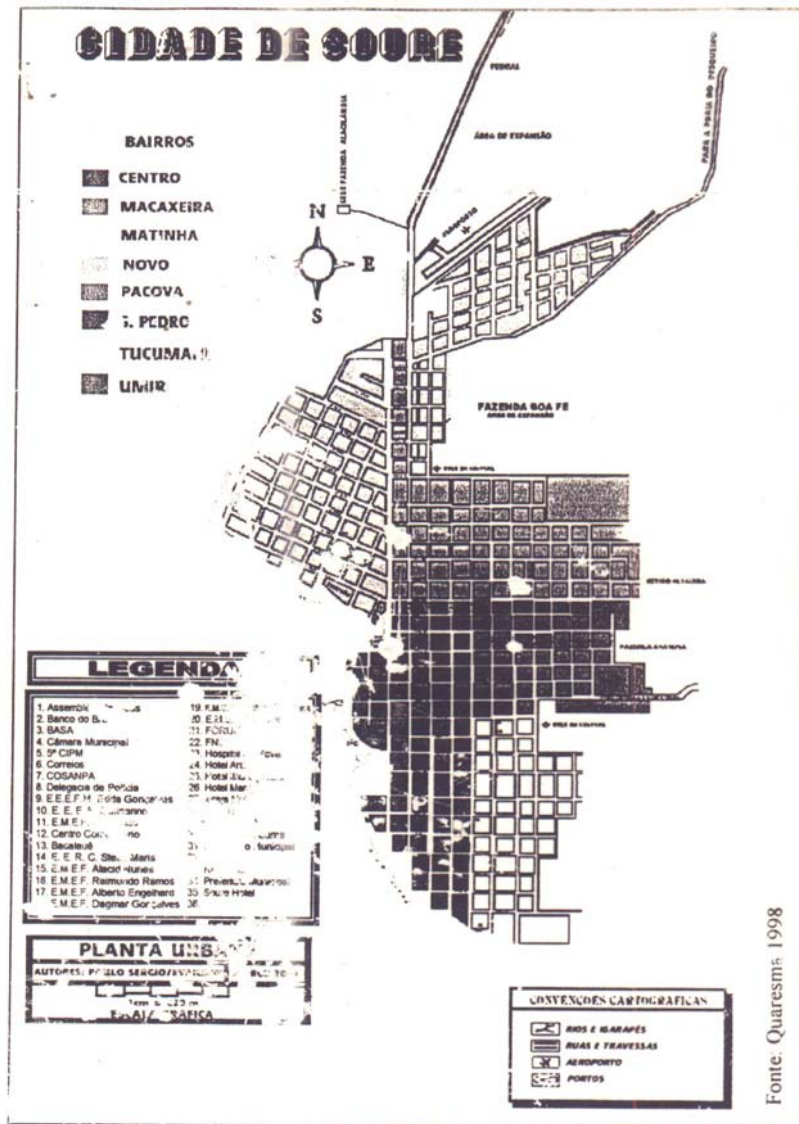


Figura 2: Planta da cidade de Soure. Fonte: Quaresma, 1998.

Documento alterado para o propósito deste trabalho.

Esses meios de transporte fazem viagens periódicas de Belém até à localidade de Camará ou, diretamente, a Soure. Ao ser realizado por Camará, o restante do percurso da viagem é feito por rodovia, em linhas regulares de ônibus até a balsa que atravessa o rio Paracauari, rio que separa as cidades de Soure a Salvaterra. Há serviços de transporte rodoviário em Vans, Combis e Táxis que, organizados em cooperativas e associações, fazem o trajeto Camará-Salvaterra/Camará-Soure, levando o passageiro até seu destino.

Existem também serviços de táxi aéreo, com viagens saindo da capital do estado.

3.3 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO SOURE

A RESEX/Soure, proposta no âmbito do CNPT/IBAMA (Processo 02018.003402/97-90, apud BRASIL. INSTITUTO, Documentação, 2000), localiza-se integralmente no município do Soure, na ilha do Marajó (mesoregião do Marajó e microregião do Arari), nordeste do estado do Pará, região norte do Brasil, o que se pode verificar na Figura 2, a seguir. De acordo com as entrevistas realizadas com os dirigentes do IBAMA, a área em estudo representa proposta inédita de RESEX marinha, com áreas descontínuas no Brasil, a ver-se na Figura 3, adiante. De acordo com Brasil (INSTITUTO, 2000), esta RESEX compreende uma área total de aproximadamente 27.463,58 ha, com perímetro total aproximado de 216.131,38 m e compõe-se de duas porções independentes uma da outra.

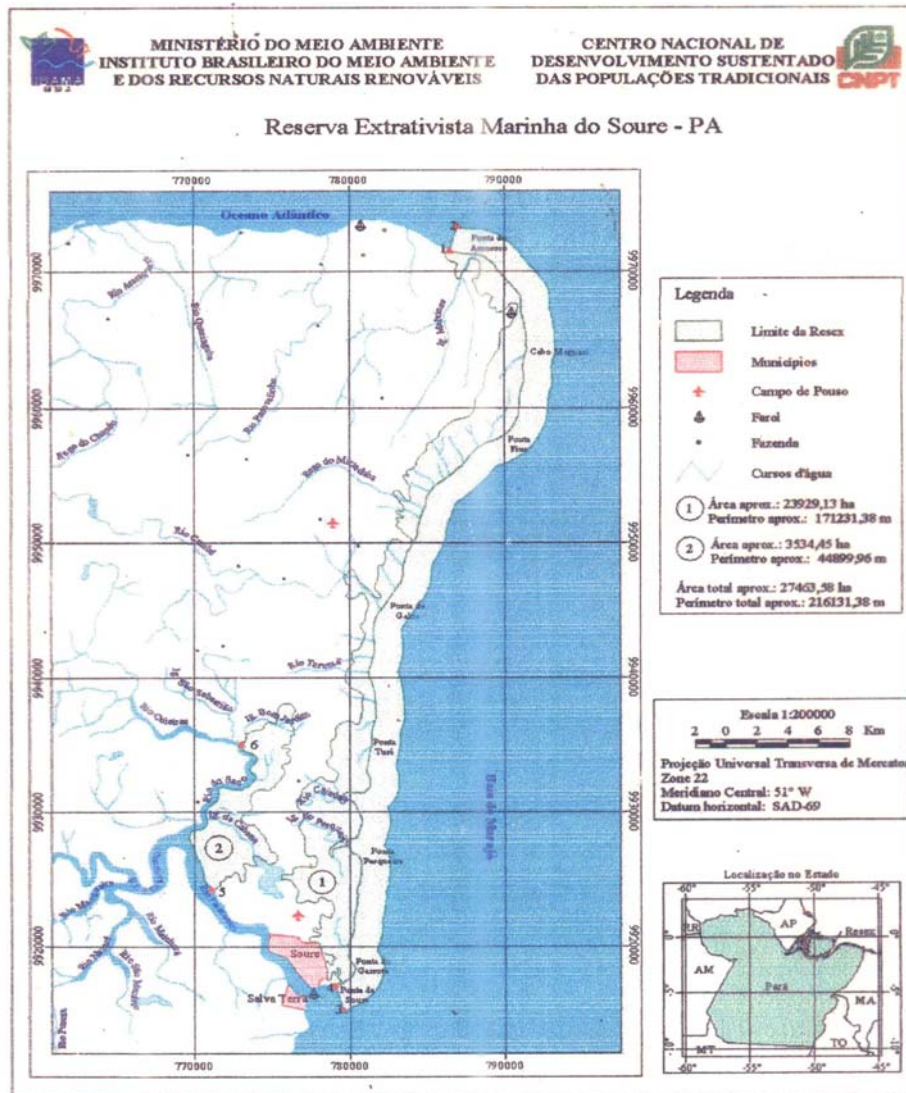


Figura 3: Mapa da Reserva Extrativista Marinha do Soure.

Fonte: Brasil. Instituto, 2000.

A primeira área ① aproxima-se a 23.929,13 ha, com perímetro aproximado de 171.231,38 m. Estende-se por toda a costa leste do município sendo banhada pela Baía do Marajó em toda a sua extensão. Ao norte, apresenta como extremo a Ponta do Amoroso, no oceano Atlântico e, ao sul, a Ponta do Soure. Na parte leste, avança ao mar cerca de três milhas náuticas e, na parte oeste, apresenta um entrecortado limite com o restante do território municipal, fazendo fronteira, ou incluindo, algumas propriedades de particulares em seu domínio. Evidencia-se, ao extremo sul, a presença da cidade de Soure. A segunda área ② apresenta densidade territorial inferior à primeira, com cerca de 3534,13 ha e perímetro aproximado de 44.899,96 m. Localiza-se na parte interior do município e não apresenta, conforme mapa de demarcação visto acima, ligação territorial com a área ①. O acesso é feito através do rio Paracauari em direção norte.

As duas áreas constituem regiões de mangue e, no geral, são parcialmente habitadas, sendo mais densamente ocupadas nas áreas mais próximas à cidade de Soure, vilas e povoados adjacentes. Pelo que se ouviu em campo, certas propriedades têm seus limites estabelecidos, em parte ou integralmente, na área demarcada: são fazendas, retiros e/ou pequenas propriedades estabelecidas em função da criação de búfalos, da coleta nos cocais naturais e, ainda, da pesca nos rios e igarapés da região. Geralmente, essa atividade é desenvolvida por funcionários das fazendas e /ou, ainda, por extrativistas locais.

3.4 ENTRE A FLORESTA E A CIDADE

Torna-se difícil estabelecer uma análise da relação, no espaço reservado, entre recursos naturais e população extrativista, se considerarmos a definição e características adotadas pelo CNPT e a maneira como a população extrativista de Soure está organizada. Do ponto de vista institucional, tal conceituação está ligada à caracterização de que, segundo Diegues (1993), as culturas tradicionais são aquelas que existem na pequena produção mercantil, caracterizadas por grupos humanos que vivem em determinados territórios, utilizando-se dos recursos naturais, dos quais têm conhecimento aprofundado. Estas relações dão-se a partir da edificação de “modos de vida” comumente marcados por estratégias de uso e manejo da natureza, conhecimentos transferidos oralmente ao longo das sucessivas gerações, dentre outros aspectos.

Também, tais modos de vida caracterizam-se pelo desenvolvimento de atividades de subsistência e limitada relação com o mercado, apresentando ainda, reduzida acumulação de capital. Nelas, as relações sócio-econômicas e culturais fundam-se na unidade familiar, a qual funciona como unidade doméstica ou comunal. Essas populações utilizam-se de técnicas simples e de impacto limitado sobre o meio ambiente caracterizando um processo produtivo tipicamente artesanal, o qual apresenta reduzida divisão técnica e social do trabalho. E porque são marcados por uma compreensão mítica do mundo associada às atividades produtivas como a caça, a pesca e as atividades extrativistas de outras naturezas, esses sujeitos demarcam sua identidade cultural quanto aos seus territórios e ao restante da sociedade inclusiva. Estes sujeitos, por sua vez, reconhecem-na de maneira particular, embora se encontrem enfraquecidos quanto ao

poder político em face à sociedade urbana.

Opta-se por estabelecer a discussão da relação rural/urbano, por se entender que essa explícita variados pontos da caracterização acima referida quando adotada na análise do caso da RESEX/Soure, fundamentalmente pelo fato de que a população extrativista, em sua maioria, situa-se geograficamente no espaço urbano da cidade de Soure. E não há como se tomar as diferenças entre o mundo urbano e rural a partir de conceitos “a priori”, que possam ser aplicados a realidades diversas. Queiroz (1969), tratando da questão, considera que, embora coexistindo dentro de uma sociedade global, rural e urbano, continuam existindo, posto que correspondem a tipos específicos de organização do trabalho, ou seja, o primeiro insere-se num universo onde a natureza físico-geográfica exerce papel preponderante, já o segundo, insere-se no contexto das técnicas.

Nesse sentido, a tomar-se a civilização como resultado das formas de organização social do trabalho não há como pensar no fim dessas duas categorias, pois em certa medida, estão muito presentes na sociedade, uma vez que, na cidade há certa complementaridade dessas formas produtivas e de trabalho. E a depender da discussão sobre essa RESEX e sua proposta de desenvolvimento, essa reflexão é importante. Imbricadas, cidade e RESEX/Soure formam uma unidade, posto que a área reservada constitui importante possibilidade para o desenvolvimento da cidade, sendo responsável por parte de sua economia, gerada pelos recursos naturais daí retirados como lenha, pescado, crustáceos e, ainda, de espaços destinados à atividade do turismo.

De outro lado, a população extrativista RESEX/Soure, em sua maioria, reside em bairros da cidade. A mesma desloca-se para a área reservada apenas no período da coleta e, em maior tempo, para o serviço nas fazendas. Esse aspecto da organização sócio-econômica da população, decorrentes da organização do espaço urbano e rural local, embora distintos, não evidenciam conflitos maiores entre os atores sociais que possam inviabilizar a convivência.

De maneira geral, o movimento migratório é do tipo interno, de pessoas que migram de lugares distantes, em sua maioria, da própria região do Marajó. Elas vivem em praias, vilas, campos e fazendas, buscam nas cidades melhores condições de vida. Deslocam-se por iniciativa própria ou em função dos fenômenos naturais, notadamente as cheias e secas sazonais, que impossibilitam a permanência no local de origem. Esses deslocamentos não ocorrem apenas no sentido rural-urbano, mas também no sentido

inverso, caracterizando um tipo de migração temporária, tipo mais comum e, no qual, é comum pessoas deslocarem-se da cidade para o campo, para o exercício de outras cidades, ou mesmo, para a capital do estado, em busca de empregos e/ou, de serviços temporários.

Em pesquisa realizada sobre o campo migratório da cidade de Soure, Oliveira (*apud* ARAGÓN; MOUGEOT, 1986, p. 148) destaca que, a cidade de Soure atua como “[...] um dos escassos destinos para a população migrante [...]” da região do Marajó. Ainda, segundo este mesmo autor, apesar da densidade demográfica (3,8 hab./km²) da região do Marajó superar a do estado (2,8 hab./km²), apresenta importante variação (1,59 a 14,33 hab./km²) (OLIVEIRA, 1986). Esse aspecto sugere a existência de áreas subocupadas e de outras relativamente ocupadas.

Particularmente, a população urbana na região do Marajó excede a rural somente nos municípios de Soure e Salvaterra com índices crescentes e decrescentes, nas áreas rurais. As oscilações demográficas (8,6% em 1970 para 6,5% em 1980) indicam queda demográfica na região em relação ao restante do estado no período de 1970-1980. Apesar de estes dados corresponderem às décadas iniciadas em 1970 e 1980, eles evidenciam uma tendência importante na organização local da população local da cidade de Soure e assim, da população extrativista, já que se compõe predominantemente de imigrantes que, vindo de outras partes do Marajó, se fixaram na cidade.

Estudos realizados por alunos do Campus da UFPA/Soure (GOMES, 2001; SILVA W., 2001; SILVA C., 2001; PEREIRA, 1992), revelam a ocorrência de deslocamentos internos de grupos populacionais locais, próximos da cidade de Soure. Tal aspecto da população do município torna-se importante por possibilitar o entendimento de que o crescimento populacional da cidade é contínuo e, se dá pela migração de pessoas da própria região do Marajó e/ou de localidades do próprio município de Soure. Neste sentido, esses dados levam ao entendimento de que o índice populacional da população extrativista é bem maior do que se tem apurado até então.

A população que se utiliza dos RN soma cerca de 278 (duzentos e setenta e oito) profissionais que concentra-se basicamente em dois bairros; Novo, com 116 (cento e dezesseis) que representam 41,7% do total e Tucumanduba com 95 (noventa e cinco) correspondente a 34%). Os 24% restantes estão distribuídos pelos bairros da Macaxeira (9,7%), Pacoval (8,2%), Umirizal (2,9%), Comunidades do Pedral (1,4%), Cajuúna (0,7%) e Céu (0,36%). Desse

universo, 89,2% são do sexo masculino e apenas 1,8% são do sexo feminino, (as quais) que geralmente são esposas de caranguejeiros que se profissionalizaram para ajudar na manutenção familiar (SANTOS; RAMIRES, 1998, p. 5).

Ao habitarem bairros periféricos, as pessoas conservam modos de vida muitos ligados ao extrativismo, ainda que associados a outras estratégias de reprodução.

Um caso exemplar da situação pode ser evidenciado pela história do bairro do Pedral (SILVA, W., 2001), da Comunidade de Cajuúna (PEREIRA, 1992) e, em certa medida, do bairro do Tucumanduba (SILVA C., 2001). Os deslocamentos populacionais ocorridos nesses bairros apresentam como causa comum, a crescente escassez do pescado, recurso básico da alimentação, especialmente, da comunidade do Cajuúna. O bairro do Tucumanduba é outro importante exemplo, sendo que, como bairro mais populoso da cidade, grande parte de seus habitantes vive da coleta do caranguejo.

Outro grupo social bastante impactado pela escassez do pescado é o da vila do Pesqueiro, comunidade que tem na pesca artesanal, fonte principal de trabalho e sustento, motivo importante, juntamente com a atividade turística, que levam a desencadear intenso deslocamento populacional durante o ano todo. Para Cruz (1999), um fator que contribui no retorno das pessoas que migram para outros locais atrás de ocupações, especialmente para Soure, é o período das férias, no qual a atividade do turismo permite angariar melhores possibilidades de ganhos financeiros. Entretanto, já se pode evidenciar problemas decorrentes deste crescimento populacional, visto que a localidade não dispõe de uma estrutura de saneamento que a suporte.

A pesca era a principal atividade econômica da vila, e que originou a sua denominação, hoje não é caracterizada com essa importância, a falta de organização e a escassez do pescado fizeram com que a tradição pesqueira fosse sendo esquecida e colocada em segundo plano pelos descendentes dos primeiros pescadores, que justificam a não continuidade e a falta de interesse em função do não desenvolvimento da vila, dificultando principalmente oportunidades de estudos para os mais novos obrigando-os então a se deslocarem para a área urbana de Soure. Desse modo, a população local foi levada a buscar outras alternativas de sobrevivência, como o trabalho no comércio temporário do período do veraneio como ajudantes, garçons e cozinheiro; o aluguel mesmo que não intensificado de casas e pequenas embarcações para passeio nos rios e igarapés, o trabalho no serviço público, além é claro da

atividade tradicional que permanece, a pesca em pequena escala, e a extração do óleo da andiroba, feito por senhoras que há anos mantém a atividade e o caranguejo, apenas para a subsistência assim como camarão e as caieiras de carvão, que estão provocando a derrubada do mangal, observando-se que a comunidade não tem percepção quanto ao risco que corre em função do lixo ser jogado no mangue, pois comem os caranguejos que são extraídos de lá e que o lixo deteriora o manguezal (CRUZ, 1999, p. 187-188).

Casos como esses impõem a pensar-se nas condições que determinaram o tipo de organização social, de populações que vivem da extração de recursos naturais residirem no espaço urbano. Como se sabe, a economia do Marajó esteve ligada, desde a época da colonização, à pecuária, atividade que, após sucessivos momentos de depressão e prosperidade, entra em declínio em 1920. Desde então, novas formas de organização social, subsumidas ao tipo patrão/empregado (de um lado o dono do latifúndio, o fazendeiro e, de outro o peão, empregado da fazenda) se definem como relações estruturais dos modos de vida local da região.

Para Ximenes (1992), apesar da pecuária ter-se mantido como atividade mais importante até então, a região do Marajó tem-se destacado pela diversificação de produtos naturais variados (inclusive dos pequenos estabelecimentos pecuários), provenientes tanto da atividade agrícola como do extrativismo. Na cidade de Soure, essa composição está presente, na medida em que organiza modos sociais urbanos com base em uma economia extrativa de produtos naturais. Entretanto, os modos alternativos propostos pelos pecuaristas marajoaras, não se têm orientado para a preservação ambiental, mas tão somente, para a lucratividade que podem garantir.

No que tange à população extrativista, as viagens a campo têm demonstrado uma realidade diferenciada quanto ao contingente de extrativistas de caranguejo, embora Santos e Ramires (1988) não discutam os critérios utilizados na ocasião da identificação e contagem dessa população. Entretanto, relatos levantados em campo apontam para um total aproximado de 500 famílias (FERREIRA, 1999). Considerando que, de acordo com o Sr. Manoel Leal, presidente da ACS, apenas 128 pessoas estão associadas, é de pensar na legitimidade dessa entidade, uma vez que a maioria dos componentes da diretoria pertencem à família do presidente ou são pessoas com ligações comerciais.

Do ponto de vista demográfico, Soure não difere da maioria dos municípios. Segundo contagem do IBGE (BRASIL. INSTITUTO, 2000), em torno de 86,7 % do total da

população do município de Soure (19.957 hab.) reside no espaço urbano da cidade de Soure (17.302 hab.), dos quais somente 2.655 hab. (13,30%) na zona rural. Nessa perspectiva, a cidade se apresenta como principal ponto de convergência da população, tanto para os moradores do município quanto para o conjunto da região. Por certo, pela contigüidade espacial, a cidade de Salvaterra compartilha essa posição.

De acordo com Gomes (2001), a cidade de Soure começou a ser habitada a partir do bairro São Pedro, e seu crescimento se deu na ordem dos bairros; Centro, Macaxeira, Umirizal, Matinha, Bairro Novo, Pacoval e Tucumanduba e, ainda, o distrito do Pesqueiro. Atualmente, a situação fundiária das propriedades nos bairros periféricos é bastante indefinida, posto que, os terrenos, em sua maioria, não possuem aforamento. Esta situação, além de constituir problema para o ocupante, gera prejuízos para o governo local, já que prejudica a arrecadação impossibilitada pela não tributação sobre as propriedades.

Aparentemente, as ocorrências de ocupação de terras na cidade, por parte de camponeses e extrativistas locais, estão subsumidas à lógica cidadina de moradia, ou seja, em terrenos com tamanhos relativamente iguais situados nas ruas da cidade, onde constroem suas casas integrando-se à dinâmica da vida local. Entretanto, pode-se observar pequenos cultivos e criações de pequenos animais como aves e suínos. Atividades que se associam diretamente à manutenção das famílias.

É comum a presença de bubalinos (*Bubalus bubalis* S. 1945) e eqüinos (*Equus*) nas ruas da cidade, principalmente dos primeiros, largamente utilizados na tração de cargas, ofício que se faz através de carroças. A manutenção dos animais é facilitada, pela ampla largura (algumas com 32 m) e da presença de pastagem nas ruas, em sua maioria não asfaltadas, ou ainda, das fazendas locais que circundam a cidade, o que possibilita, inclusive, a criação de outros animais como, caprinos e suínos, criados soltos nas ruas da cidade. De certo modo, esse hábito tem gerado impasses entre os proprietários dos animais e o governo local que intenta na criação de novos códigos de postura para a cidade, tornando proibitiva a presença de animais no centro da cidade, em vista dos transtornos que ocasionam.

A questão da terra no Brasil tem assumido diversas representações para camponeses e populações extrativistas. Formas de trabalho assalariado assim como a venda de lotes e o extrativismo têm representado estratégias importantes na dinâmica em torno de sua utilização e posse (ESTERCI, 1990; MUSUMECI, 1988) sendo comum a ocorrência de

conflitos entre ocupantes e proprietários. Para os usuários dos recursos naturais em Soure, essa exigência de terra para a reprodução parece não tomar sentido tão fundamental a ponto de gerar conflitos extremados, apesar de já existirem ocorrência de ocupações de terras na cidade. Moradores de bairros periféricos, integrados em certa medida à dinâmica urbana, marcam o caminho de sua subsistência a partir da extração de produtos naturais locais situados predominantemente nos mangues e nos rios e complementados por outros serviços e ocupações na cidade e/ou nas fazendas da região.

Note-se que os grupos sociais, mesmo morando na cidade, podem conservar hábitos e costumes refletidos, principalmente, na atividade produtiva. Outros ainda persistem em seus lugares de origem, ou seja, em comunidades mais afastadas, indo e voltando todos os dias ou semanalmente (SILVA, W., 2001). Tal permanência no local de origem representa a manifestação do “gênero de vida” que impede a total e definitiva permanência na cidade. Em Soure, esse gênero de vida é predominantemente extrativista, sobressaindo a “tiração” de caranguejo e a pesca, além da produção de lenha, da coleta de mariscos e da criação de pequenos animais.

De um lado, passam a conviver com a “modernidade” assumindo hábitos peculiares do mundo urbano. Até mesmo quando buscam manter um padrão de consumo, até certo ponto, incompatível com o nível de renda que é relativamente baixo, passando a adquirir eletrodomésticos, principalmente a televisão e [,] ainda que raramente, alguns adquirem (antena) parabólica (SILVA, W., 2001, p. 72-73).

E mesmo com a introdução de técnicas nas atividades produtivas locais e com a crescente (nem tanto assim) urbanização de Soure, o ambiente natural, físico-geográfico, exerce papel preponderante na vida/imaginário da população local.

Em termos de renda financeira, essa é muito escassa, demarcando um aspecto importante na economia da cidade e do município, pois como os demais municípios da região, grande parte da economia advém da receita dos salários do serviço público local. Não há, em consequência, maiores opções de entretenimento nem de infra-estrutura de grande porte. Há uma agência local do Banco do Brasil/BB e outra do Banco da Amazônia/BASA, entretanto a participação de cidadãos com pequenas rendas fica impossibilitada, pois o limite para abertura de conta na agência BB é de R\$ 500,00, restando somente o BASA, banco regional que opera com financiamento institucional a

projetos de desenvolvimento regional e que, ultimamente, está diversificando sua ação na área de serviços. Assim, é comum para os moradores de Soure deslocarem-se até Salvaterra para a realização de serviços bancários.

Os estabelecimentos comerciais são em número reduzido, destacando-se os localizados na parte central da cidade e que funcionam como ponto de atração da população, principalmente em período de férias e festas religiosas. A atividade turística na cidade tem mobilizado o interesse de alguns moradores de melhores posses, os quais estão construindo pequenas hospedagens e/ou mesmo destinando parte de suas residências para o serviço. Entretanto, a ausência de políticas no setor por parte dos governos tem limitado em muito a qualidade dessa atividade.

Os jogos de futebol, as celebrações religiosas, assim como, as festas de salão, embaladas pela música regional (brega) apresentam-se como as atividades de entretenimento mais comuns na cidade. Predomina como modalidade de transporte na cidade serviços de mototáxis e de bicicletas, ocupando ainda, importância destacada, programações de duas rádios (Rádio Guarani e Sol do Marajó) muito prestigiadas pela população local. Em Soure, longe está a oposição entre o mundo urbano e o rural, posto que constitui, em certos aspectos, uma realidade única.

[...] o fato dos habitantes do campo buscarem nas cidades grande parte de seus modelos sociais – o fato de procurarem de certo modo copiar os citadinos – não significa que imitem ou admirem esses sob todos os aspectos. Todos os camponeses do mundo têm a convicção de que certas qualidades essenciais são muito mais o apanágio do homem do campo, que as possui em mais alto grau do que os citadinos: resistência física, amor ao trabalho, honestidade, moral sexual (MENDRAS, 1969, p. 35).

Por certo, o marajoara considera-se diferenciado, marcado por determinadas características que só a ilha pode gerar.

Conseqüentemente, é possível identificar muitos traços, que vão desde a maneira de falar, cozinhar e até mesmo de se comportar do caboclo marajoara. Acostumado às dificuldades que o ambiente natural impõe, surge um ser humano valente, forte (sic), profundo conhecedor da natureza e da arte de nela sobreviver, o marajoara. Em parte, de acordo com Figueiredo (1989), esse *ethos* está representado nas manifestações culturais locais: na dança, na música e no artesanato entre outras que, de certo modo, tem-se

constituído em mercadoria de consumo, estimulada pela atividade do turismo na cidade.

3.5 A ORIGEM DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO SOURE

Pelo que se levantou em campo, o processo de criação dessa RESEX foi inicialmente marcado pelo “Primeiro Encontro dos Manguezais”, realizado em 1997 em Soure, Pará. Este, por sua vez, contou com a mobilização dos trabalhadores “tiradores de caranguejo”, pescadores e de diversos segmentos da sociedade interessados na questão ambiental. Também, instituições como o IBAMA, CNPT, CMS, Ministério Público Federal/MPF, entre outras, estiveram presentes.

No evento, a expectativa dos organizadores era discutir os impactos da pesca industrial na vida dos pescadores artesanais locais e sobre os manguezais, entre os demais problemas que envolviam a questão ambiental local. Entretanto, a questão dos mangues locais e seu respectivo estado de ocupação tornaram-se a questão central. Segundo o Sr. Antonio Mello (IBAMA), que à época realizava uma pesquisa bioestatística com o objetivo de identificar a quantidade de descarte de caranguejo no processo de coleta dos “tiradores” locais, os manguezais vinham sofrendo um processo de predação severo.

Inclusive, parte deles estava sendo transformada em pastos e vilas para moradores que estavam se estabelecendo nos bairros periféricos, além do que, a sobrepesca do caranguejo era uma questão que precisava ser tratada. Essa situação estava a causar conflitos entre os moradores locais, que devido a isso vinham protestando continuamente. Foi assim, que se deliberou por realizar uma reunião específica, após o evento, com os “tiradores de caranguejo”, que se localizavam nas imediações da cidade, para tratar especificamente do assunto.

Nessa perspectiva, denunciou-se a “invasão” de “tiradores de caranguejo” vindos “de fora”, de outros municípios como, São Caetano de Odivelas e Vigia, os quais se pode observar na Figura 4. Eles vinham-se utilizando técnicas bem mais eficientes, como o emprego do “laço”²² entre outras estratégias de coleta do caranguejo, o que estaria diminuindo rapidamente a população de caranguejo e, deixando os extrativistas locais,

²² Pesca de laço: técnica empregada na coleta do caranguejo. Constitui-se de laços de barbantes colocados na entrada das tocas, sendo que sua extremidade oposta é amarrada a talas de bambu ou outra madeira fincada na lama. Ao sair da toca, o caranguejo entra no laço que acaba apertando, capturando-o.

de Soure, apreensivos. Os mesmos queixaram-se ainda que estavam reduzidos a uma pequena área de mangue de Soure e, na qual, o recurso já demonstrava sinais de diminuição.

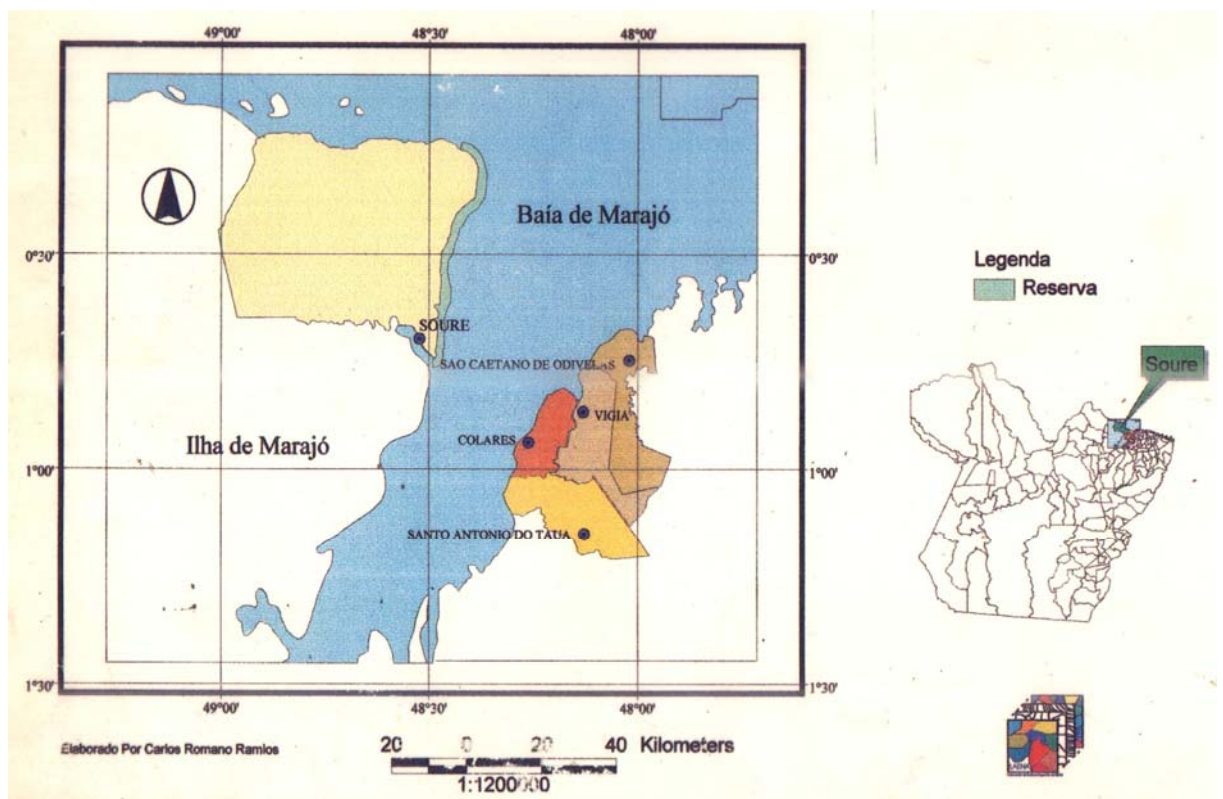


Figura 4: Mapa dos municípios localizados na baía do Marajó que têm relações com conflitos

de pesca na área da RESEX/Soure. Elaborado por Lindomal dos Santos Ferreira (PLADES/

NAEA-UFPA) e Carlos Romano Ramos (LAENA/NAEA-UFPA), 2002.

Foi possível reunir informações sobre a posição do IBAMA, referentes àquela época. De acordo com o Sr. Antônio Mello (1999, i. v.), o processo extrativo realizado com a “técnica do laço”, segundo dados técnicos, se intensifica em níveis muitos altos tornando assim a atividade insustentável. Precisamente, o artefato (“laço”) armado em grande quantidade²³ captura indistintamente caranguejos de todo tamanho e gênero. De acordo com os “tiradores” locais, inclusive, esse tipo de procedimento dos “tiradores de

²³ Cerca de 600 unidades, em alguns casos.

fora” de coleta com o “laço” não poderia ser permitido, pois acelera o processo de extinção da espécie no local.

A condurua, como é identificada a fêmea do caranguejo entre os extrativistas da região estuarina e mesmo no nordeste paraense, é poupada no processo de coleta pelos “tiradores” deste crustáceo de Soure. Como eles fazem a captura “no braço”,²⁴ pois, culturalmente, está presente a idéia de que é importante preservá-la, esta conduta pôde ser constatada *in locus*, entre esses “tiradores” (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c., 1999, n. c.). Precisamente, essa fêmea é identificada por eles como a responsável principal pelo processo reprodutivo da espécie.

A partir das discussões que foram realizadas nessa reunião, firmou-se com o Ministério Público Federal/MPF, o compromisso de se tomar a questão como prioridade. Segundo o IBAMA, não havia muito que se fazer, porque à época não havia legislação que coibisse o emprego da “técnica do laço” na captura do caranguejo (FERREIRA, 1999, n. c.). Por essa razão, considerava-se difícil realizar uma ação mais eficaz, pois do ponto de vista legal, qualquer ação não teria respaldo. Contudo, o interesse do IBAMA na criação da RESEX no arquipélago do Marajó, que é área de proteção ambiental, facilitou o processo legal para a criação dessa Reserva. Partiu-se, então, para a constituição de uma organização social, primeira condição para iniciar o processo.

É, portanto, no contexto da discussão da possibilidade da preservação das áreas de mangues locais, orientada pelo IBAMA, e de se encontrar uma solução para a questão do extrativismo, reivindicada pelos “tiradores” sourenses de caranguejo que surge a proposta de se criar uma associação. O objetivo desta seria o de mobilizar os extrativistas locais para a questão da preservação. Essa proposta viria se transformar na ACS e a expectativa dos associados é a de que todos os “tiradores” de caranguejo do município venham a filiar-se a essa Associação.

Entre os demais óbices que surgiram no processo de criação da RESEX/Soure, destacou-se o nível de analfabetismo entre os extrativistas, o que os impedia de se organizarem em associação. Tal situação ficou explícita nos depoimentos do coordenador do IBAMA/Soure, que indagava, naquele momento, sobre o papel da educação no processo de organização dos trabalhadores extrativistas:

²⁴ Em Soure, a captura do caranguejo é realizada no braço, ou seja, o “tirador” enfia o braço na toca do caranguejo para apanhá-lo.

Como poderiam se organizar em associação se eram analfabetos? Como é que vão agir com a papelada e com o estatuto e com tudo? [...]. Na medida em que há grupo social organizado nós podemos encaminhar. O problema é que praticamente ninguém sabia escrever (MELLO, A., 2000, i. v.).

Ao que indicam os depoimentos dos entrevistados e, inclusive, como é de se identificar, na Ata de Fundação, esse impedimento foi contornado, mediante uma ação conjunta dos órgãos envolvidos.

E, com o apoio do IBAMA/Soure e do CNPT, a ACS foi criada no dia 21 de maio de 1997 (ASSOCIAÇÃO. ESTATUTO, 1997, cap. 1²⁵). Nesse mesmo dia, além da fundação, foi eleita a primeira diretoria e aprovado o Estatuto dessa Associação, este orientado pelo promotor público de Soure Dr. Eliezer, como consta das evidências levantadas em campo.

Finalmente foi apresentada uma proposta de Estatuto para a Associação, fruto da discussão dos caranguejeiros, com a participação e orientação do Dr. Eliezer, Promotor Público de Soure. Após a leitura dos artigos e parágrafos que compõem o Estatuto, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais tendo a tratar foi encerrada a presente reunião (ASSOCIAÇÃO, 1992).

Ainda, segundo informações do diretor do CNPT/IBAMA em 2001, Sr. Otávio Albuquerque (2001, i. v.), em toda a costa paraense, onde se desenvolvem ações direcionadas à criação de áreas destinadas à proteção dos recursos naturais, Soure é o único município em que tais trabalhadores se organizaram formalmente.

Simultaneamente, à criação da ACS, surge a proposta de se criar uma “fábrica de massa de caranguejo”. Seria uma unidade de beneficiamento da massa de caranguejo coletado pelos associados, gerenciada pela própria ACS. Proposta essa, surgida no conjunto dos “tiradores de caranguejo”. Neste momento, houve uma intensa mobilização para a questão e, a partir de algumas parcerias, inclusive com o IBAMA, criaram-se cursos de alfabetização de jovens e adultos, assim como, de beneficiamento de massa de caranguejo entre outros tipos de capacitação. Provocado acerca da legitimidade da ACS,

²⁵ Ver especialmente o título denominações e finalidades, art. 1º.

o diretor do CNPT considerou que a situação de Soure “é favorável”, pois, em toda a costa paraense onde se desenvolvem ações direcionadas à criação de áreas destinadas à proteção dos recursos naturais, Soure é o único município a ter uma associação de extrativistas legalmente constituída.

Apesar do IBAMA apoiar a criação da RESEX, essa instituição pública não se mostrou favorável à criação da fábrica de massa de caranguejo. Os argumentos arrolados pelo IBAMA/Soure também se orientaram para uma perspectiva preservacionista, por demandar quantidades altas e constantes de exemplares (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). De acordo com esse entendimento, tal ação poderia trazer um intenso aumento na coleta de indivíduos, contribuindo assim para o aumento da exploração em níveis não sustentáveis da espécie, o que, entretanto não foi problematizado a contento com os “tiradores” locais.

Desse modo, fica evidente que o interesse do IBAMA com a criação da RESEX/Soure vinculou-se à preservação dos mangues locais, problemática acompanhada há tempos em todo o país (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Para os caranguejeiros, entretanto, a RESEX/Soure representou naquele momento, um instrumento legal que vinha ao encontro da necessidade não só de se proteger o caranguejo da exploração desenfreada, mas também da garantia e manutenção da fonte de renda e alimentação das famílias (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Estas, por décadas, para não dizer séculos ou um período de tempo mais longo, sobrevivem da extração e comercialização dessa espécie animal e matéria prima.

Tal compreensão passa, ainda hoje, pela idéia de que a ACS é quem deveria gerenciar a exploração dos recursos naturais existentes na área reservada. Desse modo, a expectativa dos caranguejeiros, seria a de que a RESEX/Soure constituir-se-ia em uma estratégia para garantir a disponibilidade de maiores áreas de mangue, possibilitada, mediante o impedimento da ação de “tiradores” vindos “de fora”, de outras localidades como, dos municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas e Bragança entre outros, processo que, automaticamente, se efetivaria com a sua criação (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Essa compreensão pode ser identificada nos pronunciamentos feitos na reunião de fundação.

O Sr. Rodrigo Figueiredo Leal falou aos presentes sobre a importância de uma Associação dos Caranguejeiros para lutar em **benefício da categoria e da preservação dos manguezais, visto que, tiradores de caranguejos de outros municípios estão usando métodos**

predatórios, como laço e tapagem, com isso prejudicando os manguezais de Soure [grifo do autor] (ASSOCIAÇÃO, 1992).

A coexistência de posições, tanto do IBAMA quanto dos extrativistas, sobre a compreensão de que a reserva seria o instrumento que deveria impedir a entrada de outros extrativistas na área e conferir aos que ali habitam possibilidade de usufruto da área a ser reservada, fica expressa a partir das conclusões do relatório da vistoria técnica.

Esta vistoria foi realizada na área em 1997, sendo o seu relatório um instrumento legal imprescindível para a criação de RESEX, que assim se posiciona:

Com o objetivo de garantir a continuidade das atividades extrativistas forma sustentável e sanar esses problemas, os caranguejeiros organizaram-se criando a Associação dos Caranguejeiros de Soure (ACS) e na busca de soluções, foi solicitado ao IBAMA, através do CNPT, a criação de uma Reserva Extrativista na área de manguezal. **Busca-se através dessa unidade de conservação, a posse da terra, evitando assim a interferência de outros pescadores na área** e, acima de tudo a criação de normas específicas, através do Plano de Utilização, com o objetivo de promover a conservação em equilíbrio com a exploração sustentável [grifo do autor] (FREITAS, 1997, p. 4).

No desenrolar do processo de criação da RESEX/Soure, essas duas posições vão se fortalecer, num primeiro momento como complementares, para posteriormente se dissociarem, o que se dá no momento em que os extrativistas propõem a criação de fábrica de massa de caranguejo – como já assinalado –, proposta que não é aceita pelo IBAMA.

Desse momento em diante, o IBAMA tem-se colocado sistematicamente contrário às ações da ACS. Posição, entretanto, que se dá de maneira subliminar, seja pela ausência em relação aos extrativistas locais, seja pela falta de ações que possibilitem aos extrativistas um maior entendimento da RESEX, uma vez que, desde o início, assumiu posição de animador no processo. Os poucos encontros promovidos até então entre as duas instâncias têm-se restringido ao mero repasse de informações a respeito do processo legal da RESEX, do qual só o CNPT goza o acesso.

Esta política de descrédito à ACS, entretanto, tem-se dado de maneira sistemática. Os argumentos adotados pelo CNPT centram-se fundamentalmente quanto à legitimidade da ACS; de que o presidente tem “problemas” com a receita estadual estando, deste modo, impossibilitado de receber financiamentos e de representar a entidade, pois seu tempo na presidência esgotou-se. Observe-se que desde sua fundação, não houve eleição até o término da pesquisa, permanecendo, portanto, o mesmo corpo de diretores.

Essa situação tem ocasionado impasses quanto à organização local dos caranguejeiros que, cada vez mais estão afastando-se da entidade, apesar de ser crescente o número de famílias que vêm se ocupando da “tiração” de caranguejo e outros recursos naturais na área reservada. De acordo com o presidente da associação, o número de famílias que extrai o caranguejo tem aumentado bastante, de 278 para mais de 500 famílias (FERREIRA, 1999). Por outro lado, o número de associados conservou-se o mesmo, cerca de 128 pessoas, com possibilidade de diminuição, já que é cada vez mais comum a preferência pela associação à CP Z-1.

Em que pese a posição do IBAMA em relação à ACS e sua respectiva diretoria, o grupo diretor da organização extrativista vinculado a essa Associação resiste, especialmente seu presidente que tem procurado manter o princípio adotado no início da organização. Atualmente, o Sr. Rodrigo Leal (presidente dessa Associação) procura encaminhar um projeto de implantação de uma fábrica de massa de caranguejo. Conforme anotações de campo (FERREIRA, L. DOS S., 1997, n. c.), em fins dos anos de 1990, a mesma estava orçada em R\$ 14.960; e, em que pese ser este um valor baixo, essa missão do Sr. R. Leal não tem tido sucesso, posto que o mesmo não dispõe de apoio institucional efetivo de parte do IBAMA.

Desse modo, tem buscado, em outras instâncias, possibilidades de financiamento e ajuda para a construção da sede da ACS e também da fábrica de massa de caranguejo, ações que têm angariado alguns resultados materiais. A construção da sede já foi terminada e devidamente inaugurada, o que é possível em parte observar na Figura 5. Conseguiu-se, também, outros benefícios materiais para a comunidade local e uma relativa mobilização entre os extrativistas.



Figura 5: Aspecto da decoração da inauguração da nova Sede da ACS.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos, 2001.

Note-se que, estas iniciativas têm facilitado a aproximação de políticos de representação estadual nos bairros onde residem os “tiradores de caranguejo” e o respectivo estabelecimento de relações políticas marcadas pelo assistencialismo clientelístico para esses extrativistas. Como se constatou *in locus*, tem havido “doações” de motores para rabetas,²⁶ material de construção para a ACS e de bicicletas “carudas”,²⁷ entre outros benefícios materiais (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Ao tempo da pesquisa, essa situação vinha sendo mediada pelo presidente dessa Associação.

Ultimamente, até os caranguejeiros filiados à ACS, estão também se associando à CP Z-1, atitude que veio se consolidando em função das expectativas em relação à RESEX não se realizarem e pelo fato de não garantir o seguro desemprego. Atualmente, esse procedimento passou a ser orientado pela própria ACS, tendo inclusive seu presidente se associado à Colônia (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Com a filiação a essa colônia, os “tiradores” procuram assegurar benefícios como: seguro desemprego e aposentadoria entre outros direitos que a ACS legalmente não garante.

Entretanto, os dados levantados em campo evidenciam que extrativistas que têm na pesca atividade predominante, sejam eles associados ou não à CP Z-1, não se encontram

²⁶ Barco (montaria) comum adaptado com motores de pequeno porte, também adaptados com hélices para a navegação. Meio de transporte comum na região do Marajó. Em Soure, é usada no transporte de passageiros na travessia do rio Paracauari.

²⁷ Bicicletas cardas. Refere-se à bicicletas cargueiras, tipo preferido entre os demais modelos na atividade produtiva pelo fato de possibilitar o transporte de maior volume de carga.

associados na ACS. Contudo, para os dirigentes dessa Colônia, o “tirador de caranguejo” tem os mesmos direitos que o pescador.

Assim como o camaroeiro, o “tirador” de caranguejo é um pescador, desta forma, ele também tem direito como o pescador, desde que esteja em dias com a colônia. Para ele, a ACS não garante a manutenção da categoria, [...] não dá sustentação, não dá sustentação nem o benefício do seguro desemprego nem para a aposentadoria (PAMPLONA, C.,²⁸ 1999, i. v.).

Essa atitude dos dirigentes da colônia de pescadores, entretanto, agrega-se a outro elemento importante que é a arrecadação financeira da entidade, pois como na ACS, vivem com enorme número de inadimplentes. Para esses dirigentes, esse é um aspecto importante, uma vez que a remuneração da sua diretoria, proveniente do percentual arrecadado dos pescadores associados, é insuficiente para as despesas com seus honorários.

Pelos encaminhamentos referentes ao Plano de Utilização²⁹ para a área, coordenado pelo CNPT/IBAMA, o processo do seu gerenciamento tem apontado estratégia diversa da que propõem os “tiradores” de caranguejo associados na ACS, desde o início do processo da RESEX. De acordo com o CNPT, esse plano, será ser estruturado por uma comissão a ser eleita do conjunto de todas as entidades presentes na área (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Tal estratégia, de um lado, tenta reparar os processo de planejamento dessa RESEX realizado pelo CNPT, incorporando a participação das demais entidades e segmentos sociais, entretanto, não deixa de ser uma estratégia que esvazia o papel da ACS, na medida em que privilegia a ação da CP Z-1.

Essa opção se configurou, no momento da escolha do Movimento dos Pescadores do estado do Pará/MOPEPA para a orientação na elaboração do Plano de Manejo local. Em certa medida, essas decisões têm se dado com certa pressa, justificada pelos seus executores, pelo curto tempo para preparar o plano, cerca de seis meses após a criação da RESEX (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Assim, o aparente ar de admiração dos extrativistas, a cada reunião, deixa transparecer, o quanto esse processo vem sendo conduzido sem a devida participação.

²⁸ Então presidente da CP Z-1.

²⁹ Instrumento administrativo para provar que a utilização dos recursos naturais será auto-sustentável, não prejudicará o meio ambiente e respeitará a legislação vigente.

Essa situação pode ser devidamente compreendida pelos depoimentos de lideranças políticas importantes da própria região, como se vê a seguir:

Eu não entendo como esses caras querem fazer essa reserva. Eles resolveram agora só chamar o pessoal do MOPEPA e estão excluindo algumas pessoas. Eu acho que isso não tá certo. Porra, eles dizem que todos têm que participarem, mas no fim só acontece o que eles querem. A gente que fica aqui, que sempre acompanhou a questão dos caranguejeiros e da pesca nem é consultado, nem pra participar nem pra tomar decisão. Eu já tô cansado disso (ANÔNIMO,³⁰ 2001).

Na reunião sobre a questão, no dia 23/06/01, na cidade de Soure, comunicou-se que o MOPEPA foi a entidade escolhida para iniciar a organização das comunidades, processo para o qual, foi destinado recurso financeiro no valor de R\$ 15.000,00. Essa decisão, entretanto, não foi justificada pelo CNPT e, em certa medida, gerou controvérsias entre os envolvidos, causando impasse e descontentamento entre os atores sociais, tanto àqueles diretamente envolvidos na questão como, “tiradores de caranguejo” e pescadores, quanto outros, de representação política partidária, parlamentar ou outros³¹.

No decorrer dessa mesma reunião, apresentou-se a pessoa que iria ficar responsável pela organização geral, a qual, por sua vez, divulgou o cronograma de atividades e reuniões a serem realizadas e os parceiros a serem contatados. Também, listou-se as instituições a serem as possíveis parceiras no processo de elaboração do Plano de Manejo local (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.)³². Comunicou-se, ainda, um calendário para reuniões e para atividades a serem realizadas: campanha de treinamento de agentes ambientais assim como campanhas educativas.

Esses encaminhamentos, entretanto, foram comunicados às entidades e não surgidos nesta reunião a partir da discussão entre os participantes. E tal posicionamento do CNPT/IBAMA, o que consta das observações em campo, predominou em todo o

³⁰ Essa é uma pessoa pública que quis ter seu depoimento mantido no anonimato.

³¹ Em campo, ouviu-se reclamações de que alguns estão sendo preteridos no processo em função da condução política; inclusive, que o MOPEPA está privilegiando apenas algumas lideranças.

³² A exemplo do Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Norte do Brasil/CEPENOR, da Pastoral da Criança / Confederação Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, do NAEA, do Centro Integrado de Polícia do Meio Ambiente/CIPOMA, do Museu Paraense Emílio Goeldi/MPEG, do CNPT e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará/EMATER.

processo de criação da RESEX resultando em distanciamento entre esse órgão governamental e a população local, que procurou à sua maneira e com o mínimo de informação que dispunha, encaminhar a questão.

Em visita realizada ao município de Soure, Rafael Pinzón Rueda³³ falou, na sede da ACS, à comunidade extrativista sobre a política de criação de RESEX. Muitos extrativistas ficaram insatisfeitos com o pronunciamento, que provocou, inclusive, o afastamento de vários associados da entidade. Tal reação se deu em função do Sr. Rueda afirmar que, o fato da área ser reservada não constitui impeditivo para outras pessoas fazerem uso dos recursos naturais locais, precisamente do caranguejo, ou mesmo transitarem no local demarcado (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Este episódio deixa transparecer que esses atores sociais apresentam uma compreensão bem delimitada acerca da RESEX, reforçada pelos interesses do grupo organizado que atua frente à ACS e diferente da que o CNPT/IBAMA têm implementado.

Do que já foi incorporado para a cultura local da população extrativista de caranguejo pelo processo de criação da RESEX local, destaca-se a realização anual do Festival do Caranguejo, que em vista parcial aparece na Figura 6. Por sua vez, este se realiza no mês de julho de cada ano, no Bairro Novo, portanto, em área urbana de Soure. Tal festividade, de acordo com o Estatuto (ASSOCIAÇÃO. ESTATUTO, 1997, art. 2º.), se constitui uma atribuição estatutária da ACS.



Figura 6: Faixa convite para o Festival do Caranguejo na sede nova da ACS.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos. 2000.

³³ À época, diretor do CNPT Nacional/Brasília-DF.

Observa-se que, ainda não há um entendimento entre as várias categorias de trabalhadores e lideranças locais, sendo que a direção política do processo parece deslocar-se, segundo interesses do CNPT/IBAMA, para a categoria dos pescadores. Esses, apesar de terem uma organização bem mais antiga, entretanto, não têm tanta clareza das potencialidades e implicações que a RESEX/Soure representa (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Vereadores, lideranças políticas e comunitárias, extrativistas ou não, ressentem-se do rumo que o processo tem tomado (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Para alguns, deveria haver prestações de contas e que o processo fosse aberto à participação de todos. E, a se pretender um acordo entre as partes envolvidas para a criação e fortalecimento da RESEX/Soure, emerge a necessidade de uma postura pedagógica mais coerente com a realidade social e que leve em consideração o diferente.

3.6 OS RECURSOS NATURAIS NA ÁREA DA RESEX MARINHA DE SOURE

Localizada na parte mais quente do Marajó, a área da RESEX é marcada em sua totalidade por áreas de mangue, sobressaindo grande quantidade de rios, furos, igarapés e praias que se estendem ao longo do perímetro demarcado. As praias ocorrem principalmente na área ① dessa Reserva. Para Cardoso (2000), em vista dos impactos que a exploração dos mangues da região sudeste do Brasil vêm causando às populações residentes que fazem uso da exploração dos produtos dos manguezais, a importância econômica e ambiental das áreas desse recurso natural gera discussões diversas. E, dentre estas, ressalta-se as modalidades de exploração empregadas pelos habitantes.

Os recursos naturais locais são riquíssimos, embora em grande parte estejam ameaçados. De fato, o levantamento sócio-econômico (SANTOS; RAMIRES, 1998) realizado na área e o laudo biológico sobre os manguezais do município de Soure (SILVA K., 1998) objetivaram traçar um perfil sócio econômico da população que utiliza a extração do caranguejo assim como fazer uma avaliação sobre a integridade biológica dos manguezais. Neles, identificou-se uma diversidade biológica considerável, onde destacou-se espécies como:

Aves: Ariramba (*Martin Pescador*), Garça (*Leucophyx thula*), Guará (*Guara rubra*), Jaburu (*Micteria*), Maçarico (*Charadrius*), Marreco (*Anas platyrhynchos*), Mergulhão (*Mergus octosetaceus Vieil*) e o pato (*Cairina moschata*). Ferreira (1999), observou ainda a ocorrência de pica-paus (*Piciformes*), (gaviões) (*acipitrídeos*) e grande quantidade de pássaros (*passeriformes*), os quais não se pode identificar mais adequadamente;

Crustáceos: caranguejos das espécies aratú ou sarará (*Aratus pisonii*), caranguejo Uçá e o chama marés (*Uca leach*); camarões: camarão canela ou regional (*Macrobrachium amazonicum*); de siri: siri azul (*Callinectes sp.*) e de isópodes: turú; Moluscos: caramujos e mexilhões (*Mytilus*);

Mamíferos: Capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*), cutia (*Dasyprocta ill*), macacos (*Alouatta e outras espécies de Micos cebus*), porco brabo (*Tayassu pecari*), o quati (*Nasua nasua*), a raposa (*Vulpes vulpes*) e o veado (*Cervidae*);

Répteis: camaleão (*Chamaleo*), jabutis (*Testudo tabulata*) e de ofídios variados;

Peixes: Tainha (*Mugil*), sardinha de gato (*Piabucus dentatus*), a branquinha (*Anaduslation Spix*), o matupiri (*Tetragronopterus chalceus*), a pirapema (*Tarpon atlanticus*), as arraias, o bagre (*jandiá*) o camurim (*Centropomus pectinatus Poey*), o pacamun (*Lophiosilurus alexandri Steind.*), a pescada branca (*Cynoscion virescens*) e a piramutaba (*Brachyplatstoma vaillanti*);

Na Flora, conforme Silva (1998, p. 15), As principais espécies de árvores encontradas na área estudada foram o mangueiro (mangue vermelho); a siriúba e a tinteira (*Laguncularia racemosa*).

Os estudos acima tomaram como amostragem as comunidades de Cajuúna, Matinha, Pacoval e Tucumanduba, áreas em que os extrativistas de Soure realizam a “tiração” dos caranguejos.

Entretanto, há outros pontos de extração variados, identificados nas entrevistas, como: Turé, Inviceira, Turumã, Verumá (Ver o Mar), Santa Rosa, Macaquinho, Ponta Fina, Miridumá, Boi Gordo e outros, descritos por Oliveira (1999), quais sejam: Cambu, Ervesia e Pipeua. Esses locais ficam bem mais afastados da cidade e, nos quais, a extração do caranguejo é feita também por extrativistas de outros municípios. Pelo acesso ser mais difícil e a ocorrência de estabelecimentos e residências serem mais escassos, é possível que haja uma diversidade populacional maior de fauna e flora.

A disputa em torno dos recursos naturais no Marajó tem sido intensa desde a ocupação do território pelos portugueses, no século XVII. Inicialmente feita com os jesuítas e, depois, pela própria coroa portuguesa, a ilha do Marajó (ilha Grande de Joanes) passou a ser alvo de disputa entre missionários e índios (CRUZ, 1999). Posteriormente, as disputas no Estado português foram marcadas pela presença do latifúndio em confronto e a população cabocla que, como peões entre outras ocupações, foram subjugados ao trabalho na pecuária e deram origem ao que hoje se apresenta como os de tipos sociais conhecidos como fazendeiro e peão.

Tradicionalmente, a atividade econômica predominante na região do Marajó sempre foi a pecuária extensiva, bovina e bufalina, desenvolvida em ecossistemas de pastagens nativas (XIMENES, 1992). Neste contexto, o município de Soure tem participação significativa. Na cidade de Soure, destacam-se ainda a pesca, a atividade do comércio, o serviço público e o extrativismo como fontes de renda. Tomou-se essa última atividade como significativa, para referência da pesquisa, por apresentar-se como recurso fundamental para grande grupo de famílias extrativistas que a utilizam como produto base de sua economia. Essa ocorrência é muito presente no município, sendo que o extrativismo ocupa especial importância na economia local.

As condições do extrativismo na área reservada assumem características bastante singulares, nas quais predominando a pesca e a atividade de extração de caranguejo. Como o mesmo é realizado de modo mais intenso, principalmente nos tempos atuais, o que tem acompanhado o crescimento urbano da cidade (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Nos últimos anos, a constante modernização das técnicas de extração, o aumento populacional associado ao turismo e à especulação imobiliária, que já começa a ser sentida, assim como, os primeiros sinais da escassez de alguns recursos naturais, têm resultado em níveis de procura de recursos mais intensos (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Principalmente, isso vem ocorrendo quanto à fauna ictiológica.

Durante a pesquisa, constatou-se de maneira bastante evidente, o uso da flora, fundamentalmente nas áreas de mangue, seja por esta apresentar-se como tipo predominante na área, seja pelas propriedades que apresentam, o que as torna mais preferidas. Pelo seu alto poder de combustão, as espécies da flora do mangue são mais utilizadas na produção de carvão, como se vê na Figura 7 a seguir, e lenha (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). E, sua utilidade não se restringe apenas ao uso doméstico de preparo de alimentos, no trato medicinal, na conservação dos apetrechos usados na pesca, mas também da produção comercial de madeira e carvão para padarias e uso doméstico na cidade, para a qual a venda tem sido livre.



Figura 7: Madeira do mangue empilhada para venda.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos. 2000.

A produção de carvão foi mais intensa em anos anteriores, quando a população dispunha apenas de fogão a carvão. De acordo com Silva, W. (2001), este foi gradativamente substituído pelo fogão a gás. Sua produção é feita com base no trabalho familiar em “caieiras”³⁴ e fornos, e destina-se à comercialização para uso doméstico direto e/ou para revenda. De acordo com dados do IBGE (BRASIL. INSTITUTO, 1985), em 1980 produziram-se 23.500.00 m³ de lenha e 67 toneladas de carvão, nos valores de Cr\$ 823,00 e Cr\$ 334,00, respectivamente. Em 2002, esta produção continua

³⁴ Espécie de forno artesanal onde se produz o carvão. Seu formato pode variar e, em alguns casos, é feita a partir de um buraco no solo onde a madeira cortada em pequenos pedaços é depositada e coberta com uma camada de terra e barro molhado, de modo a impermeabilizar a cobertura. Um furo na parte superior funciona como “suspiro” e sua função é manter o equilíbrio térmico. Em outros casos, assume a forma iglu, que é feita sobre o solo a partir de barro ou mesmo de tijolos sendo que, a caieira feita de tijolos é utilizada na produção industrial. Esse último tipo pode ser encontrado no município de Paragominas, estado do Pará, onde as sobras provenientes da atividade madeireira são reaproveitadas na produção do carvão.

a ser realizada para atender a demanda das empresas industrial-artesanais consumidoras de carvão, como a das padarias locais.

Também, destaca-se como importante recurso explorado, o mangue vermelho ou mangueiro. Usado no processo de curtimento do couro pelo Curtume Municipal da cidade de Soure, é coletado, sob encomenda, nos mangues da região por algumas pessoas que a vendem a seus proprietários. Por ser uma atividade sistemática, são demandadas sempre quantidades constantes de mangue (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Assim, o uso da flora, entretanto, assume características muito variadas e comuns no cotidiano do extrativista, como na confecção das casas (taipa); utensílios como pês para o transporte do caranguejo (folha da inajazeira – *Pindarea concinna*), côfos, abanos entre outros; fabrico de cacuris, currais de pesca, matapis, cercas para criatórios (bambus – *Bambusa vulgaris*, cipós e talas de espécies variadas) entre outros.

Além daquelas famílias que têm sua vida dependendo diretamente dos recursos do mangue há, entretanto, a existência de pessoas que os utilizam como uma maneira de complementar suas rendas e nutrição. Nesta direção, é comum a extração de moluscos como o turú e o camarão, além da pesca ocasional de outras espécies. A venda de moluscos (*Limnoria sp.*; *Macrobachium amazonicum*) e crustáceos como o caranguejo na cidade é feita ocasionalmente e/ou, dependendo da demanda de restaurantes e/ou populares, pelos extrativistas e, no mercado municipal (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Ainda, foram encontrados caramujos e mexilhões (*Mytilus*), entre outros moluscos, não sendo registrados, no entanto, evidências de seu consumo nem de comercialização.

O comércio de espécies, oriundas da atividade da caça, como marrecas e capivaras, também foi evidenciado quando em campo. Geralmente, essas espécies são consumidas e/ou comercializadas no âmbito da parentela de quem caça, não sendo uma atividade que se realiza para e pelo público em geral. Entretanto, é possível encontrar pessoas nas ruas que passam oferecendo aos conhecidos, marrecas já depenadas e tratadas (salgadas) pelo preço de R\$ 2,00 cada unidade, o qual oscila conforme a quantidade negociada já que, para o mesmo comerciante, três marrecas são vendidas a R\$ 5,00 (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Contudo, nos depoimentos, foi possível identificar outras espécies como a cutia, o macaco guariba (*Alouata*) e o camaleão, também utilizados no consumo direto, sendo que, para essas últimas, não se registrou comércio. E, o consumo existe, para alguns, como iguaria apreciável que pode ser preparado, a depender da ocasião e disponibilidade.

O uso dos recursos naturais apresenta-se, em alguns casos, de maneira sazonal dependendo do “tempo” e de sua ocorrência, estando, nesta modalidade, a pesca e a “tiração” de caranguejo. A coleta e uso de outros produtos, todavia, são realizados de maneira constante e intensiva durante o ano todo (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Estes são os casos do turú, dos cipós e cascas de árvores usados na atividade do curtume e/ou uso medicinal e doméstico e, lenhas e frutos, entre outros produtos extrativistas.

A compreensão do extrativismo local, entretanto, não pode ser realizada simplesmente no sentido da procura-oferta. Nas imediações de Soure, os produtos naturais, a presença humana e o ambiente não estão separados, estabelecem relações mútuas em “mão dupla” determinando-se reciprocamente, ou seja, a existência da população que vive dos recursos naturais está ligada material e simbolicamente ao ambiente natural e esse a ela (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Deste modo, certos interditos sobre os recursos naturais veiculados pelo discurso preservacionista, seja pela ação da RESEX, pelas entidades ambientalistas locais ou mesmo pela sociedade inclusiva através da televisão, têm-se determinado pela influência externa à cultura local.

3.7 ATIVIDADE HALIÊUTICA NO MUNICÍPIO DE SOURE

A atividade haliêutica remonta à ocorrência indígena na região do Marajó. O grande número de rios, lagos e igarapés, além de servirem como principal meio de locomoção, constituem também o principal meio de vida para a população regional. Essa característica tem possibilitado, segundo Miranda Neto (1976), o aparecimento de vilas de moradores (Genipapo e Santa Cruz do Arari, entre outras) e, por conseguinte, de colônias de pescadores, as quais, tradicionalmente, têm realizado a atividade da pesca.

Em Soure, na região em estudo, essa atividade tem, ao longo da história do município, se destacado com produção elevada de pescado. Para tanto, a pesca industrial tem tido papel destacado em relação à pesca artesanal local. Segundo Oliveira (1986), a pesca no Marajó foi intensa na década de 1970, chegando a representar 35% de toda a produção estadual. No litoral de Soure e Salvaterra, a piramutaba é capturada para fins comerciais em Belém e, dessa cidade segue para o exterior, em formato de filé ou postas, sendo que de 1967 a 1973, cerca de 12.570 toneladas foram exportadas para os Estados Unidos da América – EUA.

Dos problemas que sobressaem na costa leste do município de Soure, área compreendida pela RESEX/Soure, o mais importante e reconhecido pelos extrativistas, em especial para os pescadores, é a pesca de arrastão. De acordo com os dados coletados, essa atividade ‘tem tirado muita gente do ofício’ e diminuído em muito, a existência de algumas espécies (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Este desdobramento tem gerado, juntamente com o alcoolismo e outros problemas daí decorrentes, o empobrecimento de grande número de pescadores.

Predominantemente, os pescadores de Soure realizam a pesca artesanal. De maneira a aproveitar da disposição piscosa, utilizam diversos instrumentos conforme a tecnologia empregada, os quais correspondem a formas diferenciadas de pesca. Furtado (1992), escrevendo sobre embarcações na Amazônia, fala de sua importância para aqueles grupos sociais, habitantes de ambientes ribeirinhos, lacustres ou costeiros. Produzidas com recursos naturais regionais e fabricadas no âmbito das próprias comunidades dos usuários da RESEX/Soure, representam importante traço cultural. Conseqüentemente, o *savoir-faire* de seus construtores, herdados de seus antepassados pela experiência e tradição oral e por processo endocultural é um importante aspecto a ser considerado.

Desse modo, é comum a presença de tipos diversos de embarcações. Dentre estas, destacam-se as montarias (adaptadas ou não com motores), cascos, canoas de variados tamanhos e capacidades (motorizadas ou à vela) que caracterizam a atividade do trabalhador regional que pesca em regime de subsistência. No que diz respeito a produtos e utensílios usados, eles se remetem às origens indígenas, como o sumo de timbó, dos quais não foi possível identificar as espécies,³⁵ o curral, a tarrafa, o cacuri etc. (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Ainda, são importantes as estratégias de organização social para a pesca, as quais são bastante diversificadas (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). E, a atividade haliêutica em Soure tem como base o trabalho familiar, a “ajuda mútua”, a “meia” e quanto ao trabalho assalariado, no caso da pesca industrial, entre as estratégias comuns mais encontradas.

Entretanto, a complexidade ou não dos instrumentos utilizados na pesca, varia conforme o poder aquisitivo de cada trabalhador, seja na pesca artesanal ou industrial, já que, ambas, constituem formas excludentes de organização produtiva, posto que o pescador só tem contato com as formas industriais da pesca como trabalhador assalariado. Por outro lado, o potencial produtivo das técnicas artesanais não tem interesse aos olhos do

³⁵ Muito comum entre os indígenas, esta modalidade de pesca caracteriza-se pelo emprego de plantas tóxicas. Maceradas e mergulhadas na água têm o objetivo de capturar peixes, processo que se dá por asfixia.

pescador industrial (patrão) (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Assim, segue-se sem mediação possível, a pesca industrial ilegal, na área, predando, não somente os recursos naturais em si mas/e sobretudo, as condições de reprodução do pescador artesanal local.

Nas ocorrências de campo, foi possível identificar alguns traços comuns aos trabalhadores na pesca. Como moram em bairros periféricos da cidade, os pescadores têm sua vida marcada pela atividade haliêutica de maneira intensa, seja pela ação dos pais que desenvolviam a profissão e/ou pelo contato individual com o ofício, experiência que têm determinado a escolha da profissão (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). São comuns, ainda, as trajetórias de migração nas famílias dos pescadores que, em certa medida, permitem a compreensão do comum domínio de habilidades variadas em outros ofícios e o conhecimento de outros ambientes naturais do Marajó ou de fora por esses pescadores.

Os deslocamentos humanos são muito mais comuns no conjunto dessa população na região, podendo-se observar como causa mais comum, a busca de melhores condições para a reprodução individual e familiar. Como se sabe, esses pescadores, empobrecidos, geralmente estão a deslocar-se atrás, seja de ocupação como tripulação em embarcações de pesca de médio porte ou como associado a outros pescadores (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Assim sendo, poucas são as chances de estabilidade familiar, de acumulação financeira e, conseqüentemente, de melhorias de vida. Em muitos casos tal situação culmina com sua marginalização que, associada ao alcoolismo, subtrai-lhe a saúde e a possibilidade de cidadania.

Paralelamente à realização da atividade da pesca, outras estratégias são desenvolvidas pela família, para o autosustento. Eventualmente, a esposa juntamente com os filhos mantém um pequeno comércio, vendem doces e salgados e uma variedade de produtos que se ajustam à economia familiar. Como no entendimento de Simonian (2001), no contexto das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e gênero, tais empreendimentos concorrem para o aumento da renda familiar.

De modo geral, a atividade da pesca é exercida o ano todo, com exceção do período do defeso/época da piracema. Esse hiato na produção é compensado pela renda proveniente do seguro desemprego que é aproveitado para a realização de alguns investimentos nos instrumentos produtivos, assim como, na casa e na família. Entretanto, nem sempre sucede desse modo, sendo que em parte dos casos, o pescador ao receber o benefício não consegue administrá-lo. Os casos de alcoolismo, problema crônico na categoria,

têm contribuído de maneira importante para a marginalização do pescador.

De acordo com os dirigentes da CP Z-1 fundada em 1918, apesar dos processos de seguro desemprego que a entidade encaminha serem atendidos, seus beneficiários não saldaram as dívidas com a colônia. Isso pôde ser atestado em 1999, pela diferença entre o número de associados – 1475 – e a quantia de pescadores que pagam as mensalidades – 200 (FERREIRA, L. DOS S., 1999, n. c.). Essa situação tem gerado impasses entre os dirigentes e a categoria, além do que as ações da colônia para com esta última ficam impossibilitadas pela falta de recursos.

Invariavelmente, os pescadores que são pais de família atribuem importância destacada à educação. Com um nível de escolarização que não ultrapassa a 4ª. série e que se situa comumente entre a 1ª. e 2ª. séries do ensino fundamental, seu uso restringe-se a assinar documentos referentes à atividade de comercialização ou da colônia de pesca Z 1 (seguro desemprego) (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Como eles fazem pouco uso da atividade escrita e da leitura, tendencialmente, acabam por apresentar dificuldades progressivas no curso dessas atividades que passam então a ser entendida na restrita função que podem ter para o desempenho da atividade principal que é a pesca.

A escola é uma atividade valorizada pelos pais, os quais fazem questão da frequência dos filhos. Contudo, a atividade escolar é conjugada com o trabalho de “ajuda” na pesca. Inclusive, é comum encontrar-se crianças de nove anos pescando em companhia dos pais. Para alguns, a escolarização deve livrar os filhos da profissão na pesca que, como se referem, é “uma profissão dura”.

3.8 O EXTRATIVISMO DO CARANGUEJO

Das atividades extrativistas mais significativas nas áreas da RESEX, juntamente com a da pesca é a tiragem do caranguejo, uma vez que são as que garantem de maneira mais imediata renda financeira. Os tiradores de caranguejo estão distribuídos em variados locais, dos quais se destacam os bairros da cidade de Soure denominados de Macaxeira, Pacoval, Umirizal; são ainda importantes as comunidades do Pedral, Cajuúna e Céu. Entretanto, segundo Ferreira (1999), Santos e Ramires (1998), é nos bairros Novo e Tucumanduba que se concentra o maior número de “tiradores”.

Em Soure, de acordo com as entrevistas e observações realizadas, a extração de caranguejo é uma atividade predominantemente masculina, constituindo exceção a ocorrência de mulheres que se envolvem com este ofício. Essas são em número de cinco sendo que apenas uma está associada à ACS (FERREIRA, 1999). De acordo com Santos e Ramires (1998), a maioria dos “tiradores” é formada de pessoas adultas (20 a 40 anos), sendo ínfima a presença de jovens, abaixo ou na faixa etária dos 14 anos. É também residual a presença de “tiradores” aposentados (oito “tiradores”).

Geralmente, a renda mensal do caranguejeiro não ultrapassa a um salário mínimo. Em certas famílias, a mesma é completada pela ocupação da esposa que, entre outras estratégias beneficia a massa do caranguejo com o intuito de garantir melhores preços aos produtos, entretanto, essa atividade é realizada ocasionalmente, quando se quer ter um ganho extra. Os locais onde essa atividade de beneficiamento é constante e são conhecidos entre os tiradores como “fabriquetas” e, o quilo da massa de caranguejo produzido é R\$ 7,00, conforme os dados de 2000-2001 (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Na Figura 8, abaixo, tem-se um cartaz com espaço para a indicação de preços, onde a ACS também faz uma chamada para a importância da preservação dos manguezais.

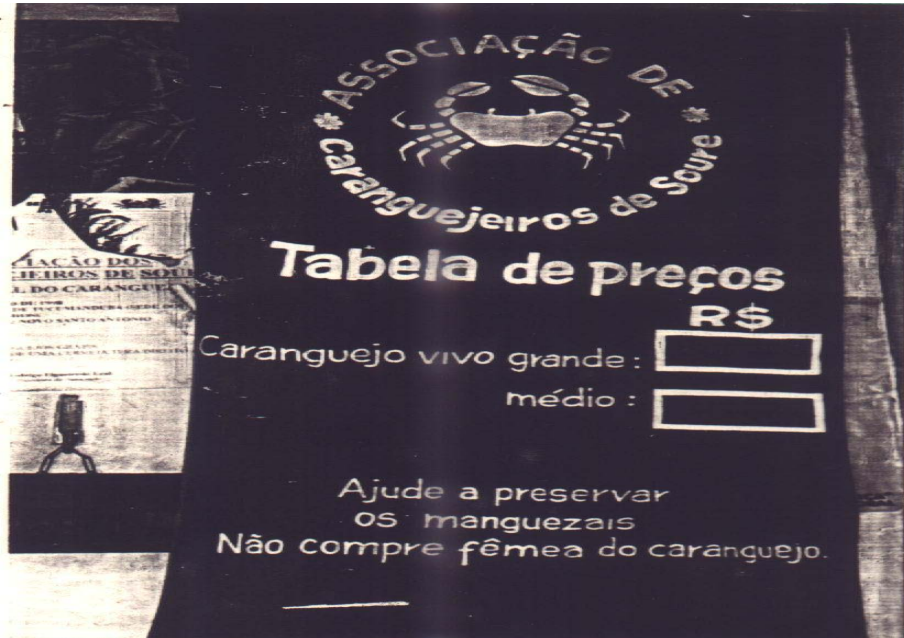


Figura 8: Tabela de preços, exposta na casa do presidente da ACS.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos. 2000.

Pescadores, coletores e “tiradores de caranguejo” têm seu acesso à reserva de maneira

variada, dependendo da distância entre o mangue e sua residência. Desse modo, é comum o uso de bicicletas, canoas ou mesmo da caminhada, para se chegar ao mangue (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Para os usuários que vêm “de fora”, como se referem os extrativistas e moradores de Soure, o acesso é viabilizado em barcos, que atracam em pontos variados da costa leste (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Isso ocorre, principalmente, nos pontos onde são realizadas a coleta do caranguejo e a pesca industrial ou “arrastão”, como a denominam os pescadores locais.

Os instrumentos e produtos utilizados na “tiração” são muitos. Consta, geralmente, do “gancho”, do “ferro”³⁶ – este visto na Figura 9 – e do querosene, esse último usado como repelente a insetos e, ainda, o “dente de jacaré-açu”,³⁷ este utilizado contra picada de cobra. Geralmente, a produção é individual; entretanto, podem ocorrer grupos de duas ou de três pessoas, especialmente quando o lugar de “tiração” é distante.



Figura 9: Instrumentos de captura do caranguejo: ferro e gancho.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos, 2001.

O processo de captura do caranguejo pelos extrativistas é realizado com o “braço” e com o “gancho”, sendo empregada, ainda, por alguns, a “redinha”³⁸. Segundo dizem, apesar de conhecerem a técnica do “laço” não a usam. O argumento utilizado,

³⁶ O gancho e o ferro constituem os principais e mais comuns instrumentos utilizados na atividade de *tiração* de caranguejo. O gancho é feito de vergalhão em forma de L e o ferro, conhecido como ferro de cova quando usado na atividade de construção civil, tem o cabo mais curto. O gancho destina-se a forçar a saída do caranguejo da toca e o ferro é usado para alargar os buracos (toca) quando se encontram muito fundo.

³⁷ Trata-se de um dente de jacaré-açu pendurado no pescoço em formato de amuleto. Acredita-se que o mesmo afasta qualquer tipo de cobra, realidade a que o *tirador* de caranguejo está susceptível.

entretanto, não se prende à lei (PARÁ. Lei Nº. 6.082, 1997) e as sanções respectivas quanto ao uso dessa técnica, pois em sua maioria os caranguejeiros desconhecem a diferença no momento da captura entre o macho e a fêmea, mais conhecida como “condessa”. Para os práticos que procuram respeitar a natureza, há uma série de prescrições a serem observadas no ofício da “tiração” que vão, desde a identificação do sexo do caranguejo, sua idade, período de reprodução, alimentação entre outras características.

Fundamentalmente, tais procedimentos giram em face da preservação dessa espécie e de sua destinação para o mercado. Em princípio, os caranguejos destinados à venda precisam ter o tamanho e o sexo definidos, além de apresentarem as “patas” dianteiras bem desenvolvidas, uma vez que, do ponto de vista comercial, o caranguejo “patudo” é bastante apreciado, tanto por quem coleta, quanto para quem compra (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Há, por certo, uma maior aceitação no mercado, pois o comerciante tem a opção de vender as patas separadamente, as quais são valorizadas pelos consumidores por apresentarem acúmulo maior de carne.

Em 2000, o preço do caranguejo nas ruas de Soure ou no mercado municipal local era de R\$ 0,30 a unidade, o qual, era vendido ao marreteiro a preços variados, a exemplo de R\$ 0,10, R\$ 0,15 e R\$ 0,20 (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Os marreteiros sourenses revendem, em Belém, os caranguejos comprados e ou coletados naquele município; geralmente, saem na quinta feira no barco Paulo Afonso que faz a linha Soure-Belém rumo ao porto do Ver o Peso, na capital paraense, para vender sua produção (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Pagam pelo transporte de cada pêra³⁹ de caranguejo, o valor de R\$ 1,00, mas nessa capital, à época, o preço da pêra, com cerca de 40 caranguejos, no período da safra era de R\$ 30,00 e na entressafra de R\$ 35,00 (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Segundo dizem os tiradores/vendedores e revendedores de Soure, a venda em Belém é mais lucrativa.

Para os extrativistas que exercem a “tiração” de caranguejo e a pesca simultaneamente, a atividade de caranguejo é tomada como modalidade para angariar ganhos financeiros e o peixe para a alimentação. De acordo com o Sr Manoel Leal (2001, i. v.), anualmente o caranguejo tem o seu ciclo de desenvolvimento para o qual os “tiradores” convencionaram que os meses que possuem letra **R**, que compreende os meses de

³⁸ Denominação comum ao emprego de sacos que, rasgados e posicionados à frente das tocas, acabam embarçando o caranguejo ao sair, impedindo sua movimentação facilitando deste modo sua captura.

³⁹ Espécie de recipiente usado para transportar o caranguejo logo após sua captura no mangue até a unidade doméstica do *tirador* de caranguejo.

setembro a abril, os caranguejos estão magros, já os meses que não possuem **R**, de maio a agosto, os caranguejos estão gordos. Desta maneira, ficam também definidos, tradicionalmente, os períodos onde se pode ou não realizar a atividade de “tiração” do caranguejo.

E no entender de Furtado (1994), longe de ser o mito inócuo como aparentemente pode parecer, é um fato que faz parte do cotidiano das populações ribeirinhas mais do que costeiras. A estrutura mental e as práticas das comunidades correlacionam razões para práticas de atitudes cotidianas, as quais são operativas na vida social e na relação com o meio ambiente. Essa observação de Furtado (1970) é central na desmistificação da noção de que a definição das políticas de criação de RESEX e de manejo dos recursos naturais dessas devem ser conduzidas tão somente pelas agências que assim estão instituídas.

Em sua grande maioria, os “tiradores” se dizem católicos. Eles relacionam a essa opção o fato de não ‘proibir nada, nem bebida, nem fumo’. Das festas mais apreciadas, se destacam o círio local de Nossa Senhora de Nazaré, as festividades de Ano Novo e o Natal e, ainda, as uniões dos casais, feitas preferencialmente com o casamento religioso e o civil, que marcam a compreensão mítica que se tem da vida e do mundo (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Entretanto, grande parte dessas uniões é realizada livremente e para as quais há diversos tipos de identificação como: “amasiados”, “amigados”, “mora junto”, “companheira”, entre outras denominações que demarcam arranjos para situações possíveis (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Dentre estas, algumas aprovadas e outras nem tanto, mas vão se constituindo no cotidiano.

Apesar de valorizarem a escolarização, os tiradores reconhecem e valorizam, sobretudo a atividade do trabalho, pois dela dependem economicamente, além do que não é uma atividade que qualquer pessoa realiza de qualquer jeito, “é necessário ter uma ciência”:

Para realizar o trabalho é necessário manejar adequadamente o material, enfrentar o medo durante a pesca e ter disposição para trabalhar no mangue. Além do material, é preciso ter coragem no momento de tirar o caranguejo e resistência para enfrentar o tempo no mangue (NUNES, IVAIR, tirador de caranguejo, 2001).

A atividade escolar tem seu valor dentro de um limitado espaço da vida social das pessoas, posto que, desde a tenra idade, a criança realiza “ajuda” nas atividades diárias

do trabalho dos pais e a entrada no mundo do trabalho coincide com a adolescência que, para os jovens, chega mais cedo do que nos grandes centros urbanos, por volta dos 14 anos.

Desse modo, a escolarização ajusta-se às características sócio-econômicas e culturais do local, apresentando perfil bem diverso do que se tem convencionado a partir das instituições voltadas para a sua organização. É para esse tipo de atividade que a cultura local, os interesses mais íntimos da vida cotidiana e social se voltam, para a reprodução social do modo de vida local. Em um tal contexto, a atividade extrativa, por mais integrada que esteja com o modo de vida urbano, continua a se replicar, na maioria das vezes, à revelia da ação das políticas públicas locais.

3.9 A POLÍTICA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DE SOURE

A considerar-se que a população extrativista, em sua maioria pescadora e “tiradora de caranguejo” se encontra habitando a cidade, tomou-se também como elemento de investigação as políticas a que esses sujeitos estão submetidos. Nesse sentido, escolheu-se como universo de análise a política educacional em curso no município de Soure. Para isso, foi necessário levar-se ainda em conta os aspectos que a marcam, envolvem e conectam com a sociedade mais ampla.

Os dados aqui utilizados foram colhidos mediante entrevistas de funcionários da prefeitura, professores, da secretaria de educação municipal e fontes; documento da SEMED/Soure. As possíveis lacunas nas conclusões podem ser atribuídas à imprecisão nas informações concedidas, pois os documentos exibem dados variados sobre a mesma informação; números estatísticos, nomes das escolas, localização; entre outras, mais ainda, se confrontadas com as informações da Secretaria Estadual de Educação/SEDUC (PARÁ, SECRETARIA, 2001). Nesse sentido, optou-se pela escolha das fontes mais completas e/ou ainda pelo cruzamento entre as mesmas. Os campos em branco das tabelas demonstram a impossibilidade de informação mais precisa.

A SEMED, no âmbito da administração pública municipal, movimenta o maior volume de ações do governo local. Segundo dados estatísticos (SOURE. SECRETARIA, 2001), são de 231 professores e 137 servidores em funções de apoio, que, juntos, totalizam 368

servidores. Desse montante, 69 professores e 26 servidores foram incorporados no processo de municipalização da educação,⁴⁰ cento e 121 professores e 78 servidores são efetivos e concursados e 41 professores e 33 servidores são temporários, o que pode ser observado na Tabela 1, abaixo:

TABELA 1: Efetivo Funcional da Secretaria Municipal de Educação / Soure-PA

Servidores Municipais	Municipalizados	Efetivos e Concurados	Temporários	Total
Professores	69	121	41	231
Servidores	26	78	33	137
Total	95	199	74	368

Fonte: Soure. Secretaria, 2001.

Esse contingente de servidores está distribuído em 23 escolas da rede municipal na cidade de Soure, que ofertam ensino infantil, fundamental e médio regular, ensino fundamental de aceleração, ensino de jovens e adultos e ensino especializado, conforme demonstrado na Tabela 2, em seguida.

TABELA 2: Número de alunos matriculados no Ensino Infantil e Fundamental em Soure-PA

⁴⁰ De acordo com Brasil, Lei Federal (nº. 9394, de 20/12/1996), os municípios devem se encarregar prioritariamente da oferta do ensino fundamental com a colaboração dos Estados que, por sua vez devem ofertar prioritariamente o ensino médio.

Modalidade de Ensino	Ensino Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental de Aceleração	Ensino de Jovens e Adultos	Educação Especial	
Nº. Alunos	18 25	3352	294	384	53	5 9 0 8

Fonte: Soure. Secretaria, 2001.

Das 23 escolas que compõem a rede municipal, 14 estão na zona urbana e nove na zona rural, atendendo cerca de 5908 alunos em todo o município. As escolas urbanas estão sob administração direta da SEMED de Soure ou em regime de convênio com escolas particulares, filantrópicas e/ou religiosas e, as escolas rurais, são criadas e mantidas sob a modalidade de convênio administrativo entre a Prefeitura deste município, através dessa Secretaria e as fazendas da região, como pode ser evidenciado abaixo na Tabela 3:

TABELA 3: Escolas das Zonas Urbana e Rural de Soure-PA

Escola	Administr	Localização	R	Ur
Alacid da Silva Nunes	FMEF	B. São Pedro		X
Alberto Engelhard	FMEF	B. Umirizal		X
Alzira Araújo	FMEF	B. Céu	x	
Bella Vista	ERCEF	Faz. Bela	x	
Centro Filantrópico	ERCEF	B. Matinha		X
Clemente Matias Dias	FMEF	Faz. São	x	
Dom Alonso	FMEF	B. Centro		X
Dom Alquílio Alvarez	FMEF	B. Novo		X

Domingos Acatauassú	EMEF	Faz Tanera	x	
Fraternidade	ERCEF	B Centro		X
Gunnar Vinøre	ERCEF	B Centro		X
Joana de Lima Cabral	EEEE	B Caiu Una	x	
N Sra do Bom	EMEF	Faz Cuieiras	x	
Prof Antônia Tavares	EMEF	B Novo		X
Prof Dagmar Goncalves	EMEF	B Pacoval		X
Prof Edda de S	EEEFM	B Centro		X
Prof Gasparino B Silva	EEEE	B Centro		X
Raimundo da S Ramos	EMEF			X
Raimundo Nunes	EMEF	B do Pedral	x	
Santa Luzia	EMEF	Vila do	x	
Santana do	EMEF	Vila do		X
São Francisco	EMEF	Faz	x	
Stella Maris	ERCEF	B Centro		X
Total			9	14

Legenda: **EMEF**–Escola Municipal de Ensino Fundamental/**ERCEF**–Escola Religiosa Conveniada de Ensino Fundamental/**EEEE**–Escola Estadual de Ensino Fundamental /**EEEF**–Escola Estadual de Ensino Fundamental/**EMEF**–Escola Municipal de Ensino Fundamental. Abreviações: **B.**-Bairro, **Faz.**-Fazenda.

Fonte: Ferreira, Lindomal dos Santos. 2001, n. c.

Do total dos professores municipais, três possuem o nível médio incompleto, 142 o nível médio completo, dois estão realizando estudos adicionais,⁴¹ 26 estão cursando nível superior e 58 já o possuem. Registros não se encontrou para a qualificação em nível de pós-graduação conforme registrado na Tabela 4, abaixo:

TABELA 4: Nível de Formação dos Professores da SEMED/Soure-PA

Méd	Estu	Superi	Superi	Pós	T
-----	------	--------	--------	-----	---

⁴¹ Grupos de matérias que os professores da prefeitura devem realizar para completar os estudos referentes ao segundo grau.

io	Médio	dos	or	or	Gradu	
Com	Incom	Adici	(Cursa	Compl	ação	
plet	pleto	onais	ndo)	eto		
o						
142	03	02	26	58	-	2
						3
						1

Fonte: Soure. Secretaria, 2001.

Há um sentimento de preferência na sociedade local por quem tem filhos em idade escolar pela escolha da escola; estudantes assim como seus pais optam pelas escolas mais tradicionais e que se localizam nos bairros mais nobres e centrais da cidade, das quais a mais proeminente é de caráter religioso.

As escolas na zona rural, funcionando sob a modalidade de convênio, são criadas mediante solicitação: as fazendas fazem a solicitação à prefeitura que encaminha para a SEMED para providenciar a viabilização da escola, processo no qual é definida a contribuição das partes convenientes: prefeitura e proprietários das fazendas. Essas escolas estão estabelecidas em locais bem afastados da cidade onde o acesso, muitas vezes, só pode ser feito através dos rios, em viagens que chegam a durar cerca de 12 horas (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Em geral, próximas às sedes das fazendas, elas atendem aos filhos dos empregados que não têm como manter seus filhos na cidade.

A oferta de cursos preparatórios para o vestibular é bastante recente e, ao todo, somam duas iniciativas: o Centro Educacional Paraense – CEP, iniciado em 2000 e o Núcleo de Formação Política de Professores e Estudantes – NFPPE, este surgido em 2001. O primeiro é de propriedade particular, pelo qual, os alunos pagam uma quantia mensal de R\$30,00 e, o segundo, constitui uma espécie de cooperativa, para a qual os alunos pagam apenas uma taxa de material de R\$ 10,00 (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Certos alunos ressentem-se da falta de melhores cursos preparatórios para o vestibular e procuram estudar em grupos a partir dos materiais que podem coletar.

As escolas refletem as condições sócio-culturais e políticas da região, seus nomes, em sua maioria, refletem personalidades da política e da religiosidade local. Assim, é comum identificar escolas com nomes de santos ou em referência à crença local, em sua

maioria católica (São Bento, Santa Luzia, Santana do Tucumanduba, São Francisco, Dom Alonso, Dom Alquílio) ou protestante; dentre estas, destaca-se a Escola Gunnar Vingren, indicando a referência ao iniciador da Igreja da Assembléia de Deus local, que entre os moradores, se crê ser a segunda sede da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Brasil..

No ano 2001, o censo educacional apontou para um crescimento na demanda de vagas de cerca de 100 alunos. Para a secretária de educação, “[...] um aumento pouco significativo [...]”, pois “[...] a cidade está bem servida de escolas e, a extinção do horário intermediário [...]”,⁴² ainda praticado pela SEMED, não deve implicar restrição de vagas nas escolas. No entanto, no depoimento da administradora, pode-se identificar, que existem dificuldades importantes na oferta da educação.

Essa mesma administração municipal tem detectado “problemas” nos convênios que criaram as escolas da zona rural, nos quais a prefeitura estava arcando com os custos totais destas escolas. Revistos, alguns casos foram reparados e outros, estão a depender de procedimentos complementares (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Quanto à criação de novos convênios, se vem adotando como estratégia, visitas prévias às localidades solicitantes, com o intuito de comprovar a infra-estrutura existente.

Um fato importante que marcou a política educacional em Soure nos últimos quatro anos diz respeito ao processo de municipalização da educação. Ainda, segundo as observações dessa mesma secretária, que aponta dificuldades desde sua implantação, tem-se que “[...] esse processo foi realizado de maneira desastrosa pelas administrações anteriores, as quais buscaram apenas os recursos financeiros, não se preparando para a gestão pedagógica e administrativa [...]”. Esta hipótese pode, ao menos em parte, explicar a inadequação do uso do dinheiro feito em outras administrações.

Antes, o estado do Pará, através da SEDUC, é que realizava a gestão do ensino no município de Soure, por meio de uma sede em funcionamento numa das escolas da cidade, realizando, assim, a administração das questões burocráticas e pedagógicas. Com a municipalização, “[...] tudo se desestruturou, visto que o município não estava preparado para realizar a gestão das escolas que passaram para sua responsabilidade”. Esse aspecto, segundo depoimentos levantados, dificultou as ações da nova administração, pois,

[...] influenciou o desempenho inicial da nova administração municipal, acarretando perda de incentivos financeiros e o baixo rendimento do trabalho pedagógico, uma vez que, não havia um entendimento dos processos administrativos que permitisse o planejamento e a previsão das ações pelos administradores (LAURENTINA,⁴³ 2001, i. v.).

Deste modo, o trabalho teve que ser, novamente, assumido pelo estado, através da SEDUC que até hoje tem assumido a administração do ensino médio.

Tomada como estratégia para a melhoria da educação no estado do Pará, a Municipalização da Educação do ensino fundamental fora tomada como diretriz básica no ano de 1995, por ocasião da criação do Plano Estadual de Educação (LOUREIRO, 1999, p. 124). Partiu-se do entendimento de que o ensino fundamental podia ser gerenciado pelos municípios, já que dispunham de condições infra-estruturais, que progressivamente apresentavam aumento da oferta de vagas nessa modalidade. De acordo com Loureiro (1999), o município de Soure assinou convênio de municipalização juntamente com 44 municípios, em março de 1998 e, a partir daí, iniciou sua experiência.

Além dos impasses gerados pelo processo de municipalização, figuram como importantes problemas para a administração local as dívidas do município de Soure com o Estado. As mesmas foram produzidas por salários atrasados das gestões anteriores, dos meses que compreendem julho e dezembro de 2000, além de uma dívida de um milhão de reais. Para o financiamento da educação, a SEMED trabalha com o financiamento do FUNDEF e da parcela (10%) do Fundo de Participação dos Municípios/FPM que é repassada pela prefeitura.

De acordo com Ferreira (1999), funciona no município duas instituições de ensino superior, ambas com instalações de funcionamento na cidade de Soure. Trata-se da Universidade Federal do Pará/UFPA e da escola Superior de Teologia e Filosofia do Brasil/Seção Pará/ESTEFIBE/PA. Vinculado ao projeto de interiorização da UFPA, o Campus da UFPA/Marajó funciona com sede própria nos municípios de Soure e Breves, desde 1987, e os primeiros cursos ofertados, foram Letras e Artes, Pedagogia, História, Geografia e Matemática, acrescidos dos cursos de Biologia com Licenciatura curta em Ciências e o curso de Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, Antropologia e

⁴² Em algumas escolas, situadas no Bairro Novo, ainda funciona o horário intermediário (12 às 15h) já em desuso em função de sua inadequação pedagógica.

⁴³ Conforme depoimento da Secretária de Educação local.

Ciências Políticas (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Atualmente, ainda conforme o mesmo Ferreira (1999), os cursos em funcionamento são Pedagogia, Letras e Artes (ofertados no período regular – durante o ano todo e, intervalar – nos meses de julho e janeiro), História e complementação para os alunos das turmas de Pedagogia do ano 1996.

Por sua vez, a ESTEFIBE/PA começou a funcionar em 2001, no município de Soure, ofertando o curso livre de Filosofia em regime de módulos de disciplinas. Trata-se de uma faculdade particular que realiza suas atividades nas dependências de uma das escolas municipais e, para a qual, os estudantes pagam uma mensalidade de R\$ 100,00 (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Essa situação revela um decréscimo importante da oferta do ensino superior, uma vez que tanto a ESTEFIBE/PA como a UFPA têm tido suas atividades locais, em muito, diminuídas.

Apesar disso, a declaração da secretária de educação de que o município está bem servido de escolas, os depoimentos dos moradores locais contradizem a afirmação. De acordo com o presidente da ACS, a educação é um dos maiores problemas, pois “[...] quase ninguém sabe escrever bem, além do que, há muita criança fora da escola” (LEAL, M.,⁴⁴ 2001). O mesmo argumenta, que do ponto de vista da comunidade, o problema maior é o uniforme escolar, e conclui que até a educação que era gratuita hoje tem despesas:

No meu tempo, a escola era dada pelo governo; agora não; é preciso o uniforme, coleta para cá coleta para lá. No entender da comunidade, o que deveria ser feito era junto com a escola ser construído um posto médico e feita a iluminação elétrica do bairro (LEAL, M., 2001, i. v.).

Ainda, para os extrativistas, em tempos passados, algumas ações de educação foram realizadas, das quais, um projeto de alfabetização de jovens e adultos ofertado pelo CNPT, juntamente com o IBAMA. Nesse caso e ainda conforme Leal (2001, i. v.), “[...] eram os professores da universidade que tocavam o curso [...]”, com os alunos da mesma.

Em passado recente, dizem os mesmos, foram ofertados, ainda, cursos de catação (retirada da massa) e beneficiamento de massa de caranguejo. Estes foram antes

treinamentos para a atividade produtiva para os “tiradores” de caranguejo, os quais, foram tomados também como educativos e importantes para a comunidade (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). E, como foi dito por muitos durante a pesquisa, estas oportunidades ajudaram os moradores na aprendizagem da leitura e escrita e, também, auxiliaram no preparo para a realização da atividade produtiva.

Nos lugares onde há um predomínio maior de moradores que vivem da “tiração de caranguejo e da pesca, portanto de atividades onde o uso de mão de obra é bastante intensivo, observa-se que a atividade escolar é subtraída dos jovens e das crianças, sendo comum ao término da quarta série o aluno evadir-se da escola. Pelo que se pôde observar, tal fenômeno pode ser interpretado: de um lado, pelo número insuficiente de estabelecimentos de ensino médio (duas escolas) que não permitem aos alunos de famílias de baixa renda a continuidade nos estudos, no caso das populações extrativistas; por outro lado, a falta de trabalho os força a trilharem a mesma atividade produtiva dos pais, situação que não se manifesta para famílias que tem melhor situação financeira e, para as quais, a migração do filho e/ou de toda a família para a capital do Pará é o destino mais provável (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Já para famílias de situação financeira média, essa é restrita ao filho, mediando-se pela presença de parentes morando na cidade.

A continuidade ao ensino superior no município, parece obedecer à mesma lógica, entretanto em menor proporção, pois para a grande maioria da população, a escolarização termina ao fim do ensino médio, já que as possibilidades econômicas locais tendem a diminuir e até a desaparecer. Fala-se em Soure, que há possibilidade do Campus da UFPA/Soure extinguir suas atividades no município, mudando-se para o município de Breves (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Apesar de ser improvável tal transferência, a falta de instalações adequadas, de bibliotecas e material de apoio assim como a qualificação dos profissionais que atuam na oferta da educação impede, em certa medida, o fortalecimento de uma cultura de leitura e da própria cultura acadêmica. Mesmo assim, pelas evidências levantadas, a ação universitária no município deixa a desejar.

Em caso observado pelo autor (FERREIRA, 1997), a escolarização feminina em populações camponesas é mais significativa. A saber, os homens passam maior tempo fora da casa e noutros espaços do estabelecimento produtivo (lavoura). Conseqüentemente, as mulheres dispõem de chances maiores de contato com os

⁴⁴ Em 1999, ele era presidente da ACS.

cadernos e livros, podendo, em alguns casos, freqüentar escolas ou mesmo ir para a cidade, quando as condições socioeconômicas da família possibilitam. E, contribui nesta direção, o fato de sempre que as condições de existência tendem a entrar em colapso, é possível que algum membro da família precise ainda que temporariamente. Nestes casos, muitas vezes são as mulheres que se deslocam para as cidades, aonde podem avançar nos estudos⁴⁵.

Portanto, a escolha sempre recai na força de trabalho e consumo equivalentes, portanto dispensáveis na base do cálculo familiar; mulheres e crianças são destinadas, por vezes, para outros locais, onde possam se manter e, assim, diminuir a pressão do consumo sobre a família. Ainda, a disponibilidade de filhos para o estudo, em comunidades camponesas, constitui uma variação que se dá, fundamentalmente, em função da disponibilidade da mão de obra para a atividade do trabalho; característica predominantemente masculina (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Em Soure, onde a fronteira do rural/urbano não é marcante, essa situação tende a diluir-se, sendo que a escolarização, para os extrativistas locais não é tomada como contraproducente de todo, pelo menos até a entrada na adolescência, que se dá a partir dos 14 anos de idade, sobressaindo o interesse pela escolarização principalmente nos primeiros anos.

Em entrevista com “tiradores de caranguejo” e pescadores foi comum a referência em relação aos processos de escolarização vividos, da presença de professoras e professores que ensinavam autonomamente em suas casas. Muitos dos extrativistas entrevistados passaram pelas mãos desses, conferindo-lhes seu processo de alfabetização, situação da qual fazem questão de comentar. Na atualidade, esta característica sociopedagógica tornou-se rara, sendo o papel do professor progressivamente assumido pela escola formal quando as possibilidades de freqüência são favoráveis.

⁴⁵ Nestes casos, quando os homens migram, em geral se deslocam para garimpos ou outras áreas de produção, aonde inexistem condições de estudo.

4 O FENÔMENO EDUCATIVO NA RESEX MARINHA DO SOURE: POSSIBILIDADE OU DESAFIO

Nas sociedades ancestrais, o ser humano desenvolvia determinadas técnicas para o sustento e manutenção da vida. Essa atividade realizava-se através de ação sobre a natureza, ou seja, do trabalho humano, ação essa que não é instintiva como a dos animais, mas genuinamente humana. A produção de técnicas para a sua reprodução se torna uma “experiência” propriamente em si, que se dá de maneira contextualizada e cumulativa em referência ao conjunto dos elementos que o rodeia.

Através da sua relação com o mundo, os seres humanos transcendem à “experiência factual”, do agora, e projetam-se no tempo, eternizando-a. Deste modo, eles são capazes de lembrar a experiência passada e projetar o futuro, ou seja, esses seres situam-se na história, representam o mundo através do pensamento expressando-o de modos variados (BLOCH, 1998). Mas, não se pode pensar a ação humana isoladamente, posto que carregue consigo a existência, o conjunto de experiências acumuladas, a cultura (BLOCH, 1998). E, o trabalho constitui ação transformadora que os seres humanos realizam com finalidades pré-concebidas e, a partir da qual, responde aos desafios da natureza. Logo, eles constroem suas visões de mundo, perspectivas peculiares, através das quais concebem e se relacionam com os outros e consigo mesmos.

As relações sociais e a instituição de comportamentos constituem saberes, patrimônio cultural das sociedades. Como diz Aranha (1989, p. 11), “É a educação que mantém viva a memória de um povo e dá condições para a sua sobrevivência”. Nesse sentido, a educação é a atividade pela qual é possível a transmissão desses conhecimentos, adquiridos através das gerações e, também, de sua renovação.

4.1 POSSIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO SOURE

A educação é uma atividade eminentemente humana, fundamental para a humanização e socialização. Como tal é um processo que nunca tem fim, está sempre na perspectiva da manutenção das bases culturais de cada grupo social, podendo se tornar fomentação para a renovação e construção de novos modos de interpretação do mundo. Por variados motivos, é difícil analisar a estrutura educativa das sociedades ancestrais e, com frequência, corre-se o risco de etnocentrismo, interpretando-as mais pelo que lhes falta do que propriamente apresentam em potencial⁴⁶.

Entretanto, esse risco não se dá apenas em relação às sociedades do passado, mas está no dia a dia, podendo ser estendido às sociedades indígenas, aos negros, imigrantes ou a quaisquer pessoas ou grupos sociais que apresentem comportamentos sociais visivelmente diferentes dos modelos mais aceitos na sociedade inclusiva capitalista. No caso em estudo, estende-se essa compreensão às populações ditas tradicionais, cuja existência constitui requisito imprescindível para efeito da criação de RESEX (ALLEGRETTI, 1994; MENDES, 1989). Em tal contexto, a escola, agência privilegiada da educação, pode ser visualizada como instrumento, importante elemento para a institucionalização de comportamentos e valores que possam auxiliar uma população. Mas, pode tornar-se óbice, na medida em que tende a homogeneizar comportamentos tidos como aceitáveis ou não.

A possibilidade de considerar-se a educação como elemento importante na viabilidade da RESEX/Soure se torna elemento importante, pelo fato de coincidir com o estudo sobre as formas de existência e reprodução sociocultural das populações presentes nas áreas em questão (SIMONIAN, L. T. L., 1999, i. v.). Esses modos de se organizar para a produção na atividade extrativa, associados a possibilidades de conservação já discutidas nesse trabalho, como na atividade da “tiração” de caranguejo e da pesca entre outras, estão na base de um possível acordo, no sentido de garantirem preceitos entre os atores sociais locais (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). O propósito de uma tal possibilidade é o de assegurar a preservação desse recurso.

A considerar-se as atividades haliêuticas, Furtado (1994) caracteriza esses acordos

⁴⁶ Há casos em que essas populações são classificadas como “tradicionais” em relação às ditas “modernas”, como “antiquadas” face ao progressivo desenvolvimento técnico da sociedade global ou mesmo “atrasadas”/“subdesenvolvidas”.

como leis preexistentes na organização local dos extrativistas:

[...] leis consensuais pelas quais membros das comunidades se comprometem a observá-las de modo a garantir seu *desideratum*. Estas “leis” são comumente chamadas de “Acordos” e são elaboradas pelos membros das comunidades de pescadores nas assembleias gerais de suas associações comunitárias, e procuram fazer chegar aos órgãos do poder como o IBAMA, a fim de que se tornem instrumentos de ordenamento pesqueiro para a Bacia Amazônica (FURTADO, 1994, p. 69).

Nesse sentido, estratégias educativas podem concorrer favoravelmente para acelerar o processo de conscientização e participação social no fortalecimento desta RESEX, na medida em que pode estimular a organização autônoma dos trabalhadores, favorecer e facilitar o diálogo e ações conjuntas quanto ao papel dos grupos sociais na preservação ecológica, na promoção do desenvolvimento econômico e social locais.

Como se abordou nesse trabalho, a escola para a população extrativista local, não se apresenta como instituição desestruturante. E como moradores da cidade, seus integrantes já têm certa familiaridade com sua estrutura e dinâmica, entretanto, essa escolarização tem-se apresentado pouco estruturada, pois dependendo do bairro em que se localiza, o caráter institucional das escolas vai-se diluindo, ganhando características de cada comunidade ou grupo social: os professores, como sujeitos conhecidos da comunidade, a proximidade das famílias e dos moradores, da vida da escola, são características que tendem a amenizar os conflitos entre as formas institucionais e as dinâmicas sociais locais (FERREIRA, L. DOS S., 2000, n. c.). Nessa perspectiva, não se identificaram problemas maiores de adaptação e convivência, ocorrendo certo grau de interação entre escolas e comunidade.

Essa situação não excetua o caráter seletivo que a escola como instituição opera. Nos bairros onde se concentram as populações de “tiradores” de caranguejo, a escolarização, pelo menos nos discurso dos pais e familiares, é facilitada até a adolescência para logo, em seguida, voltarem-se para as atividades produtivas predominantes, desenvolvidas pelos mais velhos e nas quais foram introduzidos desde a tenra idade. Entre as famílias que sobrevivem exclusivamente da pesca, as crianças permanecem mais tempo na “ajuda”/manutenção dos instrumentos de trabalho e o cotidiano é marcado pela presença do ambiente marinho (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.; 2000, n. c.). Já entre os

“tiradores” de caranguejo, as crianças ficam mais tempo em casa com a mãe e os irmãos, já que “[...] o mangue não é lugar para qualquer um”. Desse modo, a criança só passa a frequentar o mangue, a partir da adolescência.

Contudo, nesse aspecto há relatos quanto à participação das mulheres e a presença dos filhos, ainda na tenra idade, no mangue.

As mulheres que acompanham seus esposos na labuta do mangue têm como objetivo o melhoramento da renda familiar. Segundo uma caranguejeira, elas vão até grávidas num período de seis meses; quando os seus filhos estão com idade de cinco anos são levados ao mangue. Já deixam seus filhos pelas raízes dos manguezais ou no “teso” como elas chamam, que nada mais é do que a parte mais elevada do terreno, onde a água da maré não alcança (os apicuns).

Na comunidade caranguejeira, existem mulheres que não possuem cônjuge, elas são chefe de família, onde verificamos que sua rotina é mais ativa do que as de outras mulheres, estas por não disporem de companheiros participam, de forma efetiva e única, do orçamento familiar, porém o processo de conciliação dos deveres torna-se mais difícil, já que necessitam cumprir sua jornada de trabalho sozinha, vão para o manguezal em busca da captura do caranguejo, onde seu trabalho dura em média quatro horas, depois vão extrair lenhas para a fabricação de carvão para o seu próprio consumo, e ao chegar nas suas casas partem para a comercialização com marreteiros que já estão esperando: esta comercialização de compra e venda dos produtos se dá de maneira simples e direta, não havendo necessidade de assinatura de contato. O acordo é feito verbalmente [...]. (OLIVEIRA, CASTRO, CRUZ, 1999, p. 39).

Nesses casos, são mães que não têm como deixarem seus filhos em casa ou aos cuidados de outros, pois inexitem creches no local.

As dificuldades enfrentadas no âmbito familiar quanto à compatibilização entre a necessidade de trabalho e os cuidados com a prole são disseminadas na Amazônia, conforme se depreende de Simonian (2001c). As dificuldades por certo são muitas, o que se reflete nas expectativas quanto ao futuro dos filhos. Estes, no entanto, nem sempre conseguem entender tais preocupações e os riscos no que diz respeito ao futuro.

4.2 EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

A idéia de desenvolvimento, na atualidade, passa primordialmente pela noção de sustentabilidade. Acredita-se que a preservação de toda e qualquer espécie é fundamental para o funcionamento/manutenção do planeta e do bem estar da humanidade em padrões estáveis. É uma concepção que está presente tanto nas instituições que se propõem a realizar o desenvolvimento quanto no cotidiano das pessoas.

No entendimento de Franco (2001), a aplicação do conceito de sustentabilidade à coletividades humanas é sempre polêmica, pois remete para o paralelo entre sociedades e seres vivos. Entretanto, a inevitabilidade da recorrência a esse, deve-se ao fato de que os seres vivos são os únicos sistemas sustentáveis que se conhece. Apesar dessa problemática que envolve o paradigma da biodiversidade, a idéia da biodiversidade e de outros conceitos como resiliência (TAVARES, 2001) e sustentabilidade entre outros, estão estendendo-se para outras áreas do conhecimento com o objetivo de explicar seus contextos e suas relações com outras áreas do conhecimento, no caso, a educação.

A sustentabilidade parte fundamentalmente do princípio do equilíbrio; equilíbrio no interior dos processos ecológicos, econômicos e sociais e da relação entre esses. Desse modo, pensa-se que este conceito também é passível de ser utilizado para a análise de outros processos da vida e do comportamento humano no sentido de balizar processos de desenvolvimento mais conseqüentes para sociedade humanas. Para tanto, a educação deve correlacionar ações que garantam o exercício da cidadania.

Preservar a biodiversidade implica, necessariamente rever o conceito de desenvolvimento e, nesse sentido, a educação para a preservação não pode ser desvinculada da educação para a cidadania. A sociedade precisa ser informada sobre os custos e os benefícios da manutenção da biodiversidade. Ela deve ter acesso ao fluxo de informação para estar capacitada a fazer opções e interferir nas decisões, a fim de que suas aspirações sejam efetivamente concretizadas. [...] sob o aspecto educacional é importante ressaltar que preservar a biodiversidade é conferir-lhe um valor. É encará-la como uma riqueza, um bem. Isso significa valorizar a pluralidade, a coexistência de diferenças, das variações (MARTINS, 1994, p. 38).

Assim, ainda de acordo com Martins (1994), uma relação pedagógica sustentável requer um padrão de relação onde os interesses presentes em um determinado espaço perpassem pelo convívio entre o diferente, onde o princípio ético básico seja o direito à vida.

Nessa perspectiva, a educação se estabelece como instrumento vital, no sentido de garantir condições nas quais práticas sustentáveis possam desenvolver-se garantindo tanto a preservação ecológica como as necessidades de manutenção da vida humana em um determinado território. De fato, como entende Leonardi (1999), o meio ambiente como direito conquistado, é recente na relação dos direitos conquistados pelos cidadãos ao longo da história da humanidade “É muito recente a idéia generalizada da natureza como um bem a ser preservado, finito, cabendo ao homem o direito (e o dever) de preservá-la” (LEONARDI, 1999, p. 398). Precisamente, em Soure, os modos produtivos estão ligados fundamentalmente ao extrativismo dos recursos naturais, como já foi debatido nesse trabalho. Processo que, do ponto de vista ambiental, tem-se encaminhado de maneira insustentável, trazendo, a médio e longo prazo problemas para a autosustentação das populações locais, como já se evidenciou pelos níveis de escassez e degradação que já começaram a se manifestar, associados às crescentes taxas populacionais.

Entretanto, considerando que a sustentabilidade perfeita não está podendo ser efetivada devido aos processos destrutivos em relação ao meio ambiente, assim como a perda do capital natural em porções consideráveis (BINSWANGER, 1999), a RESEX/Soure apresenta-se como possibilidade para um processo de desenvolvimento sustentável. Note-se, que, tais perdas são caracterizadas localmente pela depredação dos ambientes naturais como praias, mangue, fauna e flora e dos constantes prejuízos que a falta de renda têm acarretado à vida da população (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Isto é compreensível, à medida em pode constituir instrumento que possibilite, ainda que em parte, questões cruciais como a expansão da pesca industrial, realizada na baía do Marajó, o uso dos mangues e seus recursos e das conseqüências daí decorrentes.

Particularmente, quanto à pesca industrial, a demarcação de parte do território marinho da costa leste do município de Soure, pode garantir a um só tempo a gestão dessa atividade. Nesta perspectiva, o manejo sustentado das espécies do mangue, notadamente o caranguejo e dos problemas econômicos e sociais das populações envolvidas poderá ser garantido (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Porém, neste caso, os extrativistas sourenses e as instituições responsáveis pela proteção ao ambiente a aos recursos

naturais terão de fazer frente às investidas destrutivas do setor empresarial.

Entretanto, tratar a educação no contexto de uma perspectiva sustentável requer um esforço adicional, principalmente quando associada à realidade social recente das RESEX (SIMONIAN, 2001b). Em Soure, especialmente nas áreas onde habitam as populações que fazem uso dos recursos naturais, essa ação tem sido pouco potencializada. Em investigação realizada (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.), foi verificado que o sistema escolar não garante a transição dos filhos das famílias de extrativistas e pescadores para além da modalidade escolar primária de 1^a. a 4^a. série. Isso indica que, no conjunto da política educacional, este grupo social não é privilegiado, não pela impossibilidade de frequência às escolas de melhor qualidade, mas fundamentalmente porque não dispõe de políticas sociais adequadas à sua organização sócio-cultural e produtiva.

Em outros termos, os serviços básicos como, saúde, saneamento e escolarização são garantidos pela ação da organização social dos moradores. Por sua vez, o governo local mostra-se ausente quanto a tais necessidades essenciais. Especificamente, quanto à educação, os extrativistas não estão conseguindo alcançar os níveis de ensino mais elevados (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). E, a bem da verdade, essa é uma possibilidade que lhes parece tão distante, que eles sequer têm feito da educação uma de suas demandas.

No que diz respeito à RESEX/Soure, não só o nível de escolarização da população extrativista constitui-se um óbice ao seu desenvolvimento como também suas estratégias socioculturais não estão valorizadas no âmbito da ação do governo local, nem nos planos dos executores da política de criação dessa Reserva, do CNPT/IBAMA. Nesse último caso, Leonardi (1999, p. 406) observa que “É notória, também, a ausência do Estado, com raras exceções, como articulador, coordenador ou até mesmo promotor de ações de educação ambiental espalhadas pelo país”. E, de acordo com a representação da Igreja Católica no campo da educação, na região do Marajó (RIVATO, 1999), reproduz-se um dos aspectos mais desastrosos da política educacional do nosso país: a repetência e a evasão.

Especificamente em Soure, a depender de níveis mais satisfatórios de escolarização, as políticas sociais ficam impossibilitadas, já que além da estrutura do ensino médio ser restrita, não há estratégias ocupacionais que absorvam o potencial de escolarizados da cidade, além de um ensino superior em restrição como pode ser observado. Nesse

sentido, já na década iniciada em 1970, a questão da escolarização em face das demandas do desenvolvimento, é examinada, questionando-se seu planejamento e oferta face às demandas crescentes e aos resultados daí decorrentes.

Se o desenvolvimento de um país requer, além da formação de uma elite (sic) profissional e intelectual, a criação de uma força de trabalho capaz de absorver conhecimentos práticos nas diferentes atividades – agrícolas, florestais, minerais, industriais etc. – cujo crescimento é previsível, não se deveria estabelecer métodos de seleção desde tenra idade que permitissem conduzir uma proporção considerável das crianças por caminhos mais curtos para a aprendizagem de tarefas agrícolas e industriais, distribuindo, sob sistemas de época, horário, localização etc., que leve em conta o meio econômico e social em que se desenvolvem as crianças e seus familiares? Não seria preferível adotar métodos relativamente abreviados e de alcance limitado ao invés de que as crianças se ausentem totalmente da educação pela necessidade de participar da atividade econômica desde cedo? Não seria conveniente que a educação ensinasse a população a trabalhar, em vez de empenhar-se em conduzir as crianças a altos níveis de cultura geral. (URQUIDI, 1970, p. 380).

Essa questão é válida no contexto da vida da população extrativista local que, em limitadas circunstâncias, utilizam os resultados dos anos de escolarização cursados. Nesse sentido, seria praticamente inviável um sistema educativo mais eficiente que pudessem possibilitar um desenvolvimento mais justo em face das condições ambientais e da pobreza; insuficiência de renda e de benefícios sociais da maioria da população.

No entender de Demo (1996), pobreza não é apenas carência material, mas injustiça, processo de repressão do acesso às vantagens sociais.

Se todos passam fome, ninguém é pobre. A carência, de si, não gera necessariamente uma situação de pobreza social. O que faz pobre é ser obrigado a passar fome, enquanto alguns comem bem à custa da fome da maioria. Pobreza social aparece no contexto de vantagens desigualmente distribuídas. No fundo, pobreza é injustiça, o que leva a ressaltar, por outro lado, a necessidade da consciência política da pobreza (DEMO, 1996, p. 19).

A consciência da pobreza e da educação, pois, emergem como condições fundamentais já que de um lado “[...] não é possível enfrentar a pobreza sem o pobre e, de outro,

porque a educação constitui-se como estratégia efetiva, sobretudo quando universalizada a todos” (DEMO, 1996, p. 19). E a “[...] qualidade educativa popular emerge como fator crucial das chances de construir um projeto de desenvolvimento moderno e próprio, a par da ciência e tecnologia. Inclui-se aí também o desafio de sua sustentabilidade, como realce para a face ambiental [...]”, conforme o mesmo Demo (1996, p.10) propõe.

A considerar-se a criação de RESEX no Acre, houve um intenso processo sócio-pedagógico pelo qual os seringueiros operaram transformações substanciais alterando sua qualidade de vida (PROJETO, 198-; SIMONIAN, 2000). Em Soure, a ausência desse processo tem retardado avanços significativos na superação da pobreza local, assim como, de medidas mais efetivas em torno da preservação ambiental e do crescimento econômico (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). O que se pode depreender do processo social em curso é que o Estado, pela ação do CNPT/IBAMA, está a desempenhar um papel impositivo no encaminhamento da criação dessa RESEX. A esse respeito, Demo (1996) observa que a posição do Estado deve ser de instrumentação, jamais de condução.

A constar da ação da ACS, os resultados parecem insatisfatórios, contradizendo a sustentabilidade. Evidências levantadas em Soure e na RESEX local comprovam a ação comum dos marreteiros que compram o caranguejo em Soure e o revende em Salvaterra ou em Belém, atividade que se tem realizado, inclusive, pelo próprio presidente da ACS que, ao comprar a produção dos associados a revende nessa última cidade (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Pelo que se pôde levantar em campo, essa prática não retorna em benefício para o conjunto dessa categoria de trabalhadores.

A pensar-se na relação entre educação e desenvolvimento, a RESEX/Soure surpreende: gerar possibilidades para o desenvolvimento, em um município onde as dificuldades para o crescimento econômico são desafiadoras e que se pretende em parte, realizar pela adoção do turismo como política pública induzida pelo governo local, constitui problemática importante, embora desvinculadas dessa Reserva e do meio ambiente (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Esse contexto torna-se problemático, principalmente porque não está a incluir a população extrativista local, nem o potencial dos recursos naturais que ela manipula, mesmo que estes últimos constituam-se em fonte de ocupação e renda para a mesma, seja para os extrativistas individualmente, seja para o governo local via recolhimento de impostos.

No âmbito econômico, o turismo é apresentado como o vetor mais promissor, noção bastante propagada no conjunto da população, que já o identifica como negócio rentável, seja pela adoção de políticas municipais locais, com destaque para iniciativas do turismo rural; estaduais, com ênfase nas políticas de divulgação e estímulo do turismo regional e nacional,⁴⁷ geradas pelo apelo a grandes eventos como o carnaval do Rio de Janeiro com a vitória da Escola de Samba Beija Flor (DESFILÉ, 1998). Então, foi destaque a cultura regional do Marajó, assim como o recente programa “No Limite” da Rede Globo de televisão, também realizado na região. Essas iniciativas não têm incluído a participação da população local.

Em certa medida, essas questões sobre como os trabalhadores não se organizam para a garantia de seus interesses no âmbito dessa RESEX não estão ainda perceptíveis a eles próprios. Ao tempo da pesquisa, eles ainda não entendiam a cadeia de instrumentos que deviam ser acionados para a busca de um desenvolvimento sustentável, onde o uso dos recursos naturais não possa ser predatório e o desenvolvimento econômico satisfatório para a manutenção e reprodução das populações (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Apesar de serem muitas as entidades representativas que atuam em Soure, são pouco operativas, tendo-se movimentado geralmente, em torno das ações eleitoreiras de políticos de representação estadual que atuam na área. E, os trabalhadores pouco são informados a respeito da política e das ações do governo local e, no caso da RESEX local, pouco são considerados nas decisões tomadas a respeito.

Entretanto, apesar dos óbices presentes no processo de implantação e gestão da RESEX/Soure, não é garantida nos termos em que os extrativistas “tiradores de caranguejo” requerem, o ponto de vista da relação com os “de fora” (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Com relação a estes, a realidade do uso dos recursos naturais, notadamente da preservação das áreas de mangue e da pesca industrial teria que se orientar por outros padrões, mas isso implica em uma posição do Estado a respeito. Por sua vez, estes são de longa data, realidade que dependerá fundamentalmente da capacidade de organização e participação dos trabalhadores locais.

Em Soure, à medida que o desenvolvimento perpassa por possibilidades geradoras de progresso econômico, em parte, associadas ao turismo, a atração de contingentes populacionais tende a crescer na cidade. Dentre os desdobramentos dessa tendência, tem-se o aumento da especulação imobiliária e o adensamento populacional nas áreas periféricas, situação que tem gerado a ação de moradores para a ocupação de áreas

⁴⁷ Pelo menos quanto às propagandas televisivas.

locais, como é o caso da ocupação Bom Futuro (SILVA, M., 2001). Nesse sentido, quanto às atividades extrativas na parte continental (mangue) há que se avançar muito nos níveis de organização social e educativa das populações, das possibilidades quanto ao desenvolvimento, tendo como base os recursos naturais da área reservada.

4.3 INTERESSES E EXPECTATIVAS DOS EXTRATIVISTAS

Para os extrativistas de Soure, particularmente os pescadores e “tiradores” de caranguejo, a RESEX representa a possibilidade de garantir reservas de recursos naturais, especialmente os de área de mangue e marinha. Tal posição se dá claramente em oposição às modalidades de exploração “de fora” com que se defrontam; tanto a “pesca de arrastão” quanto a “tiração” de caranguejo, caracterizada como “de fora” no discurso dos atores locais, são identificadas como práticas predatórias (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Contudo, pode-se afirmar que essa reação constitui-se como uma prática preservacionista?

Se por um lado, de fato, a pesca industrial em Soure, se apresenta predatória à medida que varre o leito dos rios apanhando quantidade indiscriminada de peixe, ocasionando um volume grande de descarte, entre outros prejuízos ecológicos, por outro, a subsunção do trabalho da pesca ao capital, pela natureza do processo industrializado altera as condições sociais do pescador, transformado-o em operário (MELLO, 1993). Deste modo, a depredação dos recursos naturais afeta de variadas maneiras o trabalhador, tanto o extrativista local como o “de fora”: “tirador” de caranguejo de Soure ou de outros municípios ou o pescador artesanal que atua como operário na pesca industrial.

A associação do uso do *laço*, como uma prática predatória pelos “tiradores” sourenses em relação aos “tiradores de fora” não recai simplesmente quanto à técnica em si (ao instrumento), mas ao seu uso, visto que captura tanto macho, quanto à fêmea do caranguejo (“conduraa”) (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Essa representação, entretanto, é mais abrangente e constitui-se na negação dos processos produtivos locais de origem adotados pelos tiradores “de fora”. Note-se que, o ambiente de onde eles provêm apresenta níveis de degradação muito intensos, como é o caso dos manguezais e da pesca realizados ao longo do litoral do Pará – leia-se: município de Bragança, de

Colares e de São Caetano de Odivelas entre outros.

Particularmente no litoral amazônico, estudos têm apontado uma realidade de mercado em que a pesca do caranguejo tem gerado, além da depredação ambiental, processos de empobrecimento. Isso tem sido evidenciado especialmente quanto ao município de São Caetano de Odivelas (MANESCHY, 1993). Nessa direção, a oposição em relação aos “de fora” não se dá, simplesmente, por residirem em outros locais, mas pela ameaça que representam aos estoques de recursos naturais de Soure, percebido por esses, como patrimônio “da gente” local.

Ainda, é de observar-se que o uso do mangue e dos rios é geralmente feito pelos moradores da cidade e de outros lugares “de fora”. Em geral, o mesmo constitui-se em atividade que extrapola os grupos extrativistas específicos no âmbito da área reservada (FERREIRA, L. DOS S., 2001, n. c.). Na RESEX/Soure, o estabelecimento de limites quanto à exploração, pode gerar impasses, especialmente no que diz respeito à pesca industrial e à extração do caranguejo.

Mas como definir esses limites? Lima (1997) discute o envolvimento de populações locais na implantação de UC e chama a atenção para o seu papel quanto ao uso que se faz do conceito “tradicional”.

[...] generalização deste conceito que simplifica a diversidade de situações e implica em uma expectativa de permanência da pequena produção familiar [...] por essa ser mais propícia à aceitação de modelos de uso sustentável do que a produção capitalista (LIMA, 1987, p. 2).

Para essa mesma autora, esse tipo de compreensão pode ferir a autonomia dessas populações de decidir sobre o seu futuro frente às aspirações modernas de consumo e bem estar e, indaga sobre os direitos com que o Estado arbitra sobre o destino das mesmas.

Essa discussão recoloca a importância da participação como elemento importante na garantia de uma negociação de natureza ética e equitativa quando da definição das políticas públicas para as RESEX. Pinton e Aubertin (1997) partem da idéia de que o surgimento das reservas extrativistas esteve associado, fundamentalmente à posse da terra, da qual os extrativistas do Acre tiravam seu sustento, para interrogar sobre a legitimidade da reivindicação dessas populações.

O que autoriza certos grupos de coletores a formular reivindicações territoriais, não com base nas atividades econômicas realizadas sob a direção de patrões, mas com base nas práticas ecológicas e de relações com o território (PINTON; AUBERTIN, 1997, p. 278).

Essa indagação faz face também ao papel do Estado através do CNPT/IBAMA, dos interesses subjacentes quando induziu a proposta de criação da RESEX/Soure.

A não aceitação da criação e implantação da fábrica de massa de caranguejo, assim como da adoção de outras estratégias de articulação política de modo a subtrair a participação da ACS no processo de criação e gerência da RESEX, marca a falta de diálogo com os atores sociais. Essas tendências revelam a idéia de que a permanência de populações em áreas reservadas é sempre problemática (sic) e, portanto, de difícil aceitação. Isto talvez ressalte o fato de que, o que importou para o CNPT foi a criação da RESEX/Soure tão somente com vistas à preservação dos manguezais locais, o que parece independer dos interesses das populações locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um fenômeno amplo que transcende sua modalidade escolarizada, a educação é um processo importante quando compreendida como política pública, e está presente nas mais diversas dimensões e áreas do conhecimento. O objetivo deste trabalho foi a descrição e análise das possibilidades sociopedagógicas subjacentes à organização social dos extrativistas no município de Soure e sua importância para o desenvolvimento local. A considerar-se que um dos elementos mais relevantes ora revelados foi a falta de compreensão dos atores que trabalham na base da articulação para a viabilização da RESEX/Soure, a mesma está obstruindo seu desenvolvimento. Há pelo menos dois pontos críticos nessa realidade: a indução quanto ao processo de criação dessa Reserva e a inadequação da aplicação da política de criação de UC em face à realidade social local.

Com respeito ao primeiro deles, destacou-se, ao longo do texto, o perfil da ação histórica do Estado brasileiro, o que tem produzido impasses importantes na definição de políticas públicas em todas as áreas e, especialmente quanto à educação e à proteção ambiental. A problemática estudada reflete a persistência da face impositiva de parte do Estado quando intenta a implementação de políticas que excluem os sujeitos mais importantes. Ainda que revestida de um discurso contemporâneo, essa ação aponta para interesses previamente definidos, que não necessariamente os dos extrativistas que habitam a área onde a RESEX/Soure incide.

Precisamente, tais interesses confundem os dessa população extrativista. E, isto tem redundado em discórdias e descontentamentos, fruto da artificialização dos mecanismos

e da indução da população para determinadas compreensões, que podem levar à cooptação com interesses espúrios. A respeito, é persistente o sentimento de impotência em face às imposições, desmandos e mesmo violência que dominam a cultura local, o que contribui no sentido de consolidar a proposta da elite local/regional.

Acerca do segundo aspecto, embora certas propostas de políticas públicas sejam importantes para a preservação ambiental, como é o caso das propostas de RESEX, sua aplicação simétrica, conforme evidenciou o estudo, pode gerar resultados parciais. Ademais, estudos comparativos de cada processo têm sido escassos e pouco se tem questionado. No caso específico da RESEX/Soure estudada, percebe-se enormes diferenças nas expectativas dos atores sociais e do próprio Estado, não obstante a participação em e de organizações sociais e de classe.

No todo ou em parte, essas questões revelam a necessidade de uma modalidade de sensibilidade na execução dessas políticas, especialmente no sentido de se ter um entendimento mais sofisticado sobre as questões que envolvem o público, o privado e o estatal. Nesse aspecto, uma questão é mais importante e em alguns casos determinantes, qual seja: a posição do Estado. E o perigo de se tomar o desenvolvimento como algo dado ou como algo que pode ser construído, como destacado por Perrot (2001), tem engendrado modos distintos e antagônicos de desenvolvimento, posições que têm em comum o fato de tomá-lo como necessário e contingente: estado para onde necessariamente se deve caminhar.

A problemática da sustentabilidade das políticas públicas e inclusive das educacionais se coloca como igualmente central, como bem ressaltou Simonian (2000). Nestes termos, muito já se provou ao longo da história recente da humanidade, que a educação formal constitui-se em um dos elementos centrais dos processos de desenvolvimento que produzem mudanças substanciais, tanto do ponto de vista quantitativo em relação à economia, quanto do ponto de vista qualitativo acerca das condições sociais de vida de uma dada população. E, se esta é uma tendência recorrente principalmente nos países capitalistas do chamado primeiro mundo, é de se depreender que o mesmo é verdadeiro para outras sociedades, como os segmentos sociais amazônicos excluídos.

A respeito, é de se compreender o papel da educação como um instrumento importante para garantir a qualidade da participação local, a fiscalização da ação do Estado e o processo de desenvolvimento. Por certo, a ausência de um processo sociopedagógico que correlacione os interesses sociais e culturais dos extrativistas é, ainda, um aspecto

da política de criação da RESEX local que ainda está para ser pensado e organizado com os moradores locais e suas organizações em Soure. Trata-se de dialogar efetivamente sobre o assunto. Enfim, de por em questão os verdadeiros interesses que movem a ação do estado e das populações aí residentes.

REFERÊNCIAS

AGENDA mínima centrada nas áreas de educação, saúde e trabalho. In: NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. **Agenda 21 Brasileira: bases para a discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000. p. 164.

AGENDA 21 Rio: Ações para um futuro sustentável, Rio de Janeiro, n. 12, ago. set. 1998. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/index.html>>. Acesso: 15 set. 1999.

ASSOCIAÇÃO dos Caranguejeiros de Soure. **Ata da reunião de Assembléia Geral Extraordinária para a fundação da [...]**. Soure, Maio de 1992.

A DESCOBERTA das populações tradicionais pelos ambientalistas. Disponível em: <http://www2.ibama.gov.br/RESEX.cnpt/index0html>>. Acesso em 21 mar. 2001.

ALBADEJO, Christophe. O diálogo para uma interação entre os saberes dos Agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: HÉBETTE, Jean; NAVEGANTES, Raul (Org.). **CAT - Ano décimo: etnografia de uma utopia**. 299 p. Belém: UFPA, CAT, 2000. 173-214. ISBN 85-247-0199-4

ALLEGRETTI, Mary Helena. A Amazônia e o extrativismo. In: ARAGÓN, Luís E. (Org.). **Desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos**. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1992. p. 399-415.

_____. Reservas extrativistas, desafios à sua implantação. **Tempo e presença**, Rio de

Janeiro, CEDI, n. 244/245, Ano 11, ago./set. 1989. Edição especial.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARNT, R. (Org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ARAÚJO, Tarcísio de; MEDEIROS, Alzira de; PONTES, Lúcia. Desenvolvimento local sustentável e geração de renda. In: BAVA, Sílvio Caccia (Org.). **Revista Pólis: desenvolvimento local: geração de emprego e renda**, São Paulo, n. 25, p. 45-62, 1996.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G; NOSELA, Paulo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

BANKS, M.; MORPHY, H. (Ed.). **Rethinking visual anthropology**. New Haven: Yale University Press, 1997. Ilustrado.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: 1999. p. 41-55.

BLOCH, M. **How we think they think: anthropological approaches to cognition, memory and illiteracy**. Boulder: Westview Press, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal. Lei: Emenda Constitucional 14/96 de 24 de setembro de 1996, Lei 9.424/96**. Brasília.

_____. **Decreto Lei N°. 98.897, de 30.01.1990**. Dispõe sobre a criação das RESEX. Brasília, 1990.

_____. **Decreto Lei N°. 271, de 28 de fevereiro de 1967, artigo 7º., institui a Concessão Direito Real de Uso**. Brasília, 1967. (Referência incompleta). _

_____. Base de mapa do Marajó. In: **Hp do GF** (www.brasil/mapas); Acesso em 2002.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA/CNPT. **Documentação sobre o Projeto RESEX**. Brasília, 2000.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA. **Portaria 22-N**. Brasília, 1992. Mimeo.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE – IBAMA. **Limites de demarcação da Reserva Extrativista Marinha do Soure no município de Soure no estado do Pará/Brasil**: mapa de demarcação física. Belém: CNPT/IBAMA, 2001. 1

Mapa, color., Escala 1:200000.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Coleção de Monografias**. Soure, Pará, 1985.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000 – PARÁ**. Belém, 2000. (Documento consultado na sede do órgão em Belém do Pará).

_____. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Portaria Nº. 627 de 30 de julho de 1987 – propõe o Projeto de Assentamento Extrativista/PAE**. Brasília: MIRAD, 1987.

_____. **LEI nº. 804**. Brasília: Câmara dos Deputados, 18 de julho de 1989. (Trata das RESEX no país).

BRÜSEKE, Franz. O Problema do desenvolvimento sustentável como desafio para as ciências. **Cadernos do NAEA**, Belém: NAEA-UFPA, n. 12, p.141-164, nov. 1994.

_____. Risco Social, Risco Ambiental, Risco Individual. **Papers do NAEA**, Belém, NAEA-UFPA, n. 64, 24 p., ago. 1996.

CABANAS, José Maria Quintana. **Teoria de la educación**: concepción antinómica de la educación. Edição reformulada. Madrid: Dykinson, 1995. 365 p.

CARDOSO, Denise Machado. **Mulheres catadoras**: uma abordagem antropológica sobre a produção de massa de caranguejo – Guarajubal / PA. 2000. 207 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – CFCH – Universidade Federal do Pará, Departamento de Antropologia. Orientadora: Dr^a. Ligia T. L. Simonian.

CENTRO DE TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA. **Relatório socioeconômico**. RESEX. Rio Branco: Porangaba, 1993.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO/CEDI. **Educação**: a encruzilhada do ensino rural, São Paulo: Cortez, n. 11., 80 p., 1986.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**; ensaio de antropologia política.; São Paulo: Brasiliense, 1982.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. 550 p. Coleção Os Pensadores; n. 33, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO/CNUMAD, cap. 36, 1992, Rio de Janeiro. **Agenda 21**.

Brasília: DF: Senado Federal, Sub-Secretaria de edições técnicas, 1996.

COSTA, Francisco de Assis. Paradigmas do pensamento social e realidade amazônica. In: XIMENES, Teresa (Org.) **Novos paradigmas e realidade brasileira**. Belém: UFPA/NAEA, 1993. p. 37-57.

CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da. **Marajó, essa imensidão de ilha**. São Paulo: M.E.M. Cruz, 1987. 111 p.

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. Turismo: a percepção dos residentes da Vila do Pesqueiro, município de Soure, Ilha do Marajó/PA. In: FIGUEIREDO, Sílvio Lima. (Org.). **Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. 224 p.: il. 21 cm. Belém: NAEA, 1999. p. 175-203.

CUNHA, Luís Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989. p. 1-63. (Série: Educação em questão).

D'INCAO, M. A. Limites culturais na responsabilidade de conservação da biodiversidade. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da. (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**, 1994 (Coleção Eduardo Galvão). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Bibliografia: p. 25-35.

_____; SILVEIRA, I. M. da. (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. (Coleção Eduardo Galvão).

DELORENZO NETO, Antônio. **Sociologia aplicada à educação**: precedida de noções de sociologia geral. São Paulo: Duas Cidades, 1977. 333 p.

DEMO, Pedro. A Sociologia Crítica e a Educação – Contribuições das Ciências Sociais para a Educação. **Em Aberto**, Brasília, n. 46, p.13-31, abr. jun. 1990.

_____. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1996. 124 p., (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). Bibliografia: p. 1-49.

DESFILÉ das escolas de samba do Rio de Janeiro em 1998. Pará – O mundo místico dos Caruanas nas Águas do Patu-Anu: tema da escola de samba Beija Flor. Cópia da transmissão do desfile pela Rede Globo de televisão realizada por Amaral, Assunção José Pureza. Belém, 1998. 1 fita de vídeo (60 min.), VHS, son., color.

DEWEY, J. **Democracia e educação**: breve tratado de filosofia da educação. São Paulo: Comp. Ed. Nac., série 3ª, v. 21, tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 1936. 439 p. (Série: Actualidades pedagógicas).

DIEGUES, Antônio Carlos. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Org.). **As Ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. 1993. 298 p. Belém: UFPA/NAEA. p. 217-249.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política. Coordenação de Mário Guimarães Ferri, tradução de Rita Boungermino. São Paulo: Edgard Blücher, 1973.

DUMONT, René. **Um mundo intolerável**: o liberalismo em questão. Rio de Janeiro: Revan, 1989. 240 p. Bibliografia: 1-48. ISBN 85-7106-015-0.

DURKHEIM, E. A Educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: PEREIRA, Luís; FORACHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p.34-48.

EBBY, Frederick. **História da educação moderna**: teoria, organização e práticas educacionais, 1978. 633 p., il.: 22 cm, 5 ed. Porto Alegre: Globo.

ESTATUTO. Soure-PA: Associação dos Caranguejeiros de Soure, 1997. (Registro no Cartório Éleres, em 11/02/1998).

ESTERCI, Neide. Roças comunitárias: projetos de transformação e formas de luta. In: VIANA, Aurélio; VIEIRA, Maria Antonieta da Costa, ESTERCI, Neide. **Terra de trabalho e terra de negócio**: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990. p. 35-63.

FEITOSA, Manoel Lima. Reserva extrativista Chico Mendes. In: MURRIETA, Júlio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. **Reservas extrativistas**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, Bellegarde-sur-Valserine, France: SADAG, 1995. p. 57-67.

FERREIRA, Aurélio B de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Lindomal dos Santos. **Educação e RESEX em Soure-PA**: possibilidades para o desenvolvimento sustentável. Belém, 1999. Mimeo.

_____. **A escola, uma experiência educativa em comunidade de fronteira na região da Transamazônica**: estudos preliminares. Belém: MPEG/UFPA, 1997.

FIGUEIREDO, Sílvio Lima. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 207 p.: il.,

FRANCO, Augusto de. **Capital social**: Leituras de Toqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Instituto de Política / Millenium, 2001.

FREITAS, Jucinéia Vieira de Oliveira. **Vistoria técnica para a criação de reserva extrativista em área de manguezal (manguezal)/Soure**. Relatório preliminar. 13 a 17 de outubro de 1997. Soure: CNPT/IBAMA, 1997. 19 p.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e política de desenvolvimento. In: PEREIRA, Luís; FORACHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p. 370-375.

FURTADO, Lourdes G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da. (Org.) **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 67-74. (Coleção Eduardo Galvão).

_____. Sem barco como pescar? Notas de viagens pelas águas costeiras e ribeirinhas do Pará. In: XIMENES, Teresa (Org.). **Embarcações, homens e rios na Amazônia**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1992.

GALLO, G. **Marajó**: a ditadura das águas. 3^a. ed. Cachoeira do Arari: Museu do Marajó, 1997. 255 p.

GILES, Thomas Ranson. **História da educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GOMES, Cândido A. **A educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1985. 78 p.

GOMES, Ederlinda Pimenta de; AZEVEDO, Nilcéa Moraleida. A instituição escolar na área rural em Minas Gerais: elementos para se pensar uma proposta de escola. **Educação**: a encruzilhada do ensino rural, São Paulo: Cortez, n. 11., p. 31-41, 1986.

GOMES, Márcio Alexandre Lopes da Silva. **Qualidade ambiental da área de ocupação Bom Futuro**. Soure, 2001. 25 f. TCC (Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2001.

GOMES, Paulo Sérgio Nazaré Gomes. **A produção do espaço urbano de Soure e o bairro do Pacoval**. Soure. 2001. 25 p. TCC (Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. (tradução de Carlos Nelson Coutinho). 244 p. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991.

_____. Reservas indígenas hoje. Reservas camponesas amanhã?. **Pará Desenvolvimento**: A face social dos Grandes Projetos. Belém: IDESP, n. 20/21, p. 26-29, 1986/1987.

HOMMA, Alfredo. A desmistificação do extrativismo vegetal na Amazônia. In: CASTRO, E. *et al.* (Org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: UFPA, 1994.

_____. Tentativa de interpretação do extrativismo amazônico. In: HÉBETTE, Jean (Coord.) et al. **Ciência e tecnologia para a Amazônia**: contribuições teóricas e metodológicas. Belém: UFPA/NAEA, n. 7. 214 p., 21 cm, 1983. p. 39-51.

JURANDIR, D. **Chove nos campos de Cachoeira**. Belém: UNAMA, 1998. (Org. por Rosa Assis; Edição crítica).

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p.391-408.

LIMA, Deborah de Magalhães. **Equidade, desenvolvimento sustentável e preservação da biodiversidade**: os limites da parceria ecológica. CFCH – UFPA. Belém – Pará. (Mimeo.).

LOPES, Francisco Leme. **Introdução à filosofia**. Rio de Janeiro: AGIR Editora, 1968, 153 p., (Coleção Servir), 1968.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. Descentralização, municipalização e FUNDEF no Pará. In: COSTA, Vera Lúcia Cabral (Org.); GÓMES, Alfredo Sarmiento *et al.* **Descentralização da educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP; Cortez, 1999. p. 122/140. (IV série).

MAGALHÃES, Juraci Peres. **A ocupação desordenada da Amazônia e seus efeitos sociais, econômicos e ecológicos**. 1ª ed., Brasília: Editora Completa, 1990.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Expropriação e Mobilização. A dupla face da relação

entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, Jean (Org.); José de Souza Martins *et al.* **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia.** 347 p., 21 cm. 2. Ed., Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991, p.176-198.

MALINOWSKI, B. **A diary in the strict sense of the term.** New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos Manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.il.

MARAJÓ não sabe o que fazer com suas riqueza. **O Liberal**, Belém, p. 3, 10, Set. 2000. (Cad. Cidades).

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1988. 112 p., 21 cm. p. 15-33.

MARTINS, Marlúcia B. Biodiversidade, ética e educação para a conservação. In: McGRATH, David G. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, Teresa (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Agenda 21.** Belém: NAEA, 1997. 657 p.: il., 22 cm. Bibliografia: p. 33-69.

MELLO, Alex Fiúza de. Pescadores da indústria: o complexo de Icoaracy. In: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

MENDES, Francisco [Chico]. **Fight for the forest.** London: Bureau of Latin America, 1989.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural.** Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MILLS, C. Wright. Educação e classe social. In: PEREIRA, Luís; FORACHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação.** 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p.268-286.

MIRANDA NETO, José de. **Marajó**: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Record, 1976.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**: Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia oriental. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 419 p., 1988.

MYRDAL, Gunnar. O mundo subdesenvolvido. In: PEREIRA, Luís; FORACHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p.364-369.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. Brasília - DF: Cortez, 2001.

NORMAND, Arlene M. Kelly. A força da água. Para onde, para quem vai? In: HÉBETTE, Jean (Org.); José de Souza Martins et al. **O cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991, p.176-198.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOVAES, Washington (Coord.); OTTO, Ribas; NOVAES, Pedro da Costa. **Agenda 21 Brasileira**: bases para a discussão. Brasília, MMA/PNUD, 2000. 126 p.

OLIVEIRA, Ângela; CASTRO, Marisbel; CRUZ, Miguel. **Mangue**: escola da vida. Soure, 1999. 100 f. TCC. (Licenciatura Plena em Pedagogia). Centro de Educação, UFPA, 1999.

OLIVEIRA, Cleiton. A Emenda constitucional 14/96, o financiamento e a gestão do ensino brasileiro. **Educação em foco**: revista de educação, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/Centro Pedagógico, v. 4, n. 1, p. 27-38, Mar. Ago. 1999.

OLIVEIRA, Cléo Conceição Resque de. O campo migratório de Soure, Pará. In: ARAGÓN, Luís E; MOUGEOT, Luc J. (Org.). **Cadernos NAEA**: migrações internas na Amazônia, Belém, UFPA/NAEA/CNPq, n. 8, p. 148-181, 1986.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho antropológico: ver, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PARÁ. **Constituição do Estado**. Belém: Assembléia Legislativa, 1988.

_____. Lei nº. 6.082 de 13 de novembro de 1997 (Publicado no DOE em 13/11/1997). Dispõe sobre a criação do **Programa de Preservação do Caranguejo-Uçá**, no Estado do Pará e dá outras providências. (Material Avulso/mimeo).

_____. Secretaria de Educação: Assessoria de Planejamento: Grupo de estatística educacional. **Censo educacional**: Cadastro de escolas/matricula de Soure/PA. Belém, 2001. 1 p.

PEREIRA, Leonice. Reconstrução histórica da comunidade de Caju-Una. Soure, 1992. 51 f. TCC (Licenciatura Plena em Pedagogia). Centro de Educação, UFPA, 1992.

PERROT, Marie-Dominique. Educação para o desenvolvimento e perspectiva intercultural. In: FAUNDEZ, Antonio. (Org.) **Educação, desenvolvimento e cultura**: contradições teóricas e práticas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 191-212.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP: NAEA, 1997, p. 263-284.

PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes, tradução de José severo de Camargo Pereira. 13. Ed. São Paulo: Cortez; 1994.

PRIMEIRO Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia. Documento final. Brasília, INESC, 1985. Mimeo.

PROJETO Seringueiro. Documentos que tratam de alfabetização entre os seringueiros do município de Xapuri, Acre. Documentos. Rio Branco: CTA, 198-. (Cópia no arquivo de L. T. L. Simonian).

QUARESMA. **Planta da cidade de Soure**. 1998. (Referência incompleta).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro; Zahar Editores, 1969.

RIVATO, D. Ângelo HERMOSO; D. Frei José Luís Azcona. **Pronunciamento**: o povo marajoara na ótica da Igreja Católica. Prelazia do Marajó e Diocese de Ponta de Pedras sobre a situação econômica e social da região em que atuam. Amazônia Industria Gráfica e Editora Ltda., 1999.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia capitalista. São Paulo: Moraes, 1980. 2. ed. 160p. (Coleção educação

universitária).

RUEDA, Rafael Pinzón. Organização das populações extrativistas. In: MURRIETA, Júlio Ruiz, RUEDA; Rafael Pinzón. **Reservas extrativistas**. Gland, Suíça / Cambridge, Reino Unido: UICN; Bellegarde-sur-Valserine, France: SADAG, 1995, p. 13-17.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993, p. 30-56.

SANTOS, Maria Justina de F. S. Santos; RAMIRES, João Carmelino R. **Relatório do levantamento sócio-econômico realizado junto a comunidade de caranguejeiros no município de Soure, Ilha de Marajó, Pará**. Soure, maio de 1998. 23 p.

SILVA, Clemildes Furtado da Silva. **Utilização do ecossistema manguezal pelos moradores do bairro do Tucumanduba, Soure-PA**. Soure, 200. 23p. TCC (Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2001.

SILVA, Kátia Cristina de A. **Laudo biológico dos manguezais do município de Soure, Ilha de Marajó, Pará, Brasil**. Belém, Agosto/1998.

SILVA, Márcio Alexandre Lopes da Silva. **Qualidade ambiental da área de ocupação Bom Futuro**. Soure, 2001. 25 f. TCC (Bacharelado e licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2001.

SILVA, Walcilene Santos. **Populações tradicionais e gênero de vida: um estudo de caso sobre a comunidade do Pedral**. Soure, 2001. 79 p. (Bacharelado e Licenciatura Plena em Geografia). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2001.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres do rio Aripuanã: memórias, experiências atuais e perspectivas futuras**. Texto/livro concluído e entregue para editoração; a ser publicado pela SECULT, AM, 2001a. (Primeira versão).

_____. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001b. 270 p. Ilustrado.

_____. Reflexiones sobre la familia en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. *Papers do NAEA*, Belém, n. 158, p. 1-30, 2001c.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em área de reservas na Amazônia: gestão de recursos naturais. In: COELHO, M. C. N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: CEJUP: NAEA, 2000. il. 22 cm. p. 9-53. (Estado e gestão pública 1).

_____. A missão numa perspectiva antropológica. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 129-148, Jul. 1999.

_____. **Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia**: bases teóricas, históricas, situação atual e perspectivas, 1997. Manuscrito.

_____; GLASER, M. Extractive reserves and the question of sustainability. In: **GERMAN-BRAZILIAN WORKSHOP**. Hamburg: 2000. 20 p. manuscript.

SOURE. História dos municípios do Pará. **A Província do Pará**, Belém, p. 41, 27-28 Mar., 1994.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico/84**, p.11-44, 1985.

TAVARES, José (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TEMPO e Presença. Publicação do CEDI. Edição Especial. Números 244 e 245. Agosto / setembro, 1989. (Encarte especial).

URQUIDI, Victor L. Aspectos sociais do desenvolvimento: a educação. In: PEREIRA, Luís; FORACHI, Marialice (Org.). **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p.376-387.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: estudo comparativo à partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1979. 261 p. (Série: Corpo e Alma do Brasil).

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**: estudo sobre o homem nos trópicos. São Paulo: Nacional; Brasília: INL – Instituto Nacional do Livro, 1977. 312 p. (Brasiliense, 290).

WEINBERG, Gregório. Modelos educacionais no desenvolvimento histórico da América Latina. In: RAMA, Gérman et al. **Desenvolvimento e educação na América Latina**. São Paulo; Cortez: Autores Associados, 1987. p. 17-45.

XIMENES, Teresa. Uma oportunidade de análise do desenvolvimento sustentável: a

pecuária no Marajó. In: XIMENES, Teresa (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Agenda 21**. Belém: NAEA, 1997. p. 335-359.

_____. (Org.). **Embarcações, homens e rios na Amazônia**. Belém, PA: EDUFPA 1992. 82 p. il.

